

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS– ICS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS – ELA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS (PPGECSA)

ALINA DA SILVA RIBEIRO

**PRÁTICA DEMOCRÁTICA NA BOLÍVIA CONTEMPORÂNEA:
indo além das concepções hegemônicas?**

Brasília

Dezembro de 2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS– ICS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS – ELA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS (PPGECSA)

ALINA DA SILVA RIBEIRO

**PRÁTICA DEMOCRÁTICA NA BOLÍVIA CONTEMPORÂNEA:
indo além das concepções hegemônicas?**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes

Brasília

Dezembro de 2022

Ao meu avô Adevan cujo espírito dança nas estrelas, e também em meu coração.

À minha América Latina, *un pueblo sin piernas, pero que camina* (Calle 13)

Eu nasci na floresta, e por isso prefiro viver nela. Só posso ouvir os cantos dos xapiri e sonhar com eles cercado de sua tranquilidade. Gosto do silêncio dela, apenas quebrado pelos chamados fortes dos pássaros hwãihwãiyama, os gritos roucos das araras, o choro dos tucanos, os berros dos bandos de macacos iro ou o trinado dos papagaios. Essas vozes agradam a meus ouvidos. Quando volto de minhas viagens entre os brancos, depois de algum tempo a tontura deixa meus olhos e meu pensamento volta à claridade. Não ouço mais os carros, nem as máquinas, nem os aviões. Só escuto os sapos tooro e as rãs krouma chamando a chuva na floresta. Só escuto o sussurro das folhas no vento e o estrondo dos trovões no céu. As palavras sem sabedoria dos políticos da cidade vão aos poucos desaparecendo no sossego de meu sono. Fico calmo de novo, caçando e fazendo dançar meus espíritos. A floresta é muito bonita de ver. É fresca e cheirosa. Quando andamos por ela para caçar ou viajar, sentimo-nos alegres, com o espírito calmo. Escutamos ao longe o chiado das cigarras, as lamúrias dos mutuns e jacamins e os gritos dos macacos-aranha nas árvores. Nossa preocupação é aquietada. Então nossos pensamentos podem seguir um ao outro sem se atrapalhar.

(Davi Kopenawa Yanomami)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Alexandra, dona do meu amor, minha melhor amiga e maior professora. Sem você, Lexinha, eu nada seria. Obrigada por me amar incondicionalmente.

Ao meu pai, Cláudio, por sempre ter me apoiado em toda e qualquer decisão que eu tomasse. Seu apoio, orgulho e companhia são imprescindíveis.

À minha irmã, Alana, por ser quem é. Parte da minha alma, parte do meu ser. Nenhuma palavra desse mundo expressa o quanto te agradeço, te amo e me orgulho de você.

À minha família, minha base, meu incentivo diário. Cada passo que dou é resultado de tudo o que vocês me proporcionam. Meus Silvas, meus Ribeiros, meus Praças, meus Araujos, amo vocês com todo o meu coração.

Ao meu orientador, Roberto Goulart Menezes, que hoje é também um grande amigo. Você tornou mais leve o desafio de se fazer um mestrado em meio a uma pandemia. Obrigada, mestre, por tanto me ensinar dentro e fora da sala de aula. Que seja o começo de uma longa parceria!

Aos servidores do ELA, em especial à Cecília, que sempre tirou minhas dúvidas com paciência (muitas dúvidas, né?).

Ao Juju, que nessa caminhada me aturou, me incentivou e acreditou em mim.

À professora Leslie Quiroz, que em 2019 me apresentou o tema de pesquisa que mudou minha vida. *¡Gracias siempre!*

Ao professor João Paulo Araujo, meu primeiro orientador.

À professora Ana Tereza, por ter me mostrado que a Academia é um espaço de afeto, carinho e amor, e que a pesquisa científica não pode se dissociar da vontade de mudar o mundo.

À Rafaela Pannain e Clayton Cunha Filho, membros da minha banca de qualificação que me deram dicas valiosíssimas que me guiaram na escrita desta dissertação.

Aos professores que me ensinaram ao longo de toda a vida, desde a professora Magali da terceira série do ensino fundamental, até os professores Marco, Mariana, Chica, Lilia, da graduação e pós-graduação. Essa conquista é coletiva.

Aos amigos do mestrado, com os quais pude compartilhar angústias, risadas e histórias. Leo, Carol, Marina, Rafael, Pedro, Emmanuel, levo vocês comigo sempre!

Aos amigos de fora do mestrado, que sempre me apoiaram. Rangel, Thallis, Layee, Nicholas, Gadiel, Liana, Mano, vocês fazem parte disso. Obrigada!

À Universidade de Brasília, grande amor de Darcy e, para mim, um grande sonho que se tornou realidade. Casa que, com muito orgulho, hoje faz parte da minha trajetória acadêmica e pessoal. Que honra é viver (n)essa universidade!

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) que financiou minha viagem ao México em 2022, momento no qual pude apresentar parte dessa dissertação e debatê-la com professores e pesquisadores de diferentes países.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou esta pesquisa.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo democrático na Bolívia desde o começo dos anos 2000, período no qual o país passou por uma ampla transformação política. Os movimentos sociais que estiveram à frente da Guerra do Gás (2000) e da Guerra da Água (2003) lograram eleger Evo Morales como novo presidente em 2005 e, neste contexto, a Bolívia passou por mudanças institucionais que promoveram a inserção de setores historicamente apartados da política no processo de *policy-making*. Morales foi reeleito em 2009, 2014 e 2019. A pergunta de pesquisa é a seguinte: o processo democrático boliviano foi além das concepções hegemônicas de democracia? Entendemos que, embora a Bolívia tenha avançado no processo de inclusão política sobretudo no período da Assembleia Constituinte (2006-2009) e no momento de promulgação da nova Constituição Política de Estado (2009) que refundou o Estado, o aprofundamento democrático ficou contido no primeiro governo de Morales (2006-2010). Após esse período, a intensificação das tensões e da crise política que culminou em um golpe de Estado em 2019 marcou a perda de alianças do MAS-IPSP e a restrição da capacidade de diálogo entre o partido e a população.

Palavras-chave: Bolívia; Democracia Intercultural; Projetos políticos; MAS-IPSP

ABSTRACT

This research's objective is to analyze the democratic process in Bolivia since the beginning of the 2000s, a period in which the country underwent a broad political transformation. The social movements that were at the forefront of the Gas War (2000) and the Water War (2003) managed to elect Evo Morales as the new president in 2005 and, in his government, Bolivia underwent institutional changes that promoted the insertion of historically excluded sectors in the *policy-making* process. Morales was re-elected in 2009, 2014 and 2019. The research question is: did the Bolivian democratic process go beyond the hegemonic conceptions of democracy? We understand that, although Bolivia has advanced in the process of political inclusion, especially during the Constituent Assembly (2006-2009) and when the new Political Constitution of the State (2009) was enacted, refounding the State, the democratic deepening occurred only in the first Morales government (2006-2010). After this period, the intensification of tensions and the political crisis that culminated in a *coup d'état* in 2019 marked the loss of alliances between the MAS-IPSP and the restriction of the capacity for dialogue between the party and the population.

Keywords Bolivia; Intercultural Democracy; Political projects; MAS-IPSP

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar el proceso democrático en Bolivia desde principios de la década del 2000, período en el que el país ha vivido una amplia transformación política. Los movimientos sociales que protagonizaron la Guerra del Gas (2000) y la Guerra del Agua (2003) lograron elegir a Evo Morales como nuevo presidente en 2005 y, en este contexto, Bolivia experimentó cambios institucionales que promovieron la inserción de sectores históricamente aislados de la política en el proceso de *policy-making*. Morales fue reelecto en 2009, 2014 y 2019. La pregunta de investigación es la siguiente: ¿el proceso democrático boliviano superó las concepciones hegemónicas de democracia? Entendemos que, si bien Bolivia ha avanzado en el proceso de inclusión política, especialmente durante el período de la Asamblea Constituyente (2006-2009) y cuando se promulgó la nueva Constitución Política del Estado (2009), que refundó el Estado, la profundización de la democracia estuvo contenida en el primer gobierno de Morales (2006-2010). Luego de este período, el recrudecimiento de las tensiones y la crisis política que culminó con un golpe de Estado en 2019 marcaron la pérdida de alianzas del MAS-IPSP y la restricción de la capacidad de diálogo entre el partido y la población.

Palabras clave: Bolivia; Democracia Intercultural; Proyectos políticos; MAS-IPSP

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Mapas eleitorais das eleições subnacionais em 2010, 2015 e 2021.....	88
---------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Presidentes da Bolívia entre 1985 e 2005.....	61
Tabela 2 - Projeção de crescimento do PIB (2014).	80

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADN - *Acción Democrática Nacionalista*

BJA - *Bono Juana Azurduy*

BJP - *Bono Juancito Pinto*

CEPAL - *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*

CIDOB - *Confederação Indígena do Oriente Boliviano*

COB - *Central Obrera Boliviana*

Comibol - *Corporación Minera de Bolivia*

Condepa - *Conciencia de Patria*

CST - *Chuquisaca Somos Todos*

CSUTCB - *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*

D.S. - *Decreto Supremo*

EUA - *Estados Unidos da América*

F.A. - *Forças Armadas*

FSB - *Falange Socialista Boliviana*

FSTMB - *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia*

IDH - *Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos*

MAS-IPSP - *Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos*

MIP - *Movimiento Indio Pachakuti*

MNR - *Movimiento Nacionalista Revolucionario*

MTS - *Movimiento Tercer Sistema*

NPE - *Nova Política Econômica*

OEA - *Organização dos Estados Americanos*

OEP - *Órgano Electoral Plurinacional*

TIPNIS - *Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécure*

YPFB - *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1 - CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA (2000-2020).....	19
1.1 Construção democrática na América Latina: uma disputa constante	20
1.2 Descolonizar a democracia: decolonialidade e radicalização	26
1.2.1 Por uma democracia decolonial	30
1.2.2 Por uma democracia radical.....	35
1.3 Processo democrático na Bolívia: como lidar com o abigarrado?	40
Capítulo 2 - O FAZER DEMOCRÁTICO NA BOLÍVIA: DA REVOLUÇÃO DE 1952 À DEMOCRACIA PACTADA	46
2.1 Revolução de 1952 e a inclusão parcial dos indígenas	48
2.2 Governos militares e o distanciamento da questão indígena	54
2.3 Democracia pactada: representação e neoliberalismo	58
Capítulo 3 - PRÁTICA DEMOCRÁTICA NO GOVERNO MORALES: IMPASSES, DESAFIOS E AVANÇOS	68
3.1 Processo de cambio: a legalização dos indígenas na política	70
3.2 Democracia intercultural: palavras mágicas?	77
3.3 Tensões e disrupções: TIPNIS, Plebiscito e golpe.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

*A gente de pé produz pensamento crítico
através de sua própria prática*
Silvia Rivera Cusicanqui

As democracias atuais se deparam com diversos problemas como baixa participação política, falta de confiança nas instituições, nos partidos e no próprio processo decisório. Na América Latina, o apoio à democracia por parte dos cidadãos tem caído significativamente, e essa queda tem mobilizado diferentes estudos sobre a situação da democracia na região.

Na literatura canônica sobre a democracia, considera-se que as democracias modernas são representativas, liberais e políticas (EXENI RODRÍGUEZ, 2017). Contudo, recentes fenômenos que surgiram na região latino-americana provocam questionamentos acerca da eficácia dos atuais sistemas democráticos. Questiona-se, com certa frequência, a capacidade da democracia representativa de inserir a população nos processos de tomada de decisão.

É necessário ir além. Pensar em outras formas de democracia que levem em conta a composição das sociedades latino-americanas que, por um processo histórico de colonização, é altamente heterogênea e múltipla. O ideário de democracia liberal que busca unir a população em torno de um projeto político e um interesse nacional parece estar distante da realidade latino-americana.

Há, na América Latina, uma disputa constante entre projetos políticos que, apesar de usarem os mesmos conceitos e apelarem a discursos semelhantes, são distintos ou até mesmo opostos. Reconhecer e compreender a permanência dessa disputa “parece ser o procedimento que provavelmente pode contribuir ao esclarecimento dos dilemas e à superação dos limites que enfrentamos hoje” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 57, tradução nossa).

A Bolívia é um dos espaços nos quais essa disputa pela construção democrática se deu de forma bastante enfática nos últimos anos. Em 2009 foi promulgada a Constituição Política de Estado (CPE), que reconheceu e valorizou a plurinacionalidade da sociedade. O Estado foi refundado, e passou a ser Plurinacional. Com a promulgação da nova constituição, as demandas dos movimentos indígenas “se transmutaram em instituições, leis e direitos” (MAYORGA, 2017, p. 3).

Contudo, a história política da Bolívia é marcada por rupturas institucionais e golpes desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1952, o país passou por uma Revolução Nacional, marcada pela reforma agrária e pela instituição do voto universal. Os desdobramentos dessa revolução foram fundamentais para a organização das comunidades indígenas e camponesas.

Cerca de uma década depois, a partir de 1964 a Bolívia passou por regimes militares, no plural porque o período de ditaduras militares no país apresentou um perfil bastante específico quando comparado aos demais países latino-americanos, já que não se constituiu em uma única forma de ditadura com um só programa ou projeto político-econômico. Em 1982 este período se encerrou, dando início às décadas marcadas pelo avanço do projeto neoliberal não apenas na Bolívia, mas em toda a América Latina.

Uma agenda composta por políticas neoliberais foi adotada pelos governos bolivianos a partir de meados da década de 1980 e perdurou até o início dos anos 2000. Neste ínterim, a forma política adotada na Bolívia era a de uma democracia por meio de pactos, na qual os eleitores não influíam diretamente no processo eleitoral. Este período de democracia pactuada (ou *pactada*) garantia ao Congresso Nacional a escolha dos presidentes caso nenhum dos candidatos recebesse a maioria dos votos válidos no primeiro turno.

Todavia, na virada do século XX para o XXI, a Bolívia passou a ser palco de profundas transformações políticas. Já no começo dos anos 2000, passou por dois processos políticos de grande magnitude: a Guerra do Gás (2000) e a Guerra da Água (2003). Esses dois eventos evidenciaram as lutas de setores historicamente apartados da política boliviana. Com estes levantes, o país entrou em um processo de convulsão política e social. O ápice dessa efervescência deu-se nas eleições gerais de 2005, quando os bolivianos elegeram, com a maioria dos votos válidos já no primeiro turno, o primeiro presidente indígena não só da Bolívia, mas da América do Sul. Rompia-se, assim, com o período de democracia pactuada.

Juan Evo Morales Ayma, militante indígena e cocaleiro, filiado ao partido Movimiento al Socialismo (Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos - MAS-IPSP), tornou-se uma das figuras mais complexas da política boliviana. Foi reeleito nos anos 2009, 2014 e 2019, e seus governos foram marcados pelo lançamento de programas sociais com foco na redução da pobreza e da desigualdade, pelo estabelecimento de uma Assembleia Constituinte em 2006 e pela promulgação da nova constituição em 2009, que deu ao país o título de Estado Plurinacional.

Dentre os feitos dos governos de Morales, destaca-se também a inclusão de atores advindos dos movimentos sociais indígenas e cocaleiros na estrutura estatal. Sobretudo a partir

do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, esses atores historicamente excluídos da sociedade política boliviana passaram a ser partícipes do processo de *policy-making*.

Não obstante, o acirramento e as tensões sempre se fizeram presentes. Em um primeiro momento, se deram com a elite política e os governadores da região da Meia Lua (departamentos Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija), reconhecida por sua maioria populacional não indígena. Em um segundo momento, as tensões se deram com alguns setores da população indígena, isto é, parte da base eleitoral que deu respaldo aos anos iniciais do governo. Em decorrência disso, o MAS-IPSP, partido que nasceu a partir do movimento cocaleiro da região do Chapare, foi perdendo importantes alianças nos últimos anos.

Dentre as tensões, destacam-se duas: (1) o conflito em torno do *Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécuré* (TIPNIS), em 2012, que marcou a perda de importantes alianças por parte do partido e (2) o Plebiscito de 2016, no qual evidenciou a manobra do MAS-IPSP que, desvinculando-se da vontade popular, optou por lançar uma nova candidatura de Morales.

A escalada de tensões chegou ao limite em outubro de 2019, quando foram divulgados os resultados parciais das eleições presidenciais que elegeram Morales à presidência pela quarta vez consecutiva. A oposição, liderada pelo ex-presidente Carlos Mesa e pelo atual governador de Santa Cruz, Luis Camacho, passou a alegar fraude no processo eleitoral e partes significativas da sociedade civil e instituições do governo, como as Forças Armadas e a polícia, passaram a fazer pressão pela renúncia do líder eleito. Morales, após críticas diretas advindas das F.A., viu-se obrigado a renunciar ao cargo.

Jeanine Áñez, até então segunda vice-presidente do Senado, assumiu o governo interino, ocupando o cargo por um ano. Seu governo foi caracterizado pela tentativa de desconstrução das políticas lançadas pelo governo anterior. Diante desse panorama, Morales e o MAS-IPSP não buscaram destituir o governo interino. A busca pela reconquista do poder deu-se de maneira direta, através das urnas.

Um ano após o estabelecimento do governo interino, a Bolívia passou por novas eleições em outubro de 2020 e nestas, Luis Arce, ex-ministro da Economia e Finanças Públicas do governo Morales e correligionário do ex-presidente, ganhou as eleições bolivianas no primeiro turno com 55,09% dos votos. Em um de seus primeiros discursos como presidente, Arce agradeceu o povo boliviano e a militância e disse que, juntos, haviam recuperado a democracia e a esperança. O MAS-IPSP, passado um ano do golpe de Estado, retornou ao poder pelo voto popular.

Diante desse panorama, o objetivo desta pesquisa é estudar o processo democrático boliviano desde o começo dos anos 2000, com foco nos governos de Evo Morales. A pergunta que guia essa pesquisa é a seguinte: o processo democrático boliviano foi além das concepções hegemônicas de democracia? Para tanto, analisamos o processo democrático no país desde a Revolução de 1952, momento que marcou a entrada dos indígenas na massa eleitoral e, portanto, que marca o início de relações mais diretas entre os governantes e este setor.

A hipótese é a de que, embora a Bolívia tenha avançado no processo de inclusão política, a democracia não avançou para além das concepções hegemônicas, dado que o processo de aprofundamento democrático ficou contido no primeiro governo de Evo Morales (2006-2010), período no qual esteve ativa a Assembleia Constituinte.

A Bolívia, assim como os demais países latino-americanos, é um país constantemente ameaçado pelo neoliberalismo e por projetos políticos que, embora levem consigo discursos sobre a importância da democracia e de seu aprofundamento, tentam deturpar seu conceito e restringir o campo de atuação de movimentos sociais e da sociedade civil. A insurgência vivenciada em 2019 demonstra de que maneira essa ameaça pode se materializar e colocar em xeque transformações políticas e democráticas.

Esse, no entanto, não é um caso isolado. Recentes acontecimentos na América Latina demonstram que as democracias apresentam caminhos que abrem espaço para projetos políticos de desdemocratização. A tendência de governos de esquerda do começo dos anos 2000 foi acompanhada também por uma tendência de ascensão da direita radical e extrema direita, sustentados em uma base de conservadorismo que, em alguns países da região, conquistou o poder décadas depois e fez retroceder importantes conquistas políticas, econômicas e sociais.

Diante dessa urgência, discutir a democracia na Bolívia - e na América Latina - é uma tarefa mais atual do que nunca.

Em um país marcado historicamente pela colonialidade do ser, do saber e do poder, um projeto político nos moldes daquele implementado a partir de 2006, que levou a cabo a refundação do Estado e construiu, a partir de um diálogo intercultural, uma nova forma de se praticar a democracia, pode ser compreendido como um significativo passo emancipatório.

Essa pesquisa, ao buscar compreender a permanência das tensões relativas à democracia boliviana e examinar de modo aprofundado suas particularidades, faz-se relevante por ser um dos procedimentos necessários para o esclarecimento dos dilemas e para a superação dos empecilhos que limitam e restringem o aprofundamento democrático na Bolívia e, conseqüentemente, na América Latina.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, apresentamos o referencial teórico referente aos estudos da democracia contemporâneos que apresentam questionamentos e críticas às concepções hegemônicas de democracia. Neste capítulo, trabalhamos preceitos do pensamento decolonial e conceitos mobilizados por diferentes autores. Evidenciamos a necessidade de se considerar a heterogeneidade como uma condição constitutiva das sociedades, em especial as latino-americanas.

No segundo capítulo, apresentamos as diferentes configurações da democracia boliviana desde a Revolução de 1952 até o fim dos anos 1990, fim do período da democracia pactuada. Neste capítulo, buscamos demonstrar como a Bolívia lidou com constantes tensionamentos democráticos e crises profundas. Apresentamos o complexo período ditatorial no país e a inconstância da política e dos projetos políticos, que na Bolívia parece ter sido uma característica ainda mais acentuada e, antes de adentrar na análise no governo Morales, analisamos o período de democracia pactuada no país ao longo das décadas de 1980 e 1990. A fase da democracia pactuada, nesta pesquisa, demonstra a profundidade das mudanças realizadas pelo governo de Evo Morales e seu partido, MAS-IPSP.

No terceiro capítulo, analisamos os anos 2000 na Bolívia e o projeto político que, estruturado inicialmente em meio aos movimentos sociais indígenas, cocaleiros e camponeses, emergiu até a estrutura estatal. Apresentamos os feitos dos governos de Evo Morales tanto em termos de democratização econômica e social, quanto em termos de comportamento frente a uma oposição cada vez mais complexa. Propomos uma análise sobre os feitos do governo Morales com relação ao aprofundamento democrático, focando nos trabalhos da Assembleia Constituinte (2006-2009), na promulgação da Constituição Política de Estado (2009) e no lançamento de programas sociais e valorização do salário mínimo que reduziram a pobreza no país e lançaram a Bolívia como um dos maiores exemplos de diminuição da pobreza. Analisamos também a arquitetura democrática (URQUIDI, 2018) adotada pelo país no novo texto constitucional, denominada "democracia intercultural".

Capítulo 1 - CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA (2000-2020)

*Eram sociedades comunitárias e não para alguns poucos.
Eram sociedades não só antecapitalistas, como foi dito, mas também anticapitalistas.
Eram sociedades democráticas, sempre.*

Aimé Césaire

De acordo com o Latinobarómetro (2021), entre 2010 e 2018 o apoio à democracia na América Latina caiu de 63% para 48%. Entre os países que mais registraram essa perda de apoio estão Equador, Colômbia e Panamá. O Brasil apresentou aumento entre 2018 e 2020 e Bolívia, Argentina e Chile figuram como alguns dos países com maiores níveis de apoio na região.

O declínio do apoio à democracia não está restrito somente à região latino-americana. Na verdade, tem sido registrado na literatura como um dos fortes sintomas da crise da democracia (MIGUEL, 2022; SANTOS; MENDES, 2018). Esse fenômeno não tem início na pandemia global do coronavírus, mas tem sido germinado desde os últimos anos do século XX, a partir da percepção de que as instituições democráticas não funcionam como deveriam até mesmo em países da Europa Ocidental e da América do Norte, até então consideradas democracias consolidadas (MIGUEL, 2022).

Dentre os desafios contemporâneos da democracia, podem ser citados o populismo reacionário, o avanço da extrema-direita que restringe os direitos e liberdades, o fascismo social (SANTOS, 2014) e a presença persistente do neoliberalismo desde a década de 1980. O extremismo de direita acaba por restringir não apenas a democracia, mas o próprio liberalismo político, que se baseia na igualdade de direitos e nas liberdades individuais.

Existem, no geral, duas tendências que caracterizam a atual crise da democracia. O primeiro tipo se dá pela capacidade de atores democráticos de se posicionarem – e ganharem legitimidade – dentro das democracias e, com o respaldo da sociedade, passam a mudar as regras do jogo político. A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil ilustra esse tipo de movimentação.

Um segundo tipo, menos trabalhado pela Ciência Política dominante, é o que Miguel (2022) chama de neogolpes latino-americanos. Nestes, governantes eleitos de forma democrática, “mas considerados inconvenientes por algum motivo, são derrubados em processos que guardam um simulacro de respeito às normas vigentes, que fazem um uso

desvirtuado de instrumentos legais vigentes” (MIGUEL, 2022, p. 26) e que deixam as Forças Armadas em segundo plano. Os casos de Fernando Lugo, no Paraguai (2012), Dilma Rousseff, no Brasil (2016) e, em alguma medida, Evo Morales, na Bolívia (2019) são exemplos dessa tendência.

O que os neogolpes latino-americanos indicam é que há uma nova maneira pela qual os interesses dominantes restringem a vontade popular. Esse processo, que antes ocorria pela influência de setores dominantes no fluxo de informações, ou pelo amplo investimento em campanhas políticas, agora ocorre de forma mais abrupta. Os próprios resultados, quando não alinhados aos interesses dos grupos dominantes, são negados.

Não obstante, acontecimentos recentes na América Latina indicam também que essas tentativas de cerceamento da vontade popular geral provoca reações tanto na sociedade civil, como na sociedade política. A volta do partido de Evo Morales à presidência da Bolívia em 2020, assim como a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil em 2022, indica que a construção democrática na América Latina é conformada por diferentes projetos políticos em constante disputa.

1.1 Construção democrática na América Latina: uma disputa constante

No período pós-guerras, com a derrota do nazifascismo, o regime democrático passou a ser compreendido de forma praticamente consensual como a maneira mais legítima de se gerir e organizar o poder político (MIGUEL, 2022; 2005). Com a concepção liberal-representativa de democracia propagada ao redor do mundo, “uma versão simplificada do pluralismo liberal, com sua ênfase em eleições competitivas e em múltiplos grupos de pressão, tornou-se a ideologia oficial dos regimes democráticos ocidentais” (MIGUEL, 2005, p. 12).

De acordo com Santos e Avritzer, a forma hegemônica da democracia, isto é, a democracia representativa elitista, “propõe estender ao resto do mundo o modelo de democracia liberal-representativa vigente nas sociedades do hemisfério norte, ignorando as experiências e as discussões oriundas dos países do Sul no debate sobre a democracia” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 43).

Contudo, essas concepções hegemônicas sobre democracia são “abstração da história particular das lutas dos povos europeus” (SHIVJI, 2018, p. 110) e foram pensadas em um contexto específico, para atender necessidades específicas. Ao ser transplantada a outros territórios e contextos, a democracia passa a existir de maneira plural: fazem-se presentes diferentes democracias com formas, dimensões e modos de funcionamento distintos.

Essa complexidade deve ser apreendida pelos estudos da democracia. Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) apontam três principais entraves na forma que a construção democrática na América Latina é analisada, impedindo uma maior compreensão dos processos democráticos da região. O primeiro deles é “a insistente tendência de se tratar a sociedade civil como um ator unificado, sem admitir sua heterogeneidade intrínseca, [...] um vício recorrente na análise política latino-americana” (Idem, p. 17, tradução minha).

A sociedade civil é composta por diferentes ideias, organizações e demandas, não possuindo um caráter único, tampouco uma só agenda. O termo "sociedade civil" compreende uma complexidade de atores sociais. Pensar as sociedades latino-americanas, portanto, é admitir altos graus de heterogeneidade, justamente por conta da fusão social construída ao longo dos últimos séculos, que não as homogeneizou.

Um segundo entrave nos estudos sobre o processo democrático latino-americano é “um tratamento que com frequência isola a sociedade civil da sociedade política, estabelecendo uma dicotomia entre elas e ignorando suas relações” (Idem). Existem projetos que circulam tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, muitas vezes conectando ambas. Assim como a sociedade civil, a sociedade política também deve ser analisada em sua heterogeneidade.

A sociedade civil deve ser pensada como componente central da democracia e, por conseguinte, não pode ser vista como alheia à sociedade política porque dessa forma limita-se a possibilidade de uma democracia mais participativa. A diferenciação entre política e sociedade, ou seja, "o isolamento da esfera política em relação ao restante do mundo social" (MIGUEL, 2005, p. 12) é um dos traços mais marcantes do liberalismo.

A terceira insatisfação apresentada pelos autores, e que se relaciona com a separação entre sociedade civil e sociedade política, “se origina em uma concepção simplista do processo de construção democrática que tem em sua base uma visão apologética da sociedade civil” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 18, tradução minha). Enquanto o Estado é visto como a encarnação do mal (DAGNINO, 2002), a sociedade civil é vista como um campo repleto de possibilidades democratizadoras.

Assim, o Estado passa a ser visto como um entrave ao processo democratizador, enquanto a sociedade civil apresenta todas as capacidades para promover a justiça social. Todavia, a existência de diferentes projetos políticos na sociedade civil requer uma análise mais cuidadosa. Ao mesmo tempo em que a sociedade civil possui a capacidade de ampliar as

fronteiras da democracia, pode também restringi-las, ou apoiar projetos políticos e/ou atores que possuem este objetivo¹.

A democracia representativa, importante conquista das sociedades modernas, tende a separar a sociedade civil da sociedade política, destinando à sociedade política as funções de representação legítima:

Uma vez alcançada a democracia representativa, a sociedade civil ativada deixa seu espaço de ação para a sociedade política, a qual assume as causas e os interesses da sociedade civil e monopoliza as funções da representação legítima. Não há uma consideração acentuada da abertura de novos espaços públicos e da emergência de outros atores, agendas e práticas (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 20, tradução nossa).

A ideia de democracia como mero exercício de representação política (por meio do voto) no Estado reforça a separação entre sociedade civil e sociedade política, não evidenciando a variedade de atores sociais que compõem a sociedade civil. Em particular na América Latina, essa heterogeneidade diz respeito não somente aos diferentes tipos de associações ou organizações que entendem os indivíduos como sujeitos de direitos, mas também formas de organização social "que reivindicam direitos coletivos consuetudinários ou novos direitos culturais" (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006, p. 88, tradução nossa) e que apresentam diferentes projetos políticos - estes podendo ou não ser respaldados pela sociedade política.

Projetos políticos, segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 43, tradução nossa) podem ser entendidos como “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade, os quais orientam a ação política dos diferentes sujeitos”. O conflito presente nas sociedades não se resume apenas a diferentes ideias que permeiam o imaginário dos indivíduos, mas também a projetos políticos advindos de diferentes grupos sociais que apresentam demandas específicas.

Existe, portanto, uma multiplicidade de projetos na sociedade civil e na sociedade política. Longe de alcançar um consenso, ou de representar um fim em si mesmo, o processo democrático é “interminável, não linear, complexo, cheio de tensões e disrupções, e [...] contém projetos, aspirações e experiências que não se esgotam nem estão contidos na representação eleitoral” (Idem, p. 6-7).

Sendo assim, a construção democrática na América Latina é uma constante disputa entre diferentes projetos políticos. As formas democráticas, seus tensionamentos e

¹ No Brasil contemporâneo destaca-se, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL), que liderou as manifestações de 2013 que marcaram o início da crise política brasileira, culminando no *impeachment* de Dilma Rousseff (NEGRI; IGREJA; PINTO, 2019). Na Bolívia, setores da sociedade civil foram responsáveis por apoiar o golpe de 2019.

aprofundamentos que emergiram na região ao longo dos últimos anos evidenciam três principais projetos políticos envolvidos nessa disputa: autoritário, neoliberal e democrático-participativo.

É importante aclarar que nenhum desses projetos é puro, ou uma esfera impenetrável. Estes três são tipos ideais de agendas políticas que preponderam na região, e não exemplos encontrados de maneira integral na realidade. Um só projeto político pode ter características autoritárias, neoliberais e/ou democrático-participativas (Idem).

O projeto autoritário em sua forma clássica (ditaduras militares) perdeu apoio conforme a democracia liberal se expandiu e passou a ser pensada como modelo desejável de organização política e social. Os traumas deixados pelos períodos ditatoriais na América Latina geraram nas sociedades uma recusa ao autoritarismo. Não obstante, a insatisfação coletiva com a democracia liberal - porque não tem apresentado uma capacidade de inclusão política - abre espaço para aceitação de algum tipo de autoritarismo, ou até mesmo para uma apatia quanto ao regime político ideal.

Segundo o Latinobarómetro (2021), embora 49% dos latino-americanos acreditem que a democracia é preferível, 13% apoiam o autoritarismo e 27% afirmam que são indiferentes ao regime de governo. Inference-se, a partir disso, que o projeto político autoritário não se findou com o advento e expansão da democracia liberal, mas entrou em uma espécie de recesso (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006), podendo ascender em momentos de profunda crise política.

O projeto neoliberal se sustenta pela lógica da necessidade de ajustar o papel do Estado e suas relações com a sociedade civil às necessidades do capital, ou "ao que seriam as exigências de um novo momento das relações de acumulação capitalista, marcadas por sua reconfiguração em âmbito global" (Idem, p. 59). Ainda que a formulação desse projeto remonte ao Consenso de Washington (1989), sua implementação - e em alguns casos, sua institucionalização - variou de acordo com os diferentes contextos dos países latino-americanos.

Dentre os maiores efeitos do neoliberalismo, encontra-se o da desdemocratização, que subverte a própria essência da democracia. Este fenômeno joga luz sobre processos nos quais a ideia da democracia é levantada apenas nominalmente, sem fazer jus à sua própria essência. Em outras palavras, a desdemocratização existe quando se esvazia a "democracia de sua substância sem a extinguir formalmente" (DARDOT; LAVAL, 2016, n.p; BROWN, 1955). O projeto neoliberal, tal qual tem sido apresentado nos últimos anos, é um projeto desdemocratizador.

O projeto democrático-participativo possui o maior potencial de aprofundamento e radicalização democrática, já que "confronta com nitidez os limites atribuídos à democracia

liberal representativa como sistema privilegiado de relações entre Estado e sociedade” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 53, tradução nossa). A participação da sociedade nos processos de tomada de decisão assume um papel central e, portanto, se afasta da histórica dissociação entre sociedade civil e sociedade política.

No projeto político democrático-participativo, a sociedade civil assume um papel central e passa a atuar na política não apenas em momentos de consultas ou por meio do voto em períodos eleitorais, mas também influi por meio do que se tem chamado de *accountability*, ou seja, mecanismos de monitoramento e fiscalização do desempenho estatal liderado pela sociedade civil, com o fim de garantir a prestação de contas por parte do Estado, garantindo assim o caráter público (Idem).

No projeto político neoliberal, o *accountability* tende a cumprir o papel limitado de “assegurar uma melhor comunicação e, em consequência, uma maior eficiência na relação do Estado com os cidadãos clientes, contribuindo assim com a governabilidade” (Idem). O potencial democratizador desse processo é limitado, e não visa ampliar a ideia de democracia participativa, tampouco radicalizá-la. O foco, nesse projeto, é limitar o controle político sobre atores econômicos e o mercado e garantir a liberdade de mercado e direitos de propriedade (BROWN, 2019). Direitos que não são do interesse do capital são dispensáveis.

No modelo democrático-participativo, a sociedade civil “é reconhecida em sua heterogeneidade e concebida de maneira ampla e inclusiva, dado seu papel no asseguramento do caráter público do Estado através da participação e do controle social” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 46). É vista, portanto, como ator indispensável do fazer político e da própria estruturação da democracia.

A garantia da cidadania integral, isto é, o acesso pleno a direitos civis, políticos e sociais disponibilizado à toda a população é basilar para a existência de uma democracia de fato (O'DONNELL, 2011). Todo e qualquer projeto político que vise contribuir para um aprofundamento democrático - ou radicalização democrática - deve garantir uma intensa extensão da cidadania a todos os indivíduos.

Destarte, é no projeto político democrático-participativo que a cidadania é redefinida, “adequando-a às necessidades específicas da luta pelo aprofundamento democrático, a partir de uma premissa básica: *o direito a ter direitos*” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 47, grifos no original):

[...] se sustenta un vínculo indisoluble entre el derecho a la igualdad y el derecho a la diferencia (Dagnino, 1994), criticando el carácter homogeneizador de la visión liberal, convirtiéndose así en referencia para los movimientos de las mujeres, de los homosexuales, de los negros, de los indígenas y otros. [...] Tal visión de ciudadanía

se presenta, asimismo, como una propuesta de sociabilidad, en la medida en que trasciende el reconocimiento legal de los derechos y los límites estrictos de la relación entre el Estado y los individuos para inclinarse hacia el ámbito de las relaciones sociales en su conjunto, en las cuales el reconocimiento de los derechos debe fundar parámetros de convivencia en la sociedad [...] (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 47).

Conjuntamente com a cidadania, a noção de política também é ampliada. São reconhecidas novas formas de se fazer política, “a fórmula encontrada por vários analistas para designar o surgimento de novos sujeitos políticos, como os movimentos sociais que trouxeram ao âmbito público novas questões e reivindicaram seu caráter político” (Idem, p. 49).

Em contraste, em um projeto neoliberal, a cidadania, a participação e a sociedade civil são noções que “expressam uma mesma intenção despolitizadora e, portanto, são portadoras do que se poderia chamar de uma visão minimalista da política” (Idem, p. 55). Assim, o projeto neoliberal busca cercear a ampliação das fronteiras democráticas indo em seu sentido oposto: “a redução de terrenos, sujeitos, temas e processos considerados como constitutivos da política” (Idem, p. 55).

Por ser guiado por uma visão minimalista da democracia, o projeto neoliberal busca minimizar também o político enquanto terreno de debate público e contraposição de ideias e projetos políticos. Essa visão minimalista não reconhece a irredutibilidade do conflito, tampouco a democracia como a melhor forma de organizá-lo, mas busca invisibilizá-lo e confiná-lo e tratá-lo de forma tecnocrática (Idem). Em um mundo no qual os interesses do capital são preponderantes, pouco importa as necessidades da sociedade civil de se expressar perante o Estado.

Ainda que, como já dito, o modelo autoritário em sua forma clássica não ecoe com a mesma força entre as sociedades, ele tem apresentado novos formatos, tanto na Europa como na América Latina (CASTRO; SANTOS; BEAL, 2020). O populismo reacionário - ou populismo radical de direita - é uma das principais expressões dessa renovação (LYNCH; CASSIMIRO, 2022). Esse populismo² se opõe à busca por igualdade social, já que justifica, em nome de grupos específicos, diferentes tipos de hierarquia que vão desde o âmbito do trabalho, até a vida privada.

² O populismo tem sido apresentado de maneira polissêmica pela literatura. Enquanto alguns autores o apresentam com conotação negativa, outros o compreendem como uma expressão democrática do poder popular. É necessário delimitar a diferença entre o populismo e o populismo reacionário. Por populismo, entende-se uma forma de se fazer política praticada por um líder carismático, que busca maior representação de uma maioria contra o restante da sociedade. O populismo reacionário busca regredir em termos de políticas públicas que visam promover maior igualdade social, e até mesmo eliminar pautas que visam debater a constituição familiar, o machismo e racismo estruturais, direitos das minorias etc. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022). No Brasil, destaca-se o tradicionalismo defendido por Olavo de Carvalho (TEITELBAUM, 2020), cujas ideias influenciaram diretamente o governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

A crítica às democracias liberais, embora exista no contexto do populismo reacionário, é utilizada em uma conotação controversa, desvalorizando o próprio processo democrático. O líder populista adota e reitera constantemente a imagem de um povo homogêneo de vontade única. O discurso de "nós *versus* eles" é elevado ao extremo e é negada, portanto, a ideia do conflito como uma dimensão irreduzível das sociedades. Defeitos, vícios e discursos "politicamente incorretos" proferidos por esses líderes são vistos pela população como garantias de que esses líderes não são subservientes à política corrompida, viciada e repugnante (LYNCH; CASSIMIRO, 2022).

No entanto, para que a democracia tenha maiores chances de ser consolidada e aprofundada "é necessária a existência de uma forte correspondência entre um projeto democrático na sociedade civil e projetos políticos afins na sociedade política" (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 42, tradução minha), ainda que essa correlação de forças seja bastante difícil de ser atingida.

Em casos de profundas disparidades entre os projetos políticos desses dois espaços, a distinção e o distanciamento entre sociedade civil e sociedade política tornam-se ainda mais presentes, e geram a curto ou longo prazo crises de representação, traço marcante da história política latino-americana. Tendo em vista que é na sociedade política que são encontrados os mecanismos pertencentes aos processos de tomada de decisões, fica restrita na sociedade política (isto é, no corpo burocrático do Estado) a decisão do que deve ou não mudar. Novas formas de se fazer política não são reconhecidas pelo Estado.

Em uma sociedade na qual há equivalência entre os interesses da sociedade civil e as tomadas de decisão da sociedade política, assim como projetos políticos complementares, a presença da sociedade civil no Estado tende a ser mais forte. Isto possibilita uma constante renovação de projetos políticos, condição básica para a sobrevivência da democracia (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

1.2 Descolonizar a democracia: decolonialidade e radicalização

Com o estabelecimento da democracia liberal em escala global, prepondera a ideia de que o futuro a ser almejado é aquele que trará paz, prosperidade a todos os cidadãos, e a implementação dos direitos humanos em todas as partes do mundo. Contudo, a persistência de desigualdades estruturais mesmo depois de a democracia se tornar o principal sistema político entre os países demonstra que esta ideia possui limitações.

Ainda que as concepções hegemônicas sobre democracia tenham estruturado a base ideológica dos sistemas políticos latino-americanos nos últimos séculos, abordagens mais

contemporâneas vêm apontando as limitações dessas teorias e propondo formas pelas quais a democracia possa ser de fato enraizada e ampliada nas sociedades modernas, perpassando o ideário da democracia liberal. Essas abordagens, longe de proporem o descarte ou a exclusão das perspectivas hegemônicas, propõem uma adaptação e uma abertura a outras reflexões, possibilitando, assim, um caminho além do cânone eurocêntrico. Evocam, também, a necessidade de aceitação de outras formas de produção de conhecimento como legítimas.

Nesse sentido, é sintomática a crítica de Mignolo (2007) à ideia de Fukuyama, segundo o qual a democracia liberal seria a forma definitiva que qualquer regime político poderia assumir³:

Así, me imagino que pensaría Fukuyama: que toda la población de China, toda la población islámica desde el Oriente Medio al Asia Central y desde el Asia Central hasta Indonesia, todos los indígenas de las Américas desde Chile a Canadá hasta Australia y Nueva Zelanda, toda la población africana al sur del Sahara, más la diáspora en las Américas, que todos los latino/as y otras minorías en Estados Unidos, en fin, que todos esos millones de personas que cuadruplican o quintuplican la población de la Europa atlántica y la América del Norte, se rendirían a los pies del amo y del modo de vida paradisíaco del Occidente capitalista y el Estado-liberal democrático, entretenido por una industria televisiva y musical sin parangón, momificado por una tecnología que cada minuto crea un nuevo trick de embelesamiento y júbilo, se proyecta sobre un éxito sin límites, una excelencia sin fronteras y un crecimiento tecno-industrial-genético que asegura el paraíso para todos los mortales. [...] El fin de la historia sería así el triunfo del liberalismo, secundado por la cristiandad conservadora frente a la constante protesta de la izquierda marxista y de la filosofía de la liberación. Así sería, hasta el fin de los tiempos. Nos guste o no, después del fin de la historia, llegó Afganistán, Irak, Katrina, Francia 2005. Literalmente, empezó otra historia, la historia en la que el pensamiento colonial, gestado desde el momento fundacional de la modernidad/colonialidad, comienza a tomar el liderazgo (MIGNOLO, 2007, p. 256).

Como já abordado, o processo democrático em especial na América Latina é uma rede de tensões e disrupções, e se dá por meio de um conflito constante entre diferentes projetos políticos. A ideia de um “fim da história” no qual a aceitação da democracia liberal-representativa ocupasse um espaço central em todo o mundo não parece cabível, sobretudo porque as sociedades contemporâneas são altamente heterogêneas e as latino-americanas, em especial, foram forjadas pelo domínio colonial. Essa composição múltipla culmina na existência de diferentes perspectivas e necessidades dentro das sociedades latino-americanas e, portanto, culmina na existência de diferentes concepções de democracia.

A constituição desse campo político complexo e conflituoso remete à própria origem dos Estados latino-americanos:

³Segundo Fukuyama, a democracia liberal constituiria o último estágio do desenvolvimento das sociedades (FUKUYAMA, 1992). Em sua perspectiva, o sistema capitalista, a democracia liberal e, portanto, o liberalismo econômico representariam as melhores alternativas para as sociedades recém democratizadas.

Apesar de se orientar em processos de *desdiferenciação* e de possuir uma orientação universalista e homogeneizante, as identidades nacionais não lograram acabar com as diferenças existentes no interior dos Estados latino-americanos. As distinções de classe, raça e etnia não só persistiram, como também se hierarquizam no interior do que supostamente eram nações homogêneas (GUIMARÃES, 2016, p. 259-260).

Torna-se necessário, então, repensar o conceito de conflito social, admitindo-o como parte constitutiva da democracia, arrefecendo a ideia de que um só projeto político é capaz de representar a população como um todo, ou como se a vontade da maioria fosse um fim em si mesmo, ainda que “nas sociedades contemporâneas, marcadas pela pluralidade de estilos de vida, de valores, de culturas, é difícil imaginar que um tal consenso ou quase-consenso seja possível (ou mesmo desejável)” (MIGUEL, 2005, p. 20).

Uma das problemáticas centrais do modelo de democracia liberal é, segundo Santos e Avritzer (2002, p. 54), a de que os setores mais vulneráveis econômica e socialmente, assim como etnias minoritárias, “não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos”. Embora o sistema disponibilize espaço para a participação da sociedade, este espaço é restrito a grupos que detém maior poder.

Como a sociedade civil é apartada dos processos de tomada de decisão, a sociedade política tende a atender às vontades e às necessidades da maioria que a elegeu, deixando em segundo plano - ou não considerando - demandas de minorias que dependem de ações governamentais para sobreviver e ocupar espaços na sociedade. Sendo a democracia uma forma específica de gestão do Estado - e este Estado é capitalista -, fazem-se necessários modelos interpretativos de democracia que posicionem as desigualdades sociais no centro, afinal, “a democracia é *instrumental* na luta contra as desigualdades” (MIGUEL, 2022, p. 10, grifos no original).

Os chamados participacionistas, estudiosos que observam a necessidade da democracia participativa como eixo ordenador das sociedades contemporâneas, também reiteram a necessidade de ir além da dimensão representativa da democracia. Alguns deles afirmam que existe uma incompatibilidade fundacional entre o aprofundamento da democracia e a manutenção do capitalismo⁴ (MIGUEL, 2005). Os participacionistas contemporâneos posicionam-se contra “a rígida separação entre Estado e sociedade civil e advogam a implantação de mecanismos democráticos nos espaços da vida cotidiana, notadamente bairros, escolas, locais de trabalho e famílias (Idem, p. 25).

⁴ Ellen Wood (2004) argumenta que democracia e capitalismo são incompatíveis, sobretudo porque o capitalismo depende da acumulação capitalista e das leis do mercado que, por sua vez, enxergam as necessidades humanas como produto. Esse tipo de relação é inacessível ao poder democrático.

A impossibilidade de se solucionar problemas como o da desigualdade social gera, a curto, médio ou longo prazo, uma crise de representação. O distanciamento entre a sociedade civil e o Estado restringe o poder popular, limitando a presença dos cidadãos ao voto nas eleições. A partir disso, e de acordo com os níveis de desigualdade apresentados pela América Latina, região mais desigual do mundo (CEPAL, 2019), é sintomático que o apoio à democracia tenha caído. A população já não vê na democracia a única forma de garantia de direitos e suprimento de necessidades básicas.

Segundo Santos e Mendes (2018, p. 20), são diversas as formas de “imaginação e de prática democrática que vão além das concepções hegemônicas de democracia”. As concepções hegemônicas sobre a democracia, apesar de serem dominantes, não são as únicas existentes: “ao lado dela[s], em conflito em articulação com ela[s], existem outras concepções que é urgente conhecer e valorizar” (Idem).

Diante deste panorama, e levando em conta as diferentes sociedades existentes ao redor do mundo, suas múltiplas demandas e problemas não resolutos com os anos de predomínio da democracia liberal, são bem-vindas teorias sobre democracia que proponham novas formas de entendimento do conflito social, do embate de ideias e da participação da sociedade civil na política.

Para uma compreensão mais profunda acerca da realidade democrática na América Latina, torna-se necessário considerar outras formas de se pensar a democracia - e sua ampliação, ou seu aprofundamento - que perpassa o âmbito eleitoral, e que posicione a sociedade civil no centro dos processos de tomada de decisão, contrapondo-se aos projetos neoliberais que restringem a participação popular.

Essas concepções, formas de se pensar e/ou teorias devem compreender a heterogeneidade como fator constitutivo das sociedades contemporâneas e, portanto, constitutivo também das democracias contemporâneas. Para tanto, torna-se indispensável questionar o próprio Estado-nação, especialmente em países outrora colonizados, já que estes, como já dito, apresentam sociedades forjadas pelo domínio colonial cuja característica principal é a heterogeneidade (de traços fenotípicos, de saberes, culturas, crenças, visões de mundo, religiões etc.).

Dois perspectivas apresentam contribuições nesse sentido. A primeira delas é o pensamento decolonial, nascido entre o fim da década de 1990 e começo dos anos 2000, que é guiado pela busca pelo desprendimento do cânone eurocêntrico, e pela abertura a outras formas de se conceber a realidade social (MIGNOLO, 2007). A segunda perspectiva, representada por

Chantal Mouffe (2015, 2003), é o conceito de democracia radical, que tem como ponto de partida o conflito como parte constitutiva de toda e qualquer democracia.

1.2.1 Por uma democracia decolonial

Colonialidade e modernidade são dois lados da mesma moeda. Assim como a revolução industrial na Europa foi proporcionada pelo trabalho coagido dos povos da periferia (GROSFOGUEL, 2011; GALEANO, 1971), as identidades, organizações, leis e instituições da modernidade foram constituídas no contexto da interação colonial e, portanto, sob a égide da relação de dominação entre exploradores e explorados. O Estado-nação e a democracia liberal fazem parte dessas instituições. A partir disso, torna-se importante analisar criticamente o modelo de democracia liberal. O pensamento decolonial, ao buscar descolonizar o conceito de democracia, apresenta alguns caminhos.

Na perspectiva decolonial, a colonização das Américas deu início a um padrão global de poder que não ficou contido apenas ao período colonial, mas perdurou e hoje encontra-se presente em todas as áreas da vida humana. Sistemas, ideias e formas de organização pensadas no tempo e no espaço europeu - dos colonizadores - foram replicadas extraterritorialmente como a maneira correta de se gerir, organizar e pensar as sociedades.

A ideia de uma organização política arquetípica, pensada como a mais justa e passível de ser transplantada ao redor do mundo, limita o exercício de imaginar outras formas de organização advindas dos diversos grupos sociais que conformam as sociedades modernas. Essa impossibilidade de se pensar além do cânone eurocêntrico é um dos principais motores que fortalecem a colonialidade e a tornam irreduzível.

Segundo Quijano (2002), o atual padrão de poder mundial consiste em quatro eixos fundamentais:

- 1) colonialidade do poder, ou seja, a ideia de raça como classificação social, baseada em diferenças fenotípicas que legitimam uma relação de dominação;
- 2) o capitalismo como sistema de exploração social;
- 3) o Estado como forma central - e legítima - de controle e de autoridade e o Estado-nação moderno como sua forma hegemônica;
- 4) o eurocentrismo como controle da subjetividade/intersubjetividade dos indivíduos, estando presente de maneira hegemônica na forma de produzir, consumir e validar conhecimento (QUIJANO, 2002).

Assim, a colonialidade pode ser compreendida como a extensão de padrões estabelecidos no período colonial que não foram findados com a independência dos países

colonizados, mas que (r)existem até os dias de hoje e ordenam as sociedades modernas (RESTREPO; ROJAS, 2012). Essa colonialidade, fortalecida pela reiteração constante do modelo eurocêntrico de viver, ser e poder, encontra-se também no imaginário dos indivíduos outrora colonizados:

De la misma manera, no obstante que el colonialismo político fue eliminado, la relación entre la cultura europea, llamada también "occidental", y las otras, sigue siendo una relación de dominación colonial. No se trata solamente de una subordinación de las otras culturas respecto de la europea, en una relación exterior. Se trata de una colonización de las otras culturas, aunque sin duda en diferente intensidad y profundidad según los casos. Consiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario. En una medida, es parte de él (QUIJANO, 1992, p. 12).

Os modos de pensar e conceber a realidade são moldados por conceitos e ideias que há séculos foram transplantados ao redor do mundo. Sendo o imaginário um precedente das ações, do tangível, do meio material, o modo de se fazer política e de se organizar as sociedades atuais em todo o mundo é, também, uma das extensões do que se chama de colonialidade do ser, do saber e do poder. Isto porque a concepção de uma forma única de se organizar as sociedades exclui saberes e formas de organização outras, que precedem o sistema-mundo fundado pela expansão do eurocentrismo a partir do século XVI.

Quijano (2002), ao buscar compreender a democracia dentro da perspectiva decolonial e a função do sistema democrático para a manutenção do padrão de poder atual, naturalmente moderno e colonial, traça algumas tendências da Modernidade e, para os interesses desta pesquisa, duas delas mostram-se pertinentes:

c) a erosão contínua do espaço nacional-democrático, ou em outros termos a contínua desdemocratização e desnacionalização de todos os Estados nacional-dependentes onde não se chegou à consolidação do Estado-nação moderno;
d) a gradual conversão dos Estados menos nacionais e democráticos em centros locais de administração e controle do capital financeiro mundial e do bloco imperial (QUIJANO, 2002, p. 11).

A primeira observação demonstra que o processo de democratização não se deu de maneira igual entre os países que hoje compõem o sistema-mundo. Nos países centrais, representados principalmente pela Europa ocidental e os países anglo-saxões da América do Norte, a consolidação do Estado-nação moderno deu-se de maneira mais concreta, enquanto em outros - a periferia do sistema-mundo - a democratização foi incompleta ou ainda está em processo de construção. A partir dessa perspectiva, a democracia na América Latina ainda é um objetivo a ser alcançado.

A segunda observação sinaliza que os países da periferia tornam-se centros de controle dos países centrais, já que devem se adaptar à realidade destes últimos na tentativa de

alcançarem seus graus de desenvolvimento. Com a colonização, criou-se a ideia de que o desenvolvimento ao qual todas as sociedades devem se submeter se consiste em uma escala cujo nível mais elevado de eficácia foi alcançado pelas sociedades europeias. Essa é uma das vias pelas quais a colonialidade ainda se faz presente, já que a dominação - ideológica e material - de uns países por outros ainda é um traço marcante do sistema-mundo (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Relações de dominação de uns sobre os outros, portanto, ainda são traços constitutivos do mundo moderno. As formas pelas quais essas relações têm sido estabelecidas foram renovadas, e agora são representadas, segundo a perspectiva decolonial, pelo Estado e a sociedade:

O que o termo democracia significa no mundo atual, no padrão de poder colonial/moderno/capitalista/eurocêntrico, é um fenômeno concreto e específico: um sistema de negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação, cuja figura institucional emblemática é a cidadania e cujo marco institucional é o moderno Estado-nação (QUIJANO, 2002, p. 18).

Nessa perspectiva, a democracia representa uma forma de manutenção da exploração de uns sobre os outros, sendo o modelo de Estado-nação o ator principal, exercendo poder sobre os habitantes que residem dentro de seu espaço territorial⁵ e alijando-os dos processos decisórios. A democracia é um modo de dominação política em um mundo estruturado pelo sistema capitalista (MIGUEL, 2022) que, desde seu início, é colonial (QUIJANO, 2002).

A democracia administrada pelo Estado-nação acaba sendo manejada por um corpo burocrático incumbido de tomar conta do processo democrático. A representação da sociedade no Estado é gerenciada por essa instância. Destarte, a democracia, em seu modelo hegemônico, apresenta-se como uma tecnoburocracia gerenciada pelo Estado-nação, promovendo "a igualdade formal dos direitos políticos e se [convertendo] em espécie de democracia burocrática" (AGUIAR, 2013, p. 46).

Uma das tendências observáveis do atual padrão de poder global é a redução dos espaços democráticos na sociedade, gerando, assim, um processo de desdemocratização. Os espaços democráticos implicam uma distribuição do acesso e controle do trabalho, recursos e produtos, do conhecimento e da própria subjetividade (QUIJANO, 2002, p. 20). Os altos níveis

⁵ Construindo uma crítica ao Estado-nação moderno e seu direito intrínseco de controle, Achille Mbembe (2016) avança ao entender a modernidade não apenas como uma forma categorizada de agir e conhecer através de uma racionalidade arquetípica, mas como a institucionalização do terror e do poder estatal sobre os corpos humanos. Nessa perspectiva, a modernidade encontra-se diretamente relacionada com o terror: "Na realidade, as ligações entre a modernidade e o terror provêm de várias fontes. [...] Na França, o advento da guilhotina marca uma nova fase na "democratização" dos meios de eliminação dos inimigos do Estado" (MBEMBE, 2016, p. 129).

de desigualdade e má distribuição de renda e limitado acesso a serviços como saúde e educação indicam que o espaço de ação da sociedade civil encontra-se cada vez mais limitado.

Para avançar no processo de "reinvenção da democracia para além do marco liberal" (MENDES; SANTOS, 2018, p. 11) e na tentativa de ir além deste modelo, o correto seria reconhecer não apenas uma, mas múltiplas e diferentes democracias que existem no mundo, mas que foram subjugadas pelo eurocentrismo:

Reafirmar as democracias no plural não é tarefa fácil. Ainda menos num campo político dominante que, descartando/desqualificando a demodiversidade, nos “ensina” todos os dias que a democracia-monocultural-do-sufrágio-individual é una, universal, inquestionável e única (RODRÍGUEZ, 2018, p. 500).

O aprofundamento de uma concepção de democracia que reconheça a existência da demodiversidade, ou seja, "novas formas de imaginação e de prática democrática que vão além das concepções hegemônicas de democracia" (MENDES; SANTOS, 2018, p. 20), é um dos pontos fundamentais da agenda democrática da última década.

No caso dos países latino-americanos, que possuem sociedades forjadas pelo domínio colonial, é possível - e necessário - considerar a heterogeneidade e compreendê-la não como um empecilho, mas como uma característica constitutiva e, a partir disso, refletir sobre como ampliar as fronteiras da democracia de modo que a sociedade civil, múltipla e diversa, seja parte central nos processos de tomada de decisão.

O reconhecimento da demodiversidade é importante porque as sociedades latino-americanas, resultantes de amplos empreendimentos de miscigenação e políticas de migração ao longo de séculos, são estrutural e historicamente múltiplas, diversas e *abigarradas*. Em contextos como estes, a ideia de uma democracia que une o povo em prol de um só interesse nacional não parece condizer com a realidade. Toda e qualquer maioria implica na exclusão de uma minoria (ou múltiplas minorias). Como se verá adiante, a democracia é, em sua essência, conflituosa.

A perspectiva decolonial (SANTOS; MENDES, 2018; GROSFÓGUEL, 2011; QUIJANO, 2002) busca, portanto, evidenciar experiências democráticas que transcendem as construções epistemológicas hegemônicas sobre a democracia. Neste âmbito, a presença do outro e a heterogeneidade das sociedades latino-americanas são fatores inevitáveis da modernidade, pois a própria modernidade foi iniciada a partir deste confronto. Um dos desafios prementes é como trabalhar com essa heterogeneidade para que as fronteiras democráticas sejam, de fato, ampliadas, e a colonialidade superada.

A teoria eurocêntrica sobre a democracia apaga a percepção de uma outra linhagem histórico-temporal da democracia “mais universal e mais profunda: a comunidade como estrutura de autoridade, isto é, o controle direto e imediato da autoridade coletiva pela população de um espaço social determinado” (QUIJANO, 2002, p. 25). Esse apagamento produziu, na periferia do sistema-mundo moderno/colonial, o impedimento de que os Estados se democratizassem nos níveis dos países centrais (Idem).

À crise persistente entre indivíduos e o sistema político democrático, somam-se outras problemáticas latentes da modernidade como a pobreza, a fome, a disparidade econômica entre países e a desigualdade social, marcas constitutivas do atual sistema internacional. A busca pela democracia participativa é um passo necessário para aperfeiçoar a democracia representativa já existente, já que a participação tem, entre suas funções, a de ser “um meio para o aprimoramento das instituições representativas” (MIGUEL, 2005, p. 27). A promoção da democracia participativa deve andar de mãos dadas com a luta pela redução da desigualdade socioeconômica e, portanto, com a busca pelo ampliado dos espaços democráticos (QUIJANO, 2002).

Em contraposição à concepção liberal, estruturaram-se também concepções contra-hegemônicas sobre democracia, ainda que essas últimas não ecoem com a mesma força que as concepções hegemônicas. No caso das concepções contra-hegemônicas, “trata-se de negar as concepções substantivas de razão e as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo a pluralidade humana” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 51). Estas construções teóricas, políticas e práticas, além de valorizarem a heterogeneidade nas sociedades, corroboram com a descolonização do conceito de democracia, abrindo espaço para outras formas de reflexão e, em consequência, de prática democrática.

A decolonialidade é, portanto, coetânea da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2007): desde os primórdios do período colonial, a retórica opressiva, exclusiva e condenatória da modernidade gera energias de descontentamento entre os indivíduos que se opõem à violência imperial, e “essa energia se traduz em projetos decoloniais que, em última instância, também são constitutivos da modernidade” (Idem, p. 26).

Sob a luz da abordagem decolonial, pensar uma democracia radicalmente democrática nos países latino-americanos é transcender o paradigma jurídico, político e social eurocêntrico/ocidental e construir um projeto decolonial, que leve consigo as noções de pluralidade, conflito e interculturalidade.

Para além disso, é de fundamental importância buscar nas lutas originárias inspirações e aprendizados, afinal, “a força e a energia do pensamento decolonial estiveram sempre ali, na

exterioridade, no que foi negado pelo pensamento imperial/colonial" (MIGNOLO, 2007, p. 270, tradução nossa).

Na América Latina, lutas sociais têm reivindicado um resgate das memórias e uma inclusão de perspectivas outras no fazer político. Essas lutas, objetivando um aprofundamento democrático, questionam a perspectiva eurocêntrica de Estado-nação moderno, já que é a partir dele que são negociadas as condições, os limites e as modalidades de exploração e dominação (QUIJANO, 2002).

É necessário, portanto, visualizar o Estado⁶ como estrutura de poder e forma de dominação e centralização de poder (QUIJANO, 2005; 2002). O questionamento do modelo de Estado-nação é um passo fundamental na luta pela democratização e pela decolonialidade, e torna-se "indispensável observar no cenário atual do mundo as possíveis tendências que implicariam em outras formas de organização, de identificação dos trabalhadores e de organização da sociedade" (QUIJANO, 2002, p. 25).

1.2.2 Por uma democracia radical

As teorias contemporâneas sobre democracia têm buscado ir além do marco liberal. Chantal Mouffe (2015), ao analisar as particularidades do sistema democrático, traz à tona a necessidade de uma "democracia radical", pensando a democracia como um campo repleto de tensões e disputas políticas. Em sua perspectiva, o objetivo de um mundo no qual "a dicotomia nós/eles estaria superada está baseado em falsas premissas, e aqueles que compartilham essa visão certamente não compreendem a verdadeira tarefa que a política democrática tem diante de si" (MOUFFE, 2015, p. 2).

Assim, uma sociedade realmente democrática não é aquela que logrou uma perfeita harmonia ou uma ampla coalizão da população em prol de um só projeto político, tampouco aquela na qual os "antagonismos foram erradicados e onde o modelo adversarial de política se tornou obsoleto" (MOUFFE, 2002, p. 11). O aprofundamento democrático se dá por meio da possibilidade de embate entre diferentes projetos políticos.

Assim, uma sociedade democrática possui uma esfera pública ativa e vibrante na qual visões conflitantes possam se expressar e todos os cidadãos possam apresentar projetos políticos alternativos e legítimos (Idem). Essa visão reafirma a necessidade de se admitir as diferentes

⁶ Quijano (2002, p. 5), sobre o Estado-nação: "Seus signos específicos são, primeiro, a cidadania ou presunção formal de igualdade jurídico-política dos que habitam em seu espaço de dominação não obstante sua desigualdade nos demais âmbitos do poder; segundo, a representatividade política que, sobre essa base, se atribui ao Estado com respeito ao conjunto de cidadãos e não só, como nas outras variantes de Estado, de algum interesse social particular ou setorial".

democracias existentes, considerando a heterogeneidade das sociedades (e, portanto, a presença de diferentes projetos políticos) e a pluralidade de atores sociais.

Mouffe reitera a ideia de que a democracia liberal não tem apresentado soluções para os problemas vivenciados pelas sociedades modernas. Assim, evoca a necessidade de ampliar a visão sobre a democracia em busca de outras formas possíveis de se organizar a sociedade e a política:

[...] precisamos ouvir aqueles que nos avisam sobre os perigos implicados nas ilusões do discurso universalista-globalista, que concebe o progresso humano como o estabelecimento de uma unidade mundial baseada na aceitação global da definição ocidental de direitos humanos e do sonho de uma unificação do mundo conquistada pela transcendência do político, do conflito e da negatividade (MOUFFE, 2003, p. 24).

O grande objetivo, nessa perspectiva, é o estabelecimento de uma ordem mundial pluralista na qual diferentes unidades regionais possam coexistir - ainda que nem sempre em harmonia -, “com suas culturas e valores diferentes, onde uma pluralidade de compreensões dos ‘direitos humanos’ e formas de democracia seriam consideradas legítimas” (MOUFFE, 2003, p. 25).

A pluralidade torna-se ponto central da essência da democracia, e um projeto político verdadeiramente - ou radicalmente - democrático deve prescindir da visão nós/eles como algo negativo à democracia, e avançar no sentido de prover status de cidadania a todos os indivíduos. As minorias também fazem parte das sociedades e devem ter seus direitos garantidos pelo Estado. Esse status de cidadania legitima as diferentes ideias, visões e concepções de mundo que existem nas sociedades modernas.

Para Mouffe, a crença na possibilidade de um consenso em torno de um projeto político levou o pensamento democrático a um caminho errado, e “a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deve ser imaginar a criação de uma vibrante esfera pública ‘agonística’ de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar” (MOUFFE, 2015, p. 3).

A incapacidade de se pensar politicamente, isto é, a impossibilidade de se entender o conflito como parte constitutiva das sociedades modernas, se deve, em maior medida, à “indiscutível hegemonia do liberalismo” (MOUFFE, 2015, p. 9), já que este, no campo político, nega a irredutibilidade do antagonismo - do confronto, do embate, das discordâncias.

Assim como a heterogeneidade, a confrontação com o outro também é um elemento marcante da história latino-americana. O antagonismo, ativado pela percepção da presença do outro, não deve representar uma impossibilidade ou uma contradição (LACLAU; MOUFFE,

1985), mas uma parte constitutiva e um resultado inevitável e inseparável da modernidade. Não há como conceber a democracia sem admitir as tensões e discordâncias que nela coexistem.

Em um mundo no qual as identidades são concebidas a partir de visões exclusivas de "nós *versus* eles", o surgimento de antagonismos e discordâncias será sempre rotineiro (MOUFFE, 2015, p. 15), porque a existência de certas identidades pode ameaçar os interesses de outras identidades. Assim, é infactível uma sociedade na qual o antagonismo não exista e, portanto, o consenso ou o interesse nacional não são alcançáveis.

Nesta perspectiva, as instituições políticas e governamentais são peças-chave na luta pela radicalização da democracia e para a construção da imagem do outro como ator legítimo na política, já que o sistema parlamentar desempenha um papel importante "na transformação do antagonismo em agonismo e na elaboração de um nós/eles compatível com o pluralismo democrático" (MOUFFE, 2015, p. 22).

Trazer a possibilidade e a legitimidade do conflito para o centro das análises sobre a construção democrática na América Latina é, na verdade, condição imprescindível para a compreensão do funcionamento da própria democracia no contexto moderno. Ainda que a harmonia social seja parte dos discursos políticos atuais em todo o mundo, a democracia é baseada no "reconhecimento da legitimidade do conflito" (MIGUEL, 2005, p. 32).

Portanto, a radicalização democrática (MOUFFE, 2006, 2015) consiste não somente em aceitar o antagonismo e a pluralidade presentes nas sociedades, mas valorizá-los e compreendê-los como fatores inerentes à democracia. A democracia moderna deve se basear "no reconhecimento e legitimação do conflito e na recusa em suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária" (MOUFFE, 2003, p. 17). Por conseguinte, a questão central é compreender a melhor maneira de gerir e administrar este conflito de modo que a democracia seja aprofundada.

Para compreender essa perspectiva, é importante distinguir o "político" da "política", já que ambos fazem parte do processo de radicalização democrática, mas são diferentes. Mouffe (2006, p. 8) define o político como "a dimensão de antagonismo que consider[a] constitutiva das sociedades humanas". A política, por outro lado, é "o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político" (Idem).

A partir disso, "é apenas quando admitimos essa dimensão do 'político' e entendemos que 'política' consiste em domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas, que podemos posicionar a questão fundamental para a política democrática" (MOUFFE, 2003, p. 15). O "político" e a "política" se retroalimentam.

Assim, existe uma discordância natural entre o político (enquanto espaço conflituoso em que diferentes projetos políticos encontram-se em disputa) e o liberalismo. Isto porque “todo liberalismo coerente exige a negação da irreducibilidade do antagonismo” (MOUFFE, 2015, p. 11), ou seja, reivindica a ideia da harmonia social e do consenso.

Uma democracia verdadeiramente radical, em contraposição ao liberalismo e aos diferentes projetos políticos neoliberais que surgem na construção democrática latino-americana, apreende o político:

Apesar daquilo que muitos liberais nos querem fazer acreditar, a especificidade da política democrática não é a superação da oposição nós/eles, mas a forma diferente pela qual ela se estabelece. O que a democracia exige é que formulemos a distinção nós/eles de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna (MOUFFE, 2015, p. 13).

Na mesma linha de argumentação, Santos e Mendes (2018, p. 15) indicam que as ameaças à democracia, sobretudo as de "novo tipo" como o uso indiscriminado de poder, a crise como normalidade e a ideia de que é possível prescindir das instituições nacionais e internacionais, eliminam a própria ideia de político como "campo de discussão e deliberação pacífica e livre entre diferentes orientações políticas e, portanto, a possibilidade realista de mudança de orientação".

Entre as obras que mais recentemente têm dado ênfase à questão do político destaca-se o trabalho de Brown (2019). De acordo com a autora, o neoliberalismo busca, acima de tudo, limitar o político. Em sua perspectiva, “o político identifica um teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada” (BROWN, 2019, p. 68).

Não há a possibilidade da democracia sem o político, já que “a legitimidade da democracia advém exclusivamente de vocabulários e ordenanças políticos” (Idem, p. 70). O político, destarte, tem a ver com o nível ontológico, enquanto a política encontra-se no meio físico comum, na concretude. O político, mais amplo que a política operacional, é um espaço de poder, conflito e antagonismo.

Isso na prática pressupõe que o outro “não seja visto como um inimigo a ser destruído, mas como um ‘adversário’, isto é, alguém com cujas ideias iremos lutar, mas cujo direito de defender tais ideias não vamos questionar” (MOUFFE, 2003, p. 16). Assim, o “antagonismo” transforma-se em “agonismo”, nos termos de Mouffe: enquanto o antagonismo ocorre entre inimigos, o agonismo se dá entre adversários (MOUFFE, 2003).

Enquanto o neoliberalismo - um dos projetos políticos mais presentes na disputa democrática na América Latina - busca limitar e conter o político, “apartando-o da soberania,

eliminando sua forma democrática e definindo suas energias democráticas (BROWN, 2019, p. 70), um projeto político de democracia radical deve apreender a natureza do político (MOUFFE, 2006, p. 19), isto é, partir da aceitação de que o antagonismo é inerente às relações humanas e, conseqüentemente, ao sistema democrático.

Neste sentido, é inevitável pensar também no papel dos movimentos sociais na construção de uma democracia alternativa que vá além das concepções hegemônicas de democracia. De acordo com Zegada (2018, p. 462), “a noção ampliada de democracia abarca não só o Estado e as suas instituições [...] mas também a sociedade civil, as suas organizações, ações estratégicas e as formas de gestão das suas necessidades e conflitos”. O conflito das sociedades se dá não apenas a partir de diferentes grupos sociais, mas também a partir de diferentes níveis de organização política.

Tem sido suscitado também, dentro dos estudos contra-hegemônicos de democracia especialmente na América Latina, o papel dos movimentos sociais na formação, redução e ampliação do político (SANTOS; AVRITZER, 2002; ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), já que estes se encontram “inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 53). Esses movimentos sugerem novas formas de se pensar a agência na luta pela democracia (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2005).

Desde a década de 1980, a América Latina tem sido ameaçada pelo projeto político neoliberal que busca reduzir as fronteiras da democracia. Este projeto político, por buscar limitar e conter o político, tende também a normalizar o exercício de desdemocratização (BROWN, 2019; QUIJANO, 2002). Muitas vezes, projetos políticos que possuem visões minimalistas sobre a democracia tendem a utilizar seu nome, já que, “como é comum em relação a palavras que se tornam objeto de disputa política, os diferentes grupos empenhados em ostentar o rótulo promovem sua ressemantização, adequando seu significado aos interesses que defendem” (MIGUEL, 2005, p. 5).

Torna-se não somente necessário, mas também urgente, dar visibilidade a projetos políticos democrático-participativos que, em contrapartida, busquem apreender o político e fazer jus à essência democrática, ainda que percalços se façam presentes. Afinal, a valorização do político é a única forma de resguardar a possibilidade da democracia.

1.3 Processo democrático na Bolívia: como lidar com o *abigarrado*?

Na periferia do sistema-mundo, a democracia em seu sentido mais profundo ainda é um objetivo a ser alcançado. Não é por acaso que ao longo dos últimos anos, os latino-americanos tenham destinado menos apoio à democracia. Na região, essa queda do apoio tem sido mais expressiva ao longo da última década. A Bolívia se encontra acima da média latino-americana (49%), com um percentual de 54% de cidadãos que apoiam o sistema democrático.

Como visto, o modelo de democracia pensado no espaço-tempo europeu enfrenta diferentes problemáticas na atualidade, em especial na região latino-americana. Em um sistema-mundo moderno e colonial, o centro sempre será mais desenvolvido que a periferia, enquanto esse centro for o núcleo de produção de conhecimento e de formas de ser, poder e saber.

René Zavaleta Mercado, sociólogo boliviano referenciado em grande medida nos estudos que abordam a Bolívia contemporânea, cunhou o termo “*sociedad abigarrada*” se referindo justamente aos grupos heterogêneos que compunham a sociedade boliviana. “Abigarrar” significa “matizar, misturar, pintar com cores que não combinam”. Zavaleta Mercado (1986, p. 63, tradução nossa) afirma que as classes nacionais, assim como a própria nação, são unidades próprias do capitalismo e, portanto, “qualquer sociedade atrasada é mais *abigarrada* e complexa que uma sociedade capitalista”.

A heterogeneidade constitutiva das sociedades modernas pode ser explicada na multiplicidade de atores sociais, formas de ação coletiva, identidades e projetos políticos. Trata-se, portanto, de uma categoria analítica que ajuda a compreender que “no interior da sociedade civil coexistem os mais diversos atores, múltiplos tipos de práticas e projetos, e formas variadas de relação com o Estado” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 31, tradução minha).

Sob a luz da abordagem de Zavaleta Mercado, infere-se que a heterogeneidade da sociedade boliviana se dá não apenas pela presença de diferentes etnias, nacionalidades e grupos sociais dentro das fronteiras do Estado-nação, mas também pela presença de diferentes modos de produção e micro-organizações sociais que se sobrepuseram ao longo da história e que não se relacionam harmonicamente. O conflito, mais uma vez, se mostra presente.

Cunha Filho (2018) reforça essa ideia:

Ao mesmo tempo em que possuía setores capitalistas modernos e conectados à economia mundial, como os enclaves mineiros, a Bolívia ostentava inúmeras comunidades isoladas e com economias de subsistência não capitalista ou pouquíssimo integradas ao mercado nacional. O encadeamento entre essas várias sociedades e economias seria mínimo, muitas vezes meramente formal, e era nessa característica peculiar, cujas origens remontam em grande medida ao legado colonial espanhol (preservado durante a maior parte do período republicano), que Zavaleta identificava as origens das frequentes crises de hegemonias pelas quais passava o país (CUNHA FILHO, 2018, p. 39).

O conceito de *sociedad abigarrada* ajuda a compreender os resultados dos processos de colonização na América Latina, “nos quais parte das instituições da sociedade dominante conquistadora se sobrepõe efetivamente aos povos, assim subalternizados” (TAPIA, 2010, p. 100, tradução minha). A Bolívia, por possuir uma sociedade forjada pelo domínio colonial, constitui-se, assim, por uma “coexistência e sobreposição desarticulada de vários tempos históricos, modos de produção, concepções de mundo, línguas, culturas e diferentes estruturas de autoridade” (TAPIA, 2010, p. 100, tradução minha).

Uma sociedade forjada pelo domínio colonial apresenta diferentes características, algumas advindas dos colonizadores, outras mantidas por grupos originários que existiam e organizavam-se desde o período pré-colombiano. É dessa complexidade, dessa diferenciação, dessa coexistência de características, que nasce a heterogeneidade. Na “conquista”, realidades diferentes entram em confronto direto e este confronto persiste até os dias de hoje, agora sob a ideia - liberal, eurocêntrica e hegemônica - de que essas diferentes realidades compõem uma só sociedade, e uma só nação.

Silvia Rivera Cusicanqui, boliviana de ascendência *aymara* e europeia e uma das vozes mais críticas aos governos de Evo Morales (2005-2019), também realiza importantes contribuições para o conceito de sociedade *abigarrada*. A autora apresenta a noção *ch'ixi* como equivalente ao *abigarramiento* de Zavaleta Mercado, mas com raízes na perspectiva indígena, propondo a coexistência de diferenças culturais que não se fundem, mas se antagonizam e se complementam.

O mundo indígena, segundo a autora, “não concebe a história linearmente, e o passado-futuro estão contidos no presente: a regressão ou a progressão, a repetição ou a superação do passado estão em jogo em cada conjuntura” (RIVERA CUSICANQUI, 2010). Nessa perspectiva, “cada um se reproduz das profundezas do passado e se relaciona com os outros de forma contenciosa” (RIVERA CUSICANQUI, 2018, p. 70). A modernidade pensada desde as comunidades indígenas seria uma modernidade centrada pela noção de cidadania enquanto coexistência de diferenças, e não como homogeneidade:

Por isso me considero *ch'ixi*, e considero esta a tradução mais adequada da mescla *abigarrada* que somos as e os chamados mestiças e mestiços. [...] A noção *ch'ixi*, como muitas outras (*allqa*, *ayni*) obedece a ideia *aymara* de algo que é e não é ao mesmo tempo, ou seja, à lógica do terceiro incluído [...] o *ch'ixi* conjuga o mundo índio com seu oposto, sem nunca se mesclar com ele (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 69-70, tradução nossa).

Os autores até aqui apresentados, ainda que possuam recortes temporais e enfoques múltiplos, concordam no sentido de entender as sociedades latino-americanas - e,

consequentemente, a sociedade boliviana - como altamente heterogêneas. À luz dessas abordagens, a impossibilidade de se pensar a democracia a partir de um único projeto político ou um único interesse nacional é evidenciada. A tarefa da política democrática deve ser buscar formas de administrar e lidar com a heterogeneidade.

É possível traçar fortes correlações entre a ideia de democracia radical e a noção *ch'ixi* de Rivera Cusicanqui (2010), assim como a noção de sociedade *abigarrada* de Zavaleta Mercado. A palavra *ch'ixi*, por exemplo, possui diversas conotações, mas de maneira geral é uma cor resultante da justaposição, “em pequenos pontos ou manchas” (Idem, p. 69) de duas cores opostas e contrastadas. Na metáfora desenvolvida pela autora, *ch'ixi* é uma alternativa às posturas homogeneizadoras nas sociedades e “constitui uma imagem poderosa para pensar a coexistência de elementos heterogêneos que não aspiram a fusão e que tampouco produzem um termo novo, superador e englobante” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 7). Essa “aposta índia pela modernidade” parece ser mais apropriada do que a aposta moderna pela homogeneidade.

O conflito e a disputa democrática entre diferentes projetos políticos é e sempre será parte constitutiva do jogo democrático. Neste sentido e para fins desta pesquisa, é necessário evidenciar formas democráticas que se distinguem daquelas pensadas no espaço-tempo europeu, e que contribuem para uma análise mais profunda sobre a realidade social. Tendo em vista a heterogeneidade fundacional do mundo moderno, é mais cabível pensar em uma democracia radical.

Dentre as instituições das sociedades conquistadoras transplantadas extra-regionalmente, encontra-se o próprio ideal da democracia liberal. O pensamento de Zavaleta Mercado esclarece, segundo Urquidi (2018, p. 150), que “em países socialmente heterogêneos [...] nem a democracia procedimental nem o Estado traduzem o conteúdo real do social”. O nível de complexidade da sociedade boliviana (por envolver diferentes cruzamentos de tempos, valores e expressões culturais) é tamanho que os marcos ocidentais não logram defini-la ou caracterizá-la.

As noções de *abigarramento* e *chi'ixi* apresentam caminhos para uma maior compreensão dessa realidade.

Findados os regimes ditatoriais que tomaram conta dos países sul-americanos ao longo das décadas de 1960 e 1970, o período de redemocratização na região esteve associado à adoção de medidas neoliberais, onde os países buscaram arrefecer os efeitos deixados pelos governos anteriores a partir da redução dos gastos sociais e do reordenamento do gasto público, seguindo as diretrizes propostas pelo Consenso de Washington. O eixo central foi a instituição do modelo neoliberal de se administrar a economia, por meio de ajustes estruturantes.

Muito embora em alguns países os ajustes neoliberais tenham gerado alívios financeiros, este modelo se esgotou no fim do século XX. Nos anos 2000 na América Latina, destaca-se aquilo que ficou conhecido como “Onda Rosa”. No período pós-neoliberal, fez-se presente uma constelação disruptiva de mobilizações sociais, marcadas pelo questionamento e pela crítica das políticas neoliberais das décadas anteriores. Essa mobilização social, ao passar dos anos, logrou eleger governos de esquerda em países como Equador, Bolívia, Brasil e Argentina. Esses governos, embora adotassem um discurso progressista, continuaram agindo em conformidade com as necessidades do capitalismo de mercado, por isso a nomenclatura “Onda Rosa”.

Assim, ao longo dos anos 2000 a América Latina esteve marcada por governos de esquerda que, beneficiados pelo *boom das commodities*, uma alta elevada de preços dos bens básicos no mercado mundial, investiram em grandes empreendimentos da atividade extrativa. Os excedentes obtidos com essa alta dos preços permitiram um maior investimento em políticas públicas e financiamento e ampliação de investimentos sociais (BALESTRO; MONTEIRO, 2019). Em decorrência disso, a pobreza declinou em quase todos os países latino-americanos.

Lima (2016) identifica duas tendências de democratização na América Latina nos anos 2000:

Naqueles países que experimentaram processos de inclusão de maiorias subordinadas, por via de governos nacional-populistas nos anos 1950, mas que também passaram por retrocessos autoritários a partir da década de 1960, como Argentina, Brasil e Uruguai, a onda democrática se materializou por via da consolidação da estrutura da representação partidária e da estabilidade institucional. No caso dos países que não experimentaram processos de desconcentração das estruturas oligárquicas de poder no século passado, nem a incorporação de segmentos subalternos à institucionalidade política, a entrada das massas na política foi acompanhada da erosão do sistema partidário tradicional, emergência de novas identidades (étnicas) políticas e governantes de extração popular. Nestes casos, que incluem os países andinos como Bolívia, Equador e Venezuela, o aprofundamento da democracia foi acompanhado de movimentos de refundação política e constitucional (LIMA, 2016, prefácio).

Portanto, embora em alguns países as mudanças dos anos 2000 não tenham gerado transformações radicais - como no Brasil, Chile, Uruguai etc. -, em outros países o processo democrático, mobilizado pela atuação dos movimentos sociais, culminou em uma refundação do Estado via redação de novas constituições que buscaram ampliar - e/ou transcender - as concepções hegemônicas de Estado-nação, cidadania e democracia.

A experiência recente da América Latina tem apresentado fenômenos nos quais projetos políticos nascidos em meio à sociedade civil alcançam, em maior ou menor medida, o poder do Estado, sendo algumas vezes incorporados no próprio aparato estatal (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Entre estes processos, destaca-se o caso da Bolívia, que desde a Revolução de 1952 passou por crises institucionais profundas. As Guerras da Água (2000) e do Gás (2003) foram eventos que marcaram a mobilização política que iria modificar a estrutura política do país, e serão melhor analisados no segundo capítulo. Significaram o resgate de memórias de lutas do passado que agora impunham a necessidade de inclusão de atores antes distanciados da estrutura estatal. Buscaram, anos depois, institucionalizar o *abigarrado* (CUNHA FILHO, 2016).

Antes do novo século, vigorava no país a exclusão da participação política. A sociedade civil era representada por meio do voto, mas não participava dos processos decisórios. Essa sociedade, organizada em movimentos sociais, associações e cooperativas reivindicou seus direitos sobre os recursos naturais, e delineou outras formas de se fazer política e de se entender a democracia. Um projeto político nascido na sociedade civil, resultante de memórias de lutas dos povos originários, hoje encontra-se presente no texto constitucional boliviano.

A eleição de Evo Morales pode ser considerada um dos grandes eventos da história política contemporânea da América do Sul. Pela primeira vez na região um indígena e representante do movimento cocaleiro tornou-se presidente. O governo do MAS-IPSP (Movimento ao Socialismo - Instrumento Político pela Soberania dos Povos) levou setores historicamente apartados da política boliviana para dentro da estrutura estatal.

Pela primeira vez na história boliviana, os indígenas passaram a ocupar lugar central no processo de *policy-making*. Buscou-se, sobretudo ao longo do primeiro governo de Evo Morales, dar forma a uma nova arquitetura democrática que pudesse lidar com a realidade heterogênea da sociedade boliviana, indo além das concepções hegemônicas de democracia que restringem o poder popular ao voto periódico em eleições. Foi a partir dessa necessidade que a Bolívia tornou-se constitucionalmente um Estado Plurinacional a partir de 2009, institucionalizando as concepções de plurinacionalidade e interculturalidade, advindas *desde abajo*, desde os movimentos sociais indígenas.

Dentre as experiências democráticas vividas na América Latina ao longo das primeiras décadas dos anos 2000, a Bolívia destaca-se como um dos casos a apresentar mudanças inovadoras na estrutura estatal. No seio da nova constituição de 2009, além de se adotar uma nova arquitetura democrática, o Estado foi refundado e passou a ser Plurinacional, reconhecendo, assim, a heterogeneidade de sua sociedade.

Para compreender a importância e a profundidade dessas mudanças, é necessário regredir temporalmente ao momento no qual os indígenas foram incluídos no eleitorado

boliviano e, por confirmarem uma grande massa eleitoral, seus interesses foram notados pela sociedade política boliviana.

Capítulo 2 - O FAZER DEMOCRÁTICO NA BOLÍVIA: DA REVOLUÇÃO DE 1952 À DEMOCRACIA PACTADA

Sólo aquellos que han sabido lo que es trabajar y ganar con el sudor de su frente el pan de cada día, van a poder hacer leyes para controlar y guardar la felicidad de toda esa gran mayoría que somos hoy los explotados.

Domitila Barrios de Chungara

Para alcançar o status de país plurinacional em 2009, reformulando sua arquitetura democrática, a Bolívia passou por importantes processos ao longo de sua vida política, em especial após sua independência. De maneira geral, a história boliviana é marcada pela instabilidade política, com diversos golpes de Estado, um período ditatorial complexo com governos autoritários de direita e esquerda, e tensões com países vizinhos como o Chile, para o qual perdeu a saída para o mar na Guerra do Pacífico.

Não obstante, a história boliviana é marcada também por numerosos levantes indígenas e camponeses⁷. Embora tenha sido o último país da América do Sul a tornar-se independente em 1825, foi “pioneiro nas lutas independentistas” (CUNHA FILHO, 2018, p. 41). Ao se tornar uma República:

[...] os governos republicanos estabelecidos depois de 1825 foram construídos sobre a base de um pequeno percentual da população nacional e, para todos os efeitos, eram representados apenas os alfabetizados de fala espanhola da república, isto é, no máximo somente um quarto da população nacional (KLEIN, 2016, p. 198).

Assim, a independência da Bolívia deu início ao período republicano de maneira semelhante aos demais países latino-americanos: os governos eram formados por e atendiam aos interesses de uma minoria populacional: a elite branca. Ao longo dos anos pós-independência, formou-se no país uma elite mineira bastante forte que influenciou diretamente na construção do sistema político do país. Essa especificidade se deu por conta da centralidade da

⁷ Sobre o campesinato na América Latina, Mançano (2006, p. 48) afirma que sua origem na América Latina “remete às civilizações ameríndias, anteriores à conquista europeia, porém foi no sistema capitalista que ele se configurou e organizou. Há o campesinato indígena, com formas particulares de organização de trabalho e produção, de acordo com sua cultura. Outra vertente é formada pelo cruzamento entre povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Assim, é possível falar em diferentes tipos de campesinato, indígena e não-indígena. Ou, simplesmente, em um só campesinato latino-americano e caribenho, que se constituiu com o desenvolvimento do capitalismo, a partir do encontro entre povos de diversas partes do mundo”.

mineração na atividade econômica do país. Sendo a atividade mais significativa na história econômica da Bolívia, a mineração lidera as exportações bolivianas e atrai o interesse internacional.

Os indígenas, por reivindicarem seus direitos sobre a terra, foram vistos como inimigos a serem combatidos. Desde que a Bolívia se tornou uma república, a elite se viu preocupada “com a manutenção das massas indígenas fora da política e em negar a eles o acesso a quaisquer outros meios efetivos de protesto” (KLEIN, 2016, p. 198-199). Nesse contexto, o exército tornou-se indispensável na tarefa de conter, limitar e restringir os levantes indígenas, e mantê-los submissos à nova hierarquia que se estabelecia.

A década de 1920 marca o momento no qual a elite tornou-se consciente, pela primeira vez, “da existência de demandas alternativas e grupos potencialmente ameaçadores fora de sua própria arena política” (Idem, p. 219). Após a Guerra do Chaco⁸, ocorrida entre os anos 1932 e 1935:

[...] “as questões indígena, trabalhista e da terra, e a dependência econômica dos mineradores privados tornaram-se os novos temas do debate nacional, em lugar dos antigos temas do governo civil, das eleições limpas e da construção de ferrovias. Essas discussões levaram à criação de novos partidos e de movimentos revolucionários em finais dos anos 1930 e 1940 e, finalmente, à revolução social de 1952” (KLEIN, 2016, p. 234).

Portanto, ainda que a Bolívia tenha saído da Guerra do Chaco mantendo a mesma estrutura econômica predominantemente exportadora e baseada na atividade mineradora, houve uma complexificação da mobilização social e, portanto, das demandas advindas da sociedade civil. A Bolívia, antes um dos países menos mobilizados da América Latina no sentido de ideologias radicais e organizações sindicais, passou a ser um dos mais avançados (KLEIN, 2016).

Essa maior mobilização foi essencial para o levante popular de 1952, que marcou uma mudança estrutural no Estado e na maneira pela qual o governo se relacionava com a sociedade. Esse levante - e as lacunas deixadas por ele - foi fundamental também para a efervescência social ocorrida no começo dos anos 2000, que significou um resgate de lutas e reflexões do passado.

⁸ Nessa guerra, Bolívia e Paraguai disputaram a posse do Chaco Boreal, uma região pouco povoada entre os dois países, e na qual haviam sido descobertas reservas de petróleo. Segundo Gawryszewski (2019, p. 280), a Guerra do Chaco “foi um laboratório para uso de alguns dos mais avançados equipamentos bélicos então existentes na Europa e na América (que também seriam utilizados na Segunda Guerra Mundial); o que a tornou um dos mais sangrentos conflitos militares na América do Sul no século XX”. A Bolívia, além de ter sido derrotada, sofreu elevadas perdas: 60.000 bolivianos foram mortos e grande parte das mortes ocorreu por fome e sede (Idem).

2.1 Revolução de 1952 e a inclusão parcial dos indígenas

A história boliviana tem se desenvolvido em profunda articulação com processos de exploração mineira, tendo esta atividade econômica marcado os diferentes ciclos políticos do país. A partir do início do século XX, a estrutura social e econômica da Bolívia baseava-se na mineração, na economia de borracha e na exploração dos hidrocarbonetos (GIMENEZ, 2014). Em decorrência disso, a sociedade civil apresentava demandas referentes à atividade mineradora.

São numerosos os motivos apontados pela literatura especializada sobre as causas da Revolução de 1952, sendo alguns deles as modificações realizadas no sistema de venda de estanho e a própria Guerra do Chaco (KLEIN, 2016). Esta última, ocorrida entre 1932 e 1935 entre Bolívia e Paraguai, marcou uma mudança do posicionamento dos indígenas na sociedade boliviana:

Foi a partir da Guerra do Chaco que setores da política do país passaram a enxergar o indígena com outro papel na sociedade e no Estado boliviano. Apesar do imenso massacre a que foram submetidos, [...] foi a primeira vez desde a conquista em que expressivos contingentes da população indígena foram deslocados de seus lugares de origem e passaram a ter uma noção ampliada do território boliviano. Foi a partir de então, inclusive, que muitos tomaram o contato com outras línguas, fossem elas o castelhano ou outro idioma nativo; abriu-se então uma perspectiva de reivindicação de mudança a partir da real consciência do sistema ao qual eram submetidos (GIMENEZ, 2014, p. 37/38).

Concomitantemente à guerra, a partir da década de 1930 iniciou, em toda a América Latina, movimentos políticos nas universidades inspirados em ideais socialistas e marxistas. Na Bolívia, este novo paradigma e seu enfrentamento com o paradigma anterior - que ordenou o país durante a guerra - gerou “um desequilíbrio econômico e social de maior preponderância do que o desencadeado pela derrota na Guerra do Chaco” (GIMENEZ, 2014, p. 39).

No ínterim que liga os anos da guerra e o ano da revolução, alguns governos liberais⁹ buscaram aumentar a participação indígena na política, mas as medidas nesse sentido acabavam limitadas ao governo, não se estabilizando como parte da estrutura estatal. Nesse contexto, quando governos mais conservadores assumiam o poder, essas medidas eram revogadas. Essa alternância “gerava uma instabilidade propícia para a posterior insurgência da revolução nacional, que derrubaria as estruturas da sociedade tradicional” (GIMENEZ, 2014, p. 39).

Segundo Klein (2016), um dos motivos mais expressivos que levaram à Revolução de 1952 foi o impedimento do Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) de assumir a

⁹ Liberal, no contexto dos anos 1930 na Bolívia, refere-se ao movimento liberal autodeclarado nacionalista e antiimperialista, composto por “movimentos políticos de vanguarda nas universidades, embasados nos ideais socialistas e marxistas” (GIMENEZ, 2014, p. 38).

presidência, no contexto das eleições presidenciais de maio de 1951. Víctor Paz Estenssoro, em exílio na época, e Hernán Siles Zuazo, ambos candidatos pelo partido, venceram as eleições presidenciais com 39 mil votos dos 54 mil eleitores (KLEIN, 2016, p. 272), mas foram impedidos pelo exército de assumir os cargos.

Sob a égide da Guerra Fria, o novo governo, chefiado pelo general Hugo Ballivián, prontamente anulou as eleições e ilegalizou o MNR, caracterizando-o como organização comunista (KLEIN, 2016, p. 273). Por conta disso, Paz Estenssoro e os líderes de seu partido concordaram em realizar um levante popular armado.

Após algumas tentativas falhas, em 9 de abril de 1952 a revolta foi iniciada. Iniciou-se, assim, uma disputa de luta armada pelo poder que se estendeu por cinco dias (GIMENEZ, 2014, p. 41). Nas batalhas, o MNR disponibilizou arsenais para os setores mobilizados - sobretudo os trabalhadores mineiros, que participavam em peso -, que marcharam pela cidade de La Paz (KLEIN, 2016, p. 274).

Após os cinco dias de luta armada, o MNR reconquistou o poder. Como o partido havia contado com o apoio dos trabalhadores, estabelecendo alianças e armando-os, agora se via comprometido com uma mudança da ordem institucional, considerada antiga. Segundo Klein:

Ao atingirem o poder, apesar da oposição do exército e dos partidos tradicionais, os líderes do MNR não se sentiram obrigados a sugerir um programa moderado ou um compromisso com qualquer instituição tradicional, política ou militar. Os setores de brancos e *cholos*¹⁰ das cidades e as massas rurais indígenas possuíam armas, e o exército e a polícia nacional encontravam-se completamente desorganizados. As intenções do partido eram conhecidas por todos, as armas estavam nas mãos das milícias populares e os líderes exilados que retornavam não seriam refreados. Começava, assim, a mais dinâmica revolução econômica social da América Latina desde a Revolução Mexicana de 1910 (KLEIN, 2016, p. 274).

Diante de uma intensa mobilização entre os trabalhadores, o MNR teve de estruturar um programa de governo que atendesse às demandas dos mineiros e indígenas do país, agora mais organizados e sobretudo armados. Dada a mobilização e coordenação de diferentes setores da sociedade, até mesmo os “revolucionários relutantes”, como alguns os chamavam, foram então lenta e inexoravelmente forçados a propor uma total reorganização da sociedade boliviana” (KLEIN, 2016, p. 279).

O maior avanço proporcionado pela Revolução de 1952 foi a expansão do direito de voto, antes restrito a pessoas alfabetizadas do sexo masculino. Uma das primeiras ações do

¹⁰ Segundo Cárdenas Plaza (2018, p. 80), os *cholos* "en el imaginario paceño, corresponden en el mestizaje más cercano a lo indígena y por eso lo abominan, porque además se representan en el cómo en un espejo inverso. Lo más visible es que la chola paceña optó por conservar su vestimenta: polleras, manta y sombrero. Ello las hace totalmente evidentes. Mientras los varones cholos se camuflan como mestizos y urbanos, las cholos exponen su identidad 'racial' por medio de su ropa, pese a la discriminación que les significa ello".

novo regime foi o estabelecimento do sufrágio universal, através da eliminação da exigência de que os eleitores fossem alfabetizados. Por conta dessa eliminação, “as massas camponesas indígenas foram incorporadas ao eleitorado e a população votante saltou de cerca de 200 mil a quase 1 milhão de pessoas” (Idem, p. 279).

Por conta do estabelecimento do sufrágio universal, todos os governos que seguiram a revolução, militares ou civis, “se viram obrigados a fazer algum aceno para atender às demandas dos indígenas por educação, moradia, energia elétrica, saneamento, e apoio econômico geral” (KLEIN, 2016, p. 347). Além de produzir profundas transformações na sociedade por meio da expansão da cidadania através do estabelecimento do sufrágio universal, a Revolução acabou por consolidar também o papel dos sindicatos (VIANA, 2016, p. 17).

O MNR buscava fortalecer sua base de apoio e destinou total apoio aos mineiros que, no final de abril do mesmo ano, criaram uma nova federação nacional de trabalhadores, a *Central Obrera Boliviana* (COB). Um dos primeiros atos da COB foi a exigência da “nacionalização das minas sem compensação, o fim do exército e sua substituição pelas milícias, e a Reforma Agrária com a abolição do sistema latifundiário e de todas as formas de trabalho obrigatório que pesavam sobre os camponeses” (KLEIN, 2016, p. 280).

Ainda que o MNR tenha buscado suavizar essas demandas, pois tinha de lidar com outros interesses em jogo, em julho do mesmo ano declarou o monopólio estatal da exportação e da venda de minerais, incumbindo o *Banco Minero* de controlar essas atividades.

Embora significativas, essas medidas não foram suficientes para acalmar os ânimos do setor mineiro. O governo, confrontado pelas “crescentes demandas dos trabalhadores pelo confisco sem compensação financeira” (KLEIN, 2016, p. 280), viu-se compelido a realizar ainda mais mudanças no que tange à estrutura econômica, apoiando e promovendo uma nacionalização mais ampla. No começo de outubro, foi criada por meio do Decreto Supremo Nº 3.196 a *Corporación Minera de Bolívia* (Comibol), empresa estatal semiautônoma que passou a administrar a exploração, prospecção, benefícios e comercialização “dos importantes depósitos minerais” bolivianos (BOLÍVIA, 1952).

Um outro avanço de extrema importância realizado no contexto da Revolução de 1952 foi a Reforma Agrária. Entre 1952 e 1953, o exército encontrava-se sem capacidade de confrontar a população. As armas chegavam cada vez mais ao campo, e jovens políticos empreendiam discursos radicais de mudança do sistema. Os camponeses iniciaram “um ataque sistemático ao sistema latifundiário” (KLEIN, 2016, p. 282). Com a ajuda da COB, reivindicavam-se soluções para a necessidade de melhor gerir a distribuição de terras:

Usando organizações tradicionais e comunitárias, os camponeses começaram a organizar sindicatos com a ajuda da COB, a receber armas e a criar milícias. Embora o campo tivesse permanecido relativamente indiferente e sido pouco afetado pelos conflitos de abril de 1952, ele foi cenário de uma tremenda violência e destruição no final daquele ano (KLEIN, 2016, p. 282).

Muito embora o MNR estivesse reticente em desmontar ou modificar o sistema latifundiário, o fez pela pressão exercida pelos camponeses, que além de estarem armados, agora eram a maioria do eleitorado. O estabelecimento do sufrágio universal mudou a relação entre o Estado e a sociedade, porque a partir da mudança radical do eleitorado, os líderes políticos tinham que atender novos tipos de demandas sociais, econômicas e políticas.

Em decorrência disso, em janeiro de 1953, o governo constituiu uma Comissão de Reforma Agrária e, no dia 2 de agosto do mesmo ano, promulgou um decreto-lei que “confiscava todas as terras das fazendas e pagava uma compensação aos proprietários [...], e concedia essas terras das antigas fazendas aos trabalhadores indígenas por meio de seus sindicatos e comunidades” (KLEIN, 2016, p. 282). Além disso, o documento deu fim a todos os tipos de servidão pessoal, como o *pongueaje*¹¹ e o *colonato*¹², que atingiam parte significativa dos camponeses indígenas e trabalhadores rurais.

É interessante notar que, no documento oficial, o próprio governo reconhece que os modos de organização e de vida anteriores à colonização espanhola supriam as necessidades dos povos originários que residiam no território boliviano, e que esses modos de vida - sustentáveis, diga-se de passagem - foi interrompido pelos “conquistadores”, gerando, além de uma certa monocultura da mineração, a exploração dos trabalhadores rurais:

CONSIDERANDO:

Que los Incas, en la época precolonial, no obstante el escaso desarrollo de las fuerzas productivas y la técnica rudimentaria que caracterizaba su régimen económico, aseguraron a su pueblo la satisfacción de sus necesidades, conservando las formas de apropiación y cultivo colectivo de la tierra, organizando una administración previsor y regulando la producción y el consumo;

Que la conquista y la colonización españolas, sin eliminar por completo las formas de producción del pasado indígena, dislocaron con violencia la economía agraria del incario y la transformaron en una economía predominantemente extractiva de minerales, determinando con ella la depauperación de la masa aborígen y la opresión del trabajador nativo, bajo el régimen forzado de la mita en el laboreo de las minas, - - particularmente en Potosí y el yanaconazgo en la agricultura y los obrajes (BOLÍVIA, 1953).

¹¹ *Pongueaje* é a "prestação sobre trabalho compulsório do indígena-camponês (ou camponês-indígena) ao patrão latifundiário" (GIL, 2016, p. 57-58), contudo, apresentou variações a depender da região.

¹² *Colonato* é um tipo de exploração de trabalhadores do campo "caracterizado pela prestação de [...] trabalho compulsório e gratuito do trabalhador direto ao patrão latifundiário, na qual predominam relações de produção semi-servi e semi-assalariadas e de dependência pessoal do trabalhador diante do patrão" (Idem, p. 57).

Como explicitado no decreto, a colonização espanhola, embora tenha reduzido e modificado a estrutura econômica da Bolívia, não eliminou por completo as formas de produção do passado indígena. Tem-se, portanto, a ideia de que a sociedade boliviana, *abigarrada*, é conformada por diferentes modos de produção, sendo o imposto pelos colonizadores o hegemônico: a mineração visando a exportação.

Os indígenas se sentiram, por ora, satisfeitos com a as decisões do governo no que se refere à questão da terra e, segundo Klein (2016, p. 283), acabaram se tornando “uma força política relativamente conservadora no país e crescentemente indiferente aos trabalhadores urbanos, seus antigos companheiros”. Não obstante, a Reforma Agrária de 1953 foi “um marco que iniciou os movimentos sociais na busca pelo atendimento de suas reivindicações também através da oficialidade” (GIMENEZ, 2014, p. 44).

Os avanços proporcionados pela Revolução Nacional de 1952 enfrentaram posteriormente algumas limitações. Os projetos lançados pelo governo encontraram restrições no orçamento do país:

Juntos, o colapso do Estado, a nacionalização das minas, a destruição do sistema de fazendas e o direcionamento massivo de recursos governamentais a programas de bem-estar social criaram estragos na economia nacional e nos fundos do governo. A tomada das minas drenou quantias massivas dos cofres do Estado e a reforma agrária reduziu drasticamente a produção agrícola enviada às cidades, sendo necessárias importações massivas de alimentos para impedir a escassez (KLEIN, 2016, p. 284).

Junto a essas limitações, a classe média boliviana se deu conta de que seus interesses haviam sido atacados, já que o governo priorizava os interesses dos trabalhadores mineiros e indígenas. A classe média, então, se hostilizou contra o regime. Com o tempo, o MNR perdeu parte de seu apoio para o partido Falange Socialista Boliviana (FSB), contudo, ainda permanecia forte, sobretudo por conta da coalizão “formada por radicais urbanos, trabalhadores organizados e campesinato” (KLEIN, 2016, p. 285), que substituiu a perda de apoio da classe média e logrou reeleger o partido em 1956.

Como o contexto internacional da Guerra Fria influenciava diretamente as políticas internas dos países latino-americanos, na Bolívia o MNR buscava não se afastar dos Estados Unidos, que temiam uma revolução comunista na região. Essa condição impôs algumas limitações à expansão do processo de reforma agrária iniciado pelo MNR, agora tendo de dividir espaço com o setor privado industrial:

Durante a Reforma Agrária, o MNR de fato afetou a propriedade de maneira profunda, mas ainda tentou manter a área de Santa Cruz como a principal para a expansão do investimento privado. Finalmente, enquanto a criação da Comibol e da YPBF tornou o governo o maior produtor da economia nacional e fundou o modelo de “capitalismo de Estado” na economia, o órgão de desenvolvimento do governo, a CBF, empregou

enormes somas no fornecimento de capital produtivo para o setor privado industrial (KLEIN, 2016, p. 285).

Arrefecido o movimento da revolução e dada a “continuada letargia da economia nacional, tornou-se seguramente inevitável que os elementos conservadores moderados viessem a dominar” (KLEIN, 2016, p. 289). O governo se viu pressionado por outras demandas, que iam em descompasso com as necessidades dos trabalhadores. O MNR concordou, por exemplo, em dar fim ao “cogoverno nas minas quando isso se tornou a condição para o arranjo com o intuito de obter maior entrada de investimentos governamentais na Comibol por parte da Alemanha e dos Estados Unidos por meio do chamado Plano Triangular” (KLEIN, 2016, p. 291).

Víctor Paz Estenssoro, em seu segundo mandato (1960-1964), mostrou-se contrário ao contínuo poder da COB e dos trabalhadores mineiros (KLEIN, 2016, p. 291). No anseio de sinalizar aos EUA a impossibilidade de uma revolução comunista no país, o governo passou a equipar o exército, buscando impedir que as milícias populares se armassem novamente. Ainda assim - e por conta disso -, o partido continuou perdendo importantes lideranças.

Nas eleições de 1962, Paz Estenssoro conseguiu se reeleger, mas o contexto político era diferente. “Com a esquerda e o centro do MNR na oposição e com a Falange ainda como inimigo implacável, era inevitável que o exército fosse estimulado a voltar ao poder” (KLEIN, 2016, p. 292). Em novembro de 1964, o então presidente sofreu um golpe de Estado, e o país passou a ser governado por uma junta militar liderada pelo então vice-presidente de Paz Estenssoro, René Barrientos.

Findava-se, assim, a fase revolucionária da Revolução Nacional de 1952, dando início a um período relativamente comum em toda a América do Sul: o período de regimes militares, diretamente influenciados pela Guerra Fria e pela necessidade dos EUA de frear todo e qualquer indício de revolução comunista na região.

Embora a Revolução de 1952 tenha avançado em pautas como o sufrágio universal e a reforma agrária, deixou algumas lacunas. Não foi tratada, por exemplo, a questão racial. O termo “indígena”, que denotava um grupo social bastante amplo, era entendido como um grupo social externo à sociedade boliviana, e, portanto, foi substituído por “camponês”, que significava somente um setor sócio-econômico mais integrado à sociedade.

Assim, “se na Bolívia liberal-oligárquica reconhece-se a diferença racial como problema para o qual se adotam soluções de exclusão, a nova Bolívia, no plano teórico, nega-a pura e simplesmente” (CAMARGO, 2006, p. 135). Além disso, a Reforma Agrária não solucionou a

longo prazo os problemas relativos à terra, já que esta pauta continuou sendo debatida nos governos sucessores, inclusive os do século XXI.

2.2 Governos militares e o distanciamento da questão indígena

A primeira fase do Estado boliviano iniciada pela Revolução de 1952 chegou ao fim em setembro de 1964, em ocasião do golpe de Estado contra Paz Estenssoro por parte de seu vice-presidente, René Barrientos (PANNAIN, 2014). Seguindo a tendência sul-americana, iniciava-se, assim, o período de governos militares na Bolívia, que perdurou até meados da década de 1980. Esse período da história boliviana é bastante complexo e possui diversas particularidades: alguns governos, por exemplo, foram de esquerda, o que não se observou em outros países da região.

A partir de 1964, “vários grupos e instituições da sociedade nacional lutariam para dominar as forças que tinham sido liberadas durante o período da Revolução Nacional” (KLEIN, 2016, p. 292). A disputa se deu entre exército, camponeses, diferentes movimentos do trabalho organizado e partidos políticos tradicionais e novos, todos em busca do poder.

Emergia, naquele momento, um sistema político ainda mais sofisticado e uma sociedade mais complexa se comparados aos anos anteriores, “mas a um custo alto para todos” (KLEIN, 2016, p. 292). A questão da terra, uma das grandes conquistas da Revolução de 1952, foi aparelhada pelos detentores de poder:

Depois da Revolução Nacional de 52, o governo boliviano destinou maior parte dos empréstimos para a produção agrícola nos departamentos do Oriente. O desequilíbrio entre as duas regiões do país aumentaria durante as ditaduras militares. Sem ter em conta a histórica presença indígena na região, e partindo da ideia de que o Oriente boliviano constituía uma região com vastas terras “sem donos”, Barrientos e Banzer distribuíram terras entre seus aliados políticos (PANNAIN, 2014, p. 64).

O objetivo geral foi desarticular, reprimir e restringir as organizações dos trabalhadores, camponeses e indígenas. O contexto internacional de Guerra Fria, fez com que a Bolívia buscasse se manter aproximada dos Estados Unidos, que temiam uma revolução comunista na região - temor intensificado sobretudo pela Revolução Cubana de 1959. Na Bolívia, o período de regimes militares “representou uma das transformações mais radicais do ponto de vista das mudanças abruptas de regime e da contínua emergência de novas e inesperadas personalidades” (KLEIN, 2016, p. 293).

O pacto firmado entre governo e sociedade, sobretudo a camponesa, não poderia mais ser retrocedido. Assim, houveram diversas coalizões que buscaram manter um contato entre governo (agora militar) e o setor camponês:

Essas coalizões basearam-se na aceitação, pelo exército, das reformas econômicas básicas da Revolução Nacional e, acima de tudo, no firme compromisso com a Reforma Agrária e a mobilização do campesinato. Foi esse reconhecimento e aceitação ativa do campesinato que marcaram esses novos regimes militares como semipopulistas e baseados essencialmente em uma aliança militar-camponesa, frequentemente não declarada, mas apesar disso em pleno funcionamento (KLEIN, 2016, p. 293).

São três os principais governos militares que ocuparam o país: René Barrientos (1964-1969), Hugo Banzer (1971-1978) e Luis García Meza (1980-1981), todos de caráter contrarrevolucionário, pois buscaram frear a expansão da sociedade civil e silenciar suas demandas, restringindo abruptamente as fronteiras da democracia.

O primeiro governo de Barrientos “foi um regime militar conservador, avesso ao trabalhador urbano, e aliado ao campesinato indígena” (KLEIN, 2016, p. 294), que se encontrava ainda em processo de mobilização social. O governo Barrientos esteve marcado por projetos políticos desenvolvimentistas e pela repressão do movimento mineiro cujo ápice foi o *Massacre de San Juan*, em junho de 1967 (TARCAYA GALLARDO, 2010).

Além disso, Barrientos buscou enfraquecer organizações camponesas e desencorajar eleições de líderes camponeses nos níveis departamental e nacional, enquanto financiava diretamente o *Pacto Militar-Campesino*. Este pacto “reafirmou o compromisso das Forças Armadas bolivianas com a defesa da reforma agrária da Revolução Nacional desde que os camponeses apoiassem o governo e obedecessem às ordens militares” (TAPIA, 2021, p. 98, tradução minha), não podendo apoiar, assim, as reivindicações e mobilizações da esquerda.

Com a necessidade de demonstrar à comunidade internacional que a ameaça comunista encontrava-se restringida na Bolívia, Barrientos acusou a *Federación Sindical de Trabajadores Mineros* (FSTMB) de estar planejando uma revolução comunista e, em maio de 1965, demitiu os líderes da COB e da FSTMB e forçou todas as uniões a se reorganizarem sob um movimento trabalhista apolítico controlado pelo governo (TAPIA, 2021, p. 98).

Após a morte de Barrientos, “desde 1969 até 1982, surgiria um regime militar depois do outro, cujas políticas se estendiam desde a extrema esquerda, passando pelo reformismo, até a direita reacionária” (KLEIN, 2016, p. 296). Assim, enquanto na maioria dos países sul-americanos o período militar apresentava um projeto político comum em relação à sociedade civil, na Bolívia a sucessão de governos implicou, também, mudanças significativas no trato e nos pactos firmados entre governo e sociedade.

O regime de Banzer (1971-1978) buscou dar continuidade ao período anterior e pressionou pela continuidade da Reforma Agrária, encorajando “ativamente a colonização das

terras baixas” (KLEIN, 2016, p. 301). Isso “garantiu mais terras e beneficiou um número maior de famílias camponesas do que em qualquer regime anterior, militar ou civil” (Idem, p. 301).

Ao mesmo tempo, o governo Banzer buscou despolitizar a sociedade boliviana, vista como um entrave ao processo político:

A administração Banzer também adotou as ideias antidemocráticas então dominantes no continente. O modelo brasileiro se tornou um exemplo para os militares bolivianos. Argumentava-se que o governo democrático acabava por levar ao caos social e que somente por meio da “despolitização” essas massas poderiam dar continuidade ao desenvolvimento econômico de uma forma racional (KLEIN, 2016, p. 302).

A intervenção militar não mais era vista como um evento temporário, mas uma alternativa que poderia se dar continuamente. O processo de desmantelamento das instituições deu-se também pela tentativa de destruição da estrutura partidária presente no país, quando além de expulsar o MNR do governo e exilar Paz Estenssoro, Banzer anunciou que “todos os partidos, mesmo aqueles de centro e de direita, estavam, a partir de então, abolidos, e que o exército governaria sem concessões democráticas de qualquer ordem” (KLEIN, 2016, p. 303).

O então presidente também fechou universidades e suspendeu todos os trabalhos realizados pela COB e pela FSTBM, censurou a imprensa e, a partir disso, se viu livre para perseguir, prender, exilar e até mesmo assassinar toda e qualquer oposição ao seu governo - majoritariamente de esquerda (TAPIA, 2021). Portanto, o governo Banzer buscou eliminar da cena política a esquerda revolucionária, assim como suprimir o movimento estudantil universitário.

Seguindo esta tendência de desdemocratização e de redução dos espaços abertos pela Revolução de 1952, Banzer foi o primeiro general a reduzir a presença dos camponeses - setor precípua nos movimentos de revolução - da política boliviana. Isto porque este setor havia deixado de ser conservador passados os anos da revolução. No governo Banzer, os camponeses não estavam mais satisfeitos em possuir apenas os títulos de propriedades; requeriam também “créditos, controle de preços e outras ajudas do governo a fim de melhorar sua situação no mercado” (KLEIN, 2016, p. 301).

Com o passar dos anos, o governo Banzer foi perdendo alianças já que setores das classes média e alta, que antes conformaram o apoio civil aos regimes militares na Bolívia e na América Latina, agora se viam mais dispostos a vincular seus interesses a governos mais democráticos, e não em um “um regime militar desconhecido” (KLEIN, 2016, p. 306). Em 1978, o governo Banzer foi derrubado por Pereda Asbún, por meio de um golpe de Estado, alegando fraude eleitoral nas eleições ocorridas naquele mesmo ano.

Pereda permaneceu no poder por poucos meses e em novembro, uma nova junta militar chefiada pelo general David Padilla assumiu o país. A junta propôs eleições livres, e estabeleceu que o governo não iria apresentar candidatos militares, tampouco apoiar possíveis concorrentes civis. Segundo Klein:

Começou então um dos períodos mais criativos do ponto de vista político da história boliviana recente. No espaço de quatro anos e nas três eleições presidenciais, os antigos padrões de voto nacionais mudaram em importantes aspectos, inaugurando um novo e mais complexo sistema político na Bolívia, o qual se mantém até hoje. Em lugar de um partido popular de massas baseado no apoio dos camponeses, de 1978 até os dias atuais surgiram muitos partidos concorrentes que eram apoiados por uma complexa combinação de eleitores urbanos e rurais. A Bolívia tinha, de fato, criado um eleitorado moderno (KLEIN, 2016, p. 307).

O eleitorado boliviano agora apresentava características mais complexas. Esse fenômeno foi uma reflexão de mudanças sociais e econômicas, visto que “como o censo de 1976 havia revelado, a Bolívia estava finalmente sentindo todos os efeitos da introdução de um moderno bem-estar social em termos de saúde e educação” (KLEIN, 2016, p. 308).

Portanto, o eleitorado boliviano de 1979 tinha mais acesso à educação e, em consequência à alfabetização, e a sociedade falava mais espanhol do que em qualquer momento anterior. Nesse contexto, “as novas classes de profissionais estabeleceram novos partidos e alianças para expressar suas necessidades particulares” (KLEIN, 2016, p. 309). Não somente o eleitorado, mas também a classe política boliviana estava em um processo de complexificação.

Ainda no governo de Pereda, “a resistência civil foi generalizada em todas as frentes de trabalho, sindicatos camponeses, partidos políticos e estudantes” (TAPIA, 2021, p. 103, tradução minha), e pressionou por novas eleições. O ano de 1979 foi bastante conturbado, já que, neste ínterim, houve novas eleições, um novo golpe de estado, um governo interino e uma segunda eleição, que elegeu o esquerdista Siles Zuazo.

Zuazo foi impedido de assumir a presidência. Em 1980, também por meio de um golpe militar intitulado de Golpe da Cocaína (TAPIA, 2021), o general Garcia Meza, diretamente ligado ao narcotráfico, assumiu o poder na Bolívia, instaurando um regime militar ainda mais radical. A sociedade civil reagiu ao golpe realizando manifestações por La Paz e, ainda que o governo tenha tentado freá-las, não foi capaz.

Dentre os grupos que reivindicavam respeito ao resultado das eleições e repudiavam o golpe de García Meza, os mineiros, “não pela primeira vez, foram os últimos a se render” (TAPIA, 2021, p. 104, tradução minha). Muito embora o governo García Meza tenha sido um governo breve, foi responsável por uma das maiores repressões e retrocessos no que concerne

à democratização e aos direitos humanos no período militar boliviano, e esteve marcado pela repressão política e casos de corrupção.

Também seguindo a tendência latino-americana, ao aproximar-se a década de 1980, a Bolívia estava ingressando em uma das mais longas depressões de sua história, que perdurou até a década de 1990. Nesse contexto, os regimes militares e a restrição da democracia não pareciam mais cabíveis. A sociedade mobilizada não poderia mais ser controlada por um regime militar, por mais violento e repressivo que fosse.

A resistência da sociedade civil, assim como a pressão internacional, fizeram com que García Meza renunciasse em agosto de 1981. Depois da renúncia forçada da última junta militar, o período militar na Bolívia foi findado em setembro de 1982. O Congresso elegeu Hernán Siles Zuazo à presidência do país em agosto de 1982 e, “de uma só tacada, o sistema político democrático foi ressuscitado” (KLEIN, 2016, p. 313).

Ao longo do período de regimes militares na Bolívia, a sociedade civil se manifestou de diferentes formas, através de marchas, protestos e bloqueios. Contudo, os mais eficazes foram aqueles que conseguiram unir diferentes setores da sociedade e coordenar esses setores em prol da redemocratização. Segundo Tapia (2021, p. 105, tradução nossa), “a resistência civil contribuiu para formar fortes alianças democráticas entre todos os setores e impulsionou a redemocratização da Bolívia”.

2.3 Democracia *pactada*: representação e neoliberalismo

Após o período de regimes militares, a redemocratização ocorreu associada à onda neoliberal que acometeu a América Latina nos anos 1980 e 1990. A Bolívia foi o primeiro país da América do Sul a adotar as medidas neoliberais (VIANA, 2016, p. 18). O governo de Siles Zuazo, apesar de dar início à reestruturação das instituições políticas, gerou uma intensa crise econômica, com altos índices de inflação, baixo crescimento econômico e elevados níveis de desemprego (ALVAREZ; TERRAZAS; BAHENA, 2021). Nesse contexto, as eleições foram antecipadas para 1985 e, vencendo no segundo turno, Paz Estenssoro tornou-se presidente pela quarta vez.

Na primeira metade dos anos 1980, as lideranças que atuavam na cena política eram as mesmas que estavam no poder desde a década de 1950, mas na segunda metade, políticos mais jovens começaram a atuar de maneira mais enfática no cenário político nacional (KLEIN, 2016). Ao mesmo tempo, as eleições de 1985 ofereceram “uma oportunidade para os antigos

partidos, particularmente o autodenominado MNR histórico e a ADN¹³, estabelecerem sua presença como instituições poderosas” (Idem, p. 317).

Essas eleições foram simbólicas também por conta do surgimento do *Movimiento Revolucionario Tupac Katari*, partido que representava as reivindicações indígenas de maneira direta e que obteve 2% dos votos. Como já visto, lideranças indígenas foram alijadas do meio político nos anos anteriores, assim como líderes de esquerda. Contudo, as eleições de 1985 indicavam que novas lideranças indígenas estavam se desenvolvendo. Essas lideranças:

[...] exigiram mudanças no que percebiam ser um tratamento desigual por parte do Estado em relação aos preços agrícolas, fornecimento de créditos, educação, saúde e até mesmo respeito por suas culturas tradicionais. Elas propuseram uma série de mudanças relativas à natureza da identidade dos bolivianos e ao papel dos povos indígenas na sociedade moderna, e enfatizaram problemas étnicos tanto quanto questões de classe. Embora as organizações rivais emergissem rapidamente para contestar o direito de expressar esse novo poder políticos dos antes subservientes camponeses indígenas e grupos mestiços urbanos, nos anos que se seguiram, esse novo movimento indígena tornou-se crescentemente forte e independente (KLEIN, 2016, p. 318).

Assim, o período de redemocratização na Bolívia não significou apenas uma reestruturação das instituições políticas existentes antes do período de regimes militares. Significou também o surgimento de novas demandas e figuras políticas que, há muito tempo, encontravam-se silenciadas pela elite política.

Se tratando do plano econômico, ainda que a história política boliviana apresente diversos momentos de aproximação ao neoliberalismo, o quarto mandato de Paz Estenssoro (1985-1989) marcou uma virada total na direção da construção de um Estado neoliberal. A Nova Política Econômica (NPE), lançada em agosto de 1985 e institucionalizada pelo Decreto Supremo 21.060, se consistia na abertura do mercado, “liberalização do sistema de preços, congelamento de salários, redução dos gastos estatais, demissão em massa de trabalhadores e redução do papel regulador do Estado” (PANNAIN, 2014, p. 69). A nova política foi marcada pela tentativa de controle inflacionário e estabilização monetária, e representou a busca, por parte do governo, de acelerar o processo de recuperação da economia (VIANA, 2016, p. 19).

O D.S. 21060 representou não apenas um instrumento de política econômica, mas um reordenamento geral de economia, da sociedade e do Estado “sob os paradigmas do neoliberalismo e em função dos interesses da burguesia e das empresas transnacionais” (ALVAREZ; TERRAZAS; BAHENA, 2021, p. 64, tradução minha). Segundo Cunha Filho (2018, p. 109), o objetivo último da NPE era “encerrar finalmente o Estado de 52 e seu

¹³ Partido *Acción Democrática Nacionalista*.

paradigma estatista de desenvolvimento e inserir a Bolívia nos marcos do que posteriormente ficaria conhecido como ‘Consenso de Washington’.

No âmbito do Poder Executivo, a impossibilidade de obter-se a maioria dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais “forçou os partidos a estabelecerem pactos multipartidários a fim de governar, e levou à realização das eleições mais limpas na história democrática da nação” (KLEIN, 2016, p. 330). Neste contexto, “o último governo de Paz Estenssoro [1985-1989] foi também significativo na medida em que contribuiu para abrir caminho para uma nova geração de líderes políticos” (Idem).

Foi a partir de 1985 que teve início o modelo político-econômico denominado “democracia pactuada” (CUNHA FILHO, 2018; PANNAIN, 2014, 2018; MAYORGA, R., 2004; MAYORGA, F., 2009), que “assegurou o controle parlamentar aos partidos do governo” (GUTIÉRREZ; GAMARRA, 2004, p. 96, tradução minha) e garantiu uma alternância entre os principais partidos do país no comando dos poderes Executivo e Legislativo (PANNAIN, 2018). Esse modelo perdurou ao longo de duas décadas, e funcionou da seguinte maneira:

Na incapacidade de qualquer partido atingir mais da metade dos votos nas eleições de 1989, 1993, 1997 e 2002, e a conseqüente necessidade de segundo turno indireto no Congresso, todos os presidentes do período seriam escolhidos a partir de pactos de divisão de espaços e cargos nos governos entre os partidos. E todos os presidentes do período manteriam a orientação econômica neoliberal como base de suas políticas, bem como o insulamento cada vez maior da elaboração política com relação à participação popular e mesmo partidária, mantendo-a controlada por tecnocratas e grupos de “especialistas”, com o parlamento exercendo muitas vezes um papel meramente protocolar de chancela aos pacotes enviados pelo Executivo (CUNHA FILHO, 2018, p. 110).

Portanto, de acordo com a Constituição vigente, caso nenhum candidato recebesse mais de 50% dos votos nas eleições presidenciais, cabia ao Congresso escolher entre os três primeiros colocados. O impasse era resolvido em um segundo turno levado a cabo pelo Congresso recentemente eleito (KLEIN, 2016). A extinção deste mecanismo constitucional ocorreu apenas em 2009, sob governo de Evo Morales, por meio da promulgação da Constituição Política de Estado (EXENI RODRÍGUEZ, 2017).

O marco inicial da democracia pactuada foi o *Pacto por la Democracia*, firmado pelo então presidente Paz Estenssoro (MNR) com Hugo Banzer (ADN), em outubro de 1985. O MNR já executava suas medidas econômicas e monetárias por meio da NPE e o segundo maior partido, a ADN, anunciou publicamente apoio parlamentar ao Executivo, e assim, “ambas as forças subscreveram então um [...] inédito acordo de governabilidade” (EXENI RODRÍGUEZ, 2017, p. 86, tradução minha).

As eleições de 1989 marcaram “a saída de toda uma geração de líderes políticos que haviam dominado a vida nacional desde os anos 1940. Os candidatos dos três partidos à presidência eram, pela primeira vez, homens que tinham adquirido destaque político depois da Revolução de 1952” (KLEIN, 2016, 331). Nessas eleições, nenhum dos candidatos questionou a NPE, tampouco criticou o sistema capitalista estatal (KLEIN, 2016).

A “maquinaria eleitoral” (Idem) construída ao longo do período passou a ser dirigida por três principais partidos: Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), e Acción Democrática Nacionalista (ADN):

Tabela 1 - Presidentes da Bolívia entre 1985 e 2005

Nome	Partido	Período
Víctor Paz Estenssoro	MNR	1985-1989
Jaime Paz Zamora	MIR	1989-1993
Gonzalo Sánchez de Lozada	MNR	1993-1997
Hugo Banzer Suárez	ADN	1997-2001
Jorge Quiroga Ramírez	ADN	2001-2002
Gonzalo Sánchez de Lozada	MNR	2002-2003
Carlos Mesa Gisbert	MNR	2003-2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em Exeni Rodríguez (2017) e Klein (2016).

Os três partidos compartilhavam um consenso acerca da política econômica de 1985, consenso este “que se refletiu em todos os resultados eleitorais entre 1985 e 2002” (GUTIÉRREZ; GAMARRA, 2004, p. 97, tradução nossa). Embora fizessem críticas severas à estratégia de desenvolvimento, nenhum dos governos ousou modificá-la. Os partidos e as coalizões que compuseram o período da “democracia pactuada” somente atualizaram as características neoliberais da NPE.

Assim, “cada eleição para presidente envolvia complexas negociações pós-eleitorais, geralmente entre o MNR, o MIR e a ADN” (KLEIN, 2016, p. 319). Esse sistema deu muito poder a partidos menores e a grupos fragmentados, que se aliavam aos três partidos que alternavam a presidência nos arranjos realizados pelas coalizões (KLEIN, 2016).

Direta ou indiretamente, esse sistema *pactado* destinou maior atenção e espaço às demandas e aos líderes políticos indígenas e mestiços, que desde 1952 conformavam a maior parte do eleitorado:

Essas eleições fragmentadas também forçaram todos os partidos a responder às populações indígenas e mestiças, que compunham a maioria dos eleitores. Esses camponeses, embora fossem pobres e contassem com um número significativo de analfabetos, tendiam a garantir um alto comparecimento às urnas, devido à sua mobilização política e a seus poderosos sindicatos e organizações comunais. Isso também levou a que os novos líderes políticos que se comunicavam em aimará e quéchua, fossem eles de partidos populistas ou diretamente étnicos, tentassem captar esse voto (KLEIN, 2016, p. 319).

A democracia pactuada “não foi produto de um pacto entre partidos, mas de acordos entre suas cúpulas” (GUTIÉRREZ; GAMARRA, 2004, p. 97, tradução minha). Os chefes obrigavam seus partidos a participar das coalizões e consolidavam suas posições não somente dentro dos partidos, mas também na própria política boliviana, o que levou muitos deles a presidir o país a partir de 1985.

Os pactos firmados pelos governos asseguravam a distribuição de cargos entre os membros das coalizões. Essa prática acabou sendo limitada posteriormente por conta da diminuição dos postos disponíveis, em decorrência das reformas econômicas estruturais que, como sobredito, diminuíram a ação do Estado. O poder decisório concentrava-se no Poder Executivo, este por sua vez priorizando orientações tecnocráticas.

De acordo com Gutiérrez e Gamarra (2004, p. 99, tradução minha), os partidos, ao longo do período da democracia pactuada, não se modernizaram, não buscaram e nem apresentaram novos líderes e não lograram estabelecer e melhorar a qualidade da relação entre Estado e sociedade; “o resultado foi uma multiplicação de conflitos que levou a um fracionamento secular na sociedade boliviana, tendendo a um bloqueio social e um vazio de movimentos sociais genuínos”.

O período de democracia pactuada logrou alcançar uma estabilidade institucional que se baseou na "ausência de disputa entre projetos políticos significativamente distintos e a impossibilidade de influência de representantes de maioria indígena na política institucional em nível nacional" (PANNAIN, 2018, p. 291). A permanência dos três partidos principais no poder impedia a ascensão de novas agendas.

As políticas levadas a cabo ao longo do período da democracia pactuada abriram o caminho para o surgimento paulatino de protestos e demandas de camponeses cocaleiros, trabalhadores mineiros e da sociedade civil, sem vínculos com os partidos do sistema. Neste sentido, foi notável também o eminente descompasso entre o governo e a sociedade civil, fato que gerou uma crise de representação, tornando-se clara a incapacidade representativa dos partidos frente à complexidade étnica, regional e social do país.

Isso indica a não correspondência entre os projetos políticos presentes na sociedade civil e o projeto político defendido pela sociedade política. Os governos do período da

democracia *pactada* não foram capazes de representar a sociedade boliviana, que é e sempre foi heterogênea e *abigarrada*. Assim, ainda que a volta do sistema democrático no período pós-regimes militares tenha sido realizada em termos nominais, políticos e institucionais, a disparidade entre a sociedade política e a sociedade civil parece ter dificultado o processo de consolidação da democracia, justamente porque, como apontado por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 31), a consolidação democrática exige “a existência de uma forte correspondência entre um projeto democrático na sociedade civil e projetos políticos afins na sociedade política”.

Segundo Exeni Rodríguez (2017, p. 22, tradução minha), as coalizões políticas realizadas no período “foram talvez um dos melhores resultados alcançados do processo de democratização e reforma político-institucional na Bolívia, mas constituíram, ao mesmo tempo, o elo mais fraco para a consolidação e persistência do regime democrático”. Este sistema político sustentou-se por dois pilares: a democracia representativa e o neoliberalismo econômico.

Na década de 1990, a economia nacional sofreu uma reorganização. As exportações do país passaram a ser dominadas pelo gás natural - desenvolvido pela Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)¹⁴ em conjunto com empresas estrangeiras, estatais e privadas - e por “safras comerciais para exportação, especialmente a soja” (KLEIN, 2016, p. 326); diferentemente do período anterior no qual a prata e o estanho eram os principais materiais exportados. Essa mudança econômica foi acompanhada por uma mudança política:

Assim como a estrutura econômica da Bolívia tem mudado e evoluído, também a estrutura política do país se transformou nos últimos vinte anos. Sem dúvida, o estabelecimento de um sistema multipartidário, o surgimento de um legislativo poderoso, a crescente importância das políticas municipal e regional, e o uso dos pactos multipartidários para governar o país têm influenciado na evolução política da Bolívia (KLEIN, 2016, p. 329).

A eleição de 1993 trouxe novamente o MNR ao poder, com 34% dos votos a Gonzalo Sánchez de Lozada. Todavia, para que tivesse chances de vencer, o partido teve de buscar apoio entre os *kataristas*¹⁵ das áreas rurais e conseqüentemente colocar na vice-presidência um líder

¹⁴ A YPFB é, de acordo com a Constituição vigente, “una empresa autárquica de derecho público, inembargable, con autonomía de gestión administrativa, técnica y económica, en el marco de la política estatal de hidrocarburos. YPFB, bajo tuición del Ministerio del ramo y como brazo operativo del Estado, es la única facultada para realizar las actividades de la cadena productiva de hidrocarburos y su comercialización” (BOLÍVIA, 2009, art. 361).

¹⁵ Segundo Klein (2016, p. 329), “em 1971, os *kataristas*, com seu programa de direitos dos aimarás, tornaram-se ainda mais poderosos nos sindicatos locais do altiplano, e começaram então a dominar a nova e poderosa confederação dos camponeses, a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB), fundada em 1979”.

katarista, sendo escolhido Víctor Hugo Cárdenas. Essa movimentação assinalou o reconhecimento, por parte da elite, da importância dos povos indígenas e mestiços na política.

O governo passou a adotar, portanto, uma visão de nação multiétnica, realizando uma série de mudanças na organização do Estado e nas formas de participação política. A Constituição boliviana de 1994 afirmava, em seu primeiro artigo, que a Bolívia constituía-se em um país não apenas livre, independente e soberano, mas também multiétnico e pluricultural (BOLÍVIA, 1994). Além disso:

Um grande conjunto de leis foi também aprovado, o qual não apenas reconheceu a personalidade jurídica das comunidades indígenas, mas também das associações de camponeses e dos sindicatos campesinos. A revisão da Constituição também assegurou aos *ayllus*¹⁶ e às comunidades seus direitos tradicionais à terra, garantindo inequivocamente a existência das *propriedades comunarias*, isto é, os direitos de propriedade comunitária investidos nas comunidades, em lugar de nos indivíduos, e ainda assegurando o direito de usos e costumes (KLEIN, 2016, p. 334).

As modificações e ampliações realizadas na *Ley de Participación Popular* foram também profundas: estima-se que “quase dois terços dos 1.624 prefeitos municipais e vereadores eleitos depois da Lei de Participação Popular eram camponeses ou indígenas” (KLEIN, 2016, p. 335).

Esses avanços rumo a uma democracia mais participativa ocorreram ainda dentro de um contexto de neoliberalização da economia boliviana. O governo de Sánchez de Lozada (1993-1997) estendeu as políticas econômicas neoliberais instauradas na década de 1980 e deu continuidade às privatizações que vinham sendo realizadas desde a *Ley de Privatización* de 1992 (BOLÍVIA, 1992)¹⁷. As privatizações de companhias estatais foram continuadas e, dentre elas, a de maior impacto foi a da YPBF em 1996. Após a privatização, “a capitalização, a empresa logo passou de quase 6 mil trabalhadores para 2 mil, e por fim desistiu da exploração, produção e transporte de petróleo e gás” (KLEIN, 2016, p. 337).

As eleições presidenciais realizadas em junho de 2002, embora tenham dado um segundo mandato a Gonzalo Sánchez de Lozada, foram bastante importantes e auspiciaram a

¹⁶ *Ayllus* são formas de governo e agrupamentos sociais, familiares, econômicos e culturais que existem desde a época pré-Incaica na região dos Andes. Embora atuem como "subdivisões territoriais-políticas e governos locais" (RÉNIQUE, 2014, p. 8), são mais complexos que uma simples forma de administração. Ver Rénique, 2014.

¹⁷ Segundo Klein (2016, p. 336), “A maior parte das pequenas empresas foi vendida a investidores privados, mas as grandes empresas do governo foram vendidas por meio de esquemas de capitalização. Isso significa que o Estado reteve 50% das empresas, mas vendeu os outros 50% a grupos privados que também administraram as companhias. Essas companhias privatizadas incluíram a YPFB, que estava a cargo do petróleo e do gás; a Ende, que era a empresa nacional de eletricidade; a Enfe, que controlava as ferrovias, a Entel, que estava a cargo de todas as comunicações; e a LAB, a empresa nacional de transporte aéreo”. Para amenizar essas medidas, “o governo destinou sua parte nos fundos de capitalização à Bonosol, uma entidade que pagava pensões aos trabalhadores aposentados que não participavam de nenhum plano de aposentadoria” (Idem).

virada política e social que sofreu a Bolívia no novo século. Essas eleições evidenciaram o arrefecimento do sistema de partidos políticos que vigorava desde 1985:

Nesse período, o sistema presidencial da Bolívia tinha sido significativamente modificado devido à crescente importância do governo parlamentar. Por sua vez, o Congresso bicameral foi reorganizado para se tornar mais sensível ao voto direto da população. Entre o efetivo fortalecimento, a extensão do governo municipal e o crescente poder do Senado e do Congresso, a Bolívia se afastou de seu tradicional sistema de governo, centralista e presidencialista. Mas os partidos que tinham criado esse sistema estavam a ponto de desaparecer. Tanto a velha ADN de Banzer como o MIR perderam representação nacional nessa eleição, e o candidato que chegou ao segundo lugar depois do MNR, com um quarto dos votos, veio de um novo partido e era um líder indígena aimará” (KLEIN, 2016, p. 338).

Esse clima de mudança foi catalisado pelo crescimento de partidos políticos indígenas que vinham se tornando mais presentes desde a década de 1970 com o fortalecimento dos *kataristas* na cena política, assim como o crescimento do partido político *Conciencia de Patria* (Condepa), primeiro partido indígena do país, no fim da década de 1980 e começo da década de 1990 (KLEIN, 2016, p. 338). Em meados de 1990, “as reformas do Estado feitas pela *Ley de Participación Popular* trouxeram ainda mais líderes indígenas e mestiços ao governo” (KLEIN, 2016, p. 338).

Emergia na cena política também um movimento *cocalero* cada vez mais mobilizado, resultante da política estadunidense de guerra às drogas, marcada pela intervenção dos EUA na política boliviana entre as décadas de 1980 e 1990 e pelos conflitos, muitas vezes violentos, entre o governo e os *cocaleiros* e seus sindicatos (KLEIN, 2016,). Esses movimentos, sendo alguns deles antigos, outros novos, foram responsáveis por mobilizações contra as políticas neoliberais. Segundo Klein:

Enquanto os grupos radicais aimarás se apresentavam nas eleições dos anos 1990, especialmente sob a liderança de Felipe Quispe, que se tornou o chefe da CSUTCB em 1998, o mais notável desses movimentos foi organizado pelos *cocaleiros* da região do Chapare sob a liderança de Evo Morales, que tinha conquistado uma das mais importantes federações sindicais regionais, a *Federación de Cocaleiros del Trópico* (FCT), em 1988. Morales e seus seguidores criaram a *Asamblea por la Soberanía de los Pueblos* (ASP), que foi o antecedente imediato do partido *Movimiento al Socialismo* (MAS) (KLEIN, 2016, p. 339).

Em 1997, Evo Morales foi eleito no Chapare por maioria esmagadora para o Congresso Nacional e, “embora tenha sido expulso do Congresso em 2002, Morales e seu partido abalaram o *establishment* político tradicional nas eleições presidenciais daquele ano, ficando em segundo lugar depois do MNR” (Idem).

As eleições de 2002 deram-se em meio a um contexto de crescente efervescência social e desestabilização dos partidos nacionais. Nessas eleições, Morales obteve segundo lugar nas eleições presidenciais, e um terço das cadeiras do Congresso Nacional foram ocupadas por dois

partidos indígenas: o MAS-IPSP, liderado por Morales, e o *Movimiento Indio Pachakuti* (MIP), liderado por Felipe Quispe.

Esses novos líderes indígenas que emergiram de maneira mais intensa na cena política foram responsáveis por apresentar demandas relativas a temas econômicos e sociais advindos de massas urbanas e rurais. Propuseram também uma mudança intensa da economia política boliviana, rumo à estatização do controle dos recursos naturais. Essas reivindicações criaram "uma nova identidade nacional e um novo papel para os povos indígenas na nova moderna sociedade boliviana" (KLEIN, 2016, p. 339).

Embora o presidente eleito tenha sido Gonzalo Sánchez de Lozada, "o grande percentual de votos de Evo Morales (20,94%) e de Manfred Reyes (20,91%), dois relativos *outsiders*, indica um enfraquecimento dos partidos que ocupavam as posições centrais no campo político institucional" (PANNAIN, 2018, p. 295). A decisão final foi incumbida ao Parlamento, ação tradicional da democracia pactuada e prevista na constituição vigente.

Não foram apenas os partidos políticos que mudaram a partir de 2002, mas também novas alianças regionais surgiram no cenário político boliviano:

Lentamente, e com algumas variações locais, uma nova divisão política surgiu na Bolívia, de uma forma bastante dramática, entre os departamentos centrais do altiplano e um grupo de departamentos do oriente e do sul (Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija), os quais constituíram o que os bolivianos começaram a chamar de grupo da *media luna* (definido assim devido a seu formato de meia lua nos mapas tradicionais, em contraste geográfico com os departamentos do altiplano) (KLEIN, 2016, p. 344).

Em 2003, a crise política se intensificou, sobretudo por conta da Guerra da Água, iniciada dois anos antes, e a Guerra do Gás, que foi iniciada naquele mesmo ano. A isso, somam-se as medidas tomadas pelo governo de Sánchez de Lozada, muitas vezes repressivas, que geraram ainda mais revolta por parte da população. Essa intensificação da crise política culminou não apenas na renúncia do então Presidente, mas também em sua fuga para os Estados Unidos em 17 de outubro de 2003.

Com a renúncia, o então vice-Presidente Carlos Mesa assumiu o governo. Mesa buscou atender às demandas presentes na sociedade e se articular com novos setores agora presentes no Congresso Nacional, e avançou em termos de democracia participativa:

A promulgação da Reforma Constitucional de fevereiro de 2004 incorporou mecanismos de democracia participativa, possibilitando a realização de referendos, o que foi prontamente adotado por Mesa, que marcou para julho de 2004 uma consulta popular sobre o tema dos hidrocarbonetos, sem, no entanto, contemplar a possibilidade de nacionalização dos mesmos. Ao passo que o novo texto constitucional incluía a convocação de referendos, incorporaram-se também procedimentos para a realização de uma nova Constituinte, que não chegou a ser concretizada pelo governo Mesa (VIANA, 2016, p. 27).

O MAS-IPSP chegou a se articular com o governo Mesa, mas rompeu essa relação dada a renovação da crise política em 2005. A renúncia de Mesa foi, portanto, resultado da falta de apoio tanto por parte do MAS-IPSP, quanto da elite política e econômica da Meia Lua. Muito embora o governo tenha focado em arrefecer os confrontos entre os manifestantes com a polícia e os militares, não pôde conter os bloqueios que estavam sendo realizados pela população. Quando se tornou ainda mais evidente a efervescência social com a qual o governo teria de lidar, Mesa se viu forçado a renunciar.

A noção de projetos políticos enquanto “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade, os quais orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 32, tradução nossa) ajuda a compreender as diferentes arquiteturas políticas existentes na história boliviana.

Tendo em vista que a centralização da sociedade civil nos processos de tomada de decisão “assume um papel central para a democratização” (Idem, p. 43), o descompasso entre a sociedade política e a sociedade civil existente no período de democracia *pactada* impunha limites bastantes significativos à democratização na Bolívia.

O ano de 2002 marcou também o início de emergência de uma elite indígena e mestiça, que ascendeu continuamente até 2014:

Esses mestiços urbanos, ao proclamar sua identidade tanto como mestiços quanto como aimará, quéchua ou outro povo indígena, recusam-se a adotar uma identidade “branca”. Isso teve profundas consequências sociais e políticas para a Bolívia, e se trata de um processo relativamente único para os padrões da América Latina (KLEIN, 2016, p. 368).

Como se verá no capítulo seguinte, a efervescência social gerada em meio às guerras da água e do gás, assim como a intensificação da crise política e a ascensão da necessidade da inserção de membros historicamente excluídos na estrutura estatal, geraram um projeto político de cunho democrático-participativo que chocou as estruturas políticas do país. A transformação política se deu a partir das mobilizações dessa elite e de movimentos sociais que evocavam sentidos ancestrais de conceber o mundo, a vida e a sociedade.

Capítulo 3 - PRÁTICA DEMOCRÁTICA NO GOVERNO MORALES: IMPASSES, DESAFIOS E AVANÇOS

*Cumpliendo el mandato de nuestros pueblos, con la fortaleza
de nuestra Pachamama y gracias a Dios,
refundamos Bolivia.*

Constituição Política de Estado da Bolívia

O início do século XXI foi um período de intensa transformação democrática em toda a América Latina. Na Bolívia, evidenciava-se o retorno da instabilidade política, anteriormente amenizado pelo período da democracia pactuada. No país, o início dos anos 2000 esteve marcado por intensas mobilizações sociais, as quais se deram por uma maior articulação entre grupos camponeses e indígenas.

Essas mobilizações levaram à estrutura estatal um projeto político até então nunca vivenciado no país, que tinha como eixo central - ao menos em seus anos iniciais - a inclusão de setores historicamente apartados da política no processo de *policy-making*. Segundo Pannain (2018):

Embora a transição para o regime democrático tenha ocorrido no final da década de 1970 e no início da seguinte, é possível dizer que ela não se completou até a primeira década do século XXI, quando representantes dos setores subalternos tiveram pela primeira vez a oportunidade de participar de posições importantes no Estado (PANNAIN, 2018, p. 287).

Os movimentos sociais que passaram a se articular paulatinamente a partir da década de 1980 atuaram de maneira ainda mais coordenada nos momentos de crise (ZVALETA MERCADO, 1986) e, neste sentido, dois acontecimentos foram cruciais: a Guerra da Água em 2000 e a Guerra do Gás em 2003. Nesses eventos, setores da população indígena boliviana se uniram em prol da manutenção dos recursos naturais sob a égide do Estado, rechaçando as políticas neoliberais de privatização que predominaram nas décadas de 1980 e 1990.

Na Guerra da Água, a revolta popular deu-se na região de Cochabamba, terceira maior cidade da Bolívia. O governo "tentou privatizar as empresas públicas e comunitárias regionais de abastecimento de água e as vendeu à Bechtel, uma multinacional norte-americana," (KLEIN, 2016, p. 340). A isso, soma-se a promulgação da Lei de Água Potável e Esgoto Sanitário,

promulgada em 1999¹⁸. Essas duas modificações geraram um aumento expressivo nas tarifas de água dos moradores de Cochabamba, e uma desarticulação dos "sistemas de captação e distribuição de água autônomos desenvolvidos por aqueles que viviam no campo e em bairros periféricos da cidade" (PANNAIN, 2018, p. 292).

Essas mudanças geraram uma intensa e crescente mobilização popular, marcada por protestos, greves gerais e bloqueios nas estradas e avenidas da cidade. Após três meses de mobilização, o governo recuou e decidiu não dar prosseguimento às privatizações. É verdade que, naquele momento, o recuo do governo acalmou as manifestações (KLEIN, 2016). Contudo, a Guerra da Água ficou marcada como "a primeira mobilização popular significativa que combinou demandas econômicas imediatas com debates em larga escala sobre as políticas do governo e as exigências de grupos indígenas de maior poder político" (KLEIN, 2016, p. 340).

No caso da Guerra do Gás, o evento que deu início à mobilização social foi o ataque do exército aos manifestantes de Warisata e Sorata que encontravam-se mobilizados, liderados pela *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB), sob comando de Felipe Quispe. O enfrentamento entre exército e manifestantes deixou 7 pessoas mortas e 17 feridas (MAKARAN, 2007). No mês seguinte, a mobilização se intensificou porque o governo anunciou que iria exportar gás para os Estados Unidos e México através de um porto chileno. Aqui, é importante enfatizar o histórico ressentimento dos bolivianos para com os chilenos por conta da Guerra do Pacífico (1879-1883), momento no qual a Bolívia perdeu acesso ao mar para o Chile.

Segundo Klein (2016), a Guerra do Gás foi resultado da "abertura da participação estrangeira da moderna indústria de gás natural, ainda que muitas dessas companhias fossem empresas estatais de outros países" (KLEIN, 2016, p. 340). As decisões governamentais de dar continuidade às políticas neoliberais de privatização, em especial a decisão de construir um gasoduto para o gás natural entre os Andes e os portos chilenos "levou à Guerra do Gás em 2003, e a uma massiva e com frequência violenta mobilização de camponeses e mestiços contra o MNR e seu líder" (Idem).

Com as duas "guerras", tornou-se claro que emergia na Bolívia uma nova agenda política, social e econômica estruturada por setores antes excluídos da política, e que propunha uma nova maneira de se pensar a complexidade social e cultural boliviana:

¹⁸ No que tange ao setor de saneamento, a década de 1990 foi marcada por projetos de concessão dos serviços de saneamento para o setor privado. Esses projetos foram realizados com o apoio do Banco Mundial, via Associação Internacional de Desenvolvimento - AID (FUCHS et. al, 2022).

Com a Guerra da Água (2000), em Cochabamba, passando pela marcha indígena pró-constituinte (2002), e culminando com a Guerra do Gás, em El Alto (2003), consolidou-se uma agenda popular que reclamava por uma alteração radical das instituições bolivianas e apontava para o caminho de uma nação soberana e plurinacional como a única saída aceitável para a situação (FREITAS; AMARAL, 2019, p. 62).

Não obstante, segundo Freitas e Amaral (2007), as reivindicações realizadas nesses eventos apresentavam uma certa contradição. Embora levantassem a necessidade de se transcender as fronteiras do político e da política, com a formação de territórios e autogoverno autônomos indígenas, buscavam também um retorno à centralização do controle do território boliviano - e de seus recursos - sob um Estado forte.

Como já dito, as eleições gerais de 2002 sinalizaram que o sistema de coalizões estava perto de seu fim. Evo Morales e seu partido MAS-IPSP voltaram a chocar o establishment político tradicional, dessa vez ao conquistar o segundo lugar nas eleições presidenciais. Isso, somado à conquista por parte do MAS-IPSP e do MIP de um terço das cadeiras do Congresso, demonstrava que os indígenas agora ocupavam a cena política boliviana mais diretamente.

Em setembro de 2003, o governo repreendeu uma manifestação que ocorreu em La Paz e Cochabamba e “o resultado das mortes foi uma imediata escalada do bloqueio de estradas, o fechamento do acesso a La Paz por uma população mobilizada de El Alto, crescentes confrontações entre a polícia e os manifestantes, e violência” (KLEIN, 2016, 341).

O MNR perdeu apoio das elites, já que os protestos e bloqueios diários afetaram diretamente a economia da capital. Com a renúncia - e fuga - de Sánchez de Lozada, o então vice-presidente Carlos Mesa, “uma personalidade da mídia e historiador sem partido nacional ou grupo que o apoiasse,” (KLEIN, 2016, p. 341), tornou-se presidente de uma Bolívia diferente, bastante mobilizada. Com a posse de Mesa, “a antiga ordem dava seus últimos suspiros” (PANNAIN, 2018, p. 297).

Muito embora as eleições de 2002 tenham sido um movimento claro de distanciamento das políticas neoliberais, foram as eleições de 2005 que formalizaram esta tendência e colocaram um fim mais enfático no período de democracia pactuada. O MAS-IPSP, abrindo mão de propostas profundamente radicais, soube captar as demandas e os interesses dos movimentos sociais que estavam mobilizando a cena política, e passou a apoiar a agenda que emergiu em meio aos intensos levantes dos últimos anos (FREITAS; AMARAL, 2007).

3.1 *Proceso de cambio*: a legalização dos indígenas na política

Pela primeira vez desde 1982, um candidato à presidência alcançou a maioria dos votos eleitorais. Em 2005, Evo Morales, representante do partido *Movimiento al Socialismo* -

Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP), tornou-se presidente da Bolívia com 54% dos votos válidos, superando a longa fase da democracia pactuada. Pela primeira vez "desde a volta da democracia, um partido [...] alcançou maioria nas urnas e nenhum 'pacto' foi necessário para que fossem empossados Evo Morales e Álvaro García Linera" (PANNAIN, 2018, p. 299). O líder indígena e cocaleiro foi reeleito em 2009 e 2014 contando com um amplo apoio popular.

Nas eleições de 2005, "o MAS e o MIP [...] obtiveram 1,6 milhões de votos dos 2,9 milhões computados, ou seja: 56% do total" (KLEIN, 2016, p. 345). Além disso, os votos destinados ao MAS-IPSP foram expressivos não apenas nas votações presidenciais, mas também no Senado e no Congresso. O partido obteve 12 dos 27 assentos do Senado, e 72 das 130 vagas disponíveis para deputados (KLEIN, 2016, p. 369).

A chegada de Morales à presidência foi o ápice da efervescência dos movimentos sociais que vinham se expressando de maneira mais coordenada desde a Guerra da Água em 2000. O novo governo abriu as portas do debate político para os movimentos sociais e incorporou indígenas, camponeses e dirigentes sociais na estrutura estatal (MARIÑELARENA, 2020), rompendo com a tradicional separação entre sociedade civil e sociedade política que fez parte da história boliviana.

Segundo Câmara (2007, p. 67), a eleição de Morales simbolizou uma ruptura com a tradição "praticamente naturalizada na vida política do país, a de exclusão dos indígenas [...] dos mais altos cargos institucionais do Estado boliviano". Essa mudança resultou da crise política intensa dos anos 2000-2005, desencadeada justamente por esses setores historicamente alijados. A mobilização desses setores "subalternos, principalmente indígenas e camponeses, rompeu as fronteiras do campo político institucional" (PANNAIN, 2018, p. 288).

Dentre os feitos mais notórios dos governos de Morales, destacam-se a abertura de uma Assembleia Constituinte e a promulgação da nova *Constitución Política de Estado* em 2009 que, resultante de debates e diálogos interculturais, é marcada pelo rechaço ao Estado neoliberal, pela valorização da cosmovisão dos povos indígenas e pelo reconhecimento do *Vivir Bien* e da plurinacionalidade.

Um dos destaques do primeiro governo Morales foi a criação de uma agenda política em torno dos hidrocarbonetos, questão importante no país. Em maio de 2006, Morales decretou uma ocupação militar nas reservas de gás e petróleo (VIANA, 2016). O Decreto Supremo 28.701 de 2006 nacionalizou todos os hidrocarbonetos do país, e estabeleceu um novo regime tributário que taxava 82% dos lucros das empresas que exploravam gás boliviano, e esses lucros

agora seriam do Estado¹⁹ (BOLÍVIA, 2006). Segundo Viana (2016, p. 29), essa taxaço “foi fundamental para garantir o aumento da arrecadação estatal, consistindo numa das principais medidas efetivadas pelo governo”.

Além dessas nacionalizações, o novo governo promoveu avanços no que tange ao acesso à terra por parte dos setores mais pobres da sociedade, avanços estes que foram iniciados em 2002, mas ampliados pelo governo Morales:

Em 2002, foi emitido um novo ato de Reforma Agrária destinado a eliminar essas imensas parcelas de terras e devolver algumas delas aos recentemente empoderados grupos indígenas das planícies, assim como para proprietários privados produtivos. Esse programa recebeu um grande impulso durante o novo governo de Evo Morales que, entre 2006 e meados de 2009, distribuiu cerca de 31 milhões de hectares a 154.000 pessoas (cerca de cinco vezes o que foi entregue durante o período pré-2006) sendo que, agora, uma proporção mais alta estava indo para as mãos dos indígenas (KLEIN, 2016, p. 372/373).

A questão da terra continuou a ser um ponto fulcral em meio às discussões e reivindicações, tornando-se um dos principais temas abordados pelo governo. Segundo Gimenez (2014), há um certo consenso quanto ao insucesso da Reforma Agrária de 1952, já que a questão sobre a terra continuou estando presente nas demandas da sociedade civil cinquenta anos depois.

No dia 6 de agosto de 2006, foi inaugurada a Assembleia Constituinte em Sucre, capital formal da Bolívia²⁰. Quem presidiu a assembleia foi Silvia Lazarte, a primeira mulher indígena (quéchua) neste posto na história da América Latina. Os diálogos realizados nessa ocasião ensejaram no processo de *policy-making* o exercício de ressignificação e releitura de conceitos-chave que estruturam a noção de Estado-nação.

Esses diálogos foram importantes também porque foram levados a cabo por meio da inserção de representantes indígenas e camponeses - que representavam a maioria da população, mas foram historicamente apartados da política por uma burguesia branca - na estrutura estatal. Agora, não eram apenas os brancos da elite que debatiam e deliberavam sobre a política boliviana:

¹⁹ A nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos gerou um contencioso com o Brasil que, através da Petrobrás, explorava gás natural em dois principais campos, San Alberto e San Antonio, que correspondiam juntos a 10% das reservas totais da Bolívia. Ainda em maio de 2006, o governo brasileiro, via Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, lançou uma nota técnica declarando que a obrigatoriedade de destinar os lucros ao Estado boliviano "acarretaria impactos extremamente negativos sobre o Brasil, mormente, se for levado em conta o fato de que, no curto e médio prazos, não há perspectivas de aumento da oferta doméstica em volume suficiente para reduzir a sua dependência frente ao gás boliviano" (ANP, 2006, p. 5).

²⁰ A Bolívia possui duas capitais, Sucre e La Paz. Sucre é a oficial, abrigando o Judiciário, e La Paz é sede do Executivo e do Legislativo.

Se cuenta que los empleados a cargo de la seguridad del acto pidieron a un grupo de cholitas, campesinas de pollera, manta y sombrero, que se levantaran del suelo donde esperaban porque por allí pasarían los constituyentes. Ellas se levantaron pero no para retirarse, sino para participar del desfile: eran las mujeres constituyentes. Se trataba de la llegada al estado de nuevos actores, indígenas, campesinos, inesperados para la mirada rápida de los empleados de seguridad, de acuerdo con cómo habían sido las cosas hasta entonces (SCHAVELZON, 2012, p. 1).

Indígenas e camponeses, assim, ocuparam posições destacadas, conformando um bloco de atuação perante o governo. O processo constituinte remeteu às marchas indígenas das terras baixas iniciadas em 1990, que marcaram uma nova fase política do país: o aviso de que os povos indígenas estavam decididos a ocupar a política boliviana, e a exigir seus direitos territoriais e políticos (Idem).

O Pacto de Unidade, formado a partir do encontro entre organizações indígenas das terras altas e baixas com organizações sindicais de camponeses ao longo das marchas de 1990, foi base para o trabalho dos constituintes do MAS-IPSP, consistindo-se em uma proposta de nova constituição que propunha, entre outras coisas, o controle dos recursos naturais para o povo, a adoção de temas e demandas indígenas e comunitárias, extinção do sistema latifundiário, direitos coletivos para os povos indígenas e representação direta no parlamento (Idem).

Em meio a esse encontro de ideias, perspectivas e visões de mundo, destacou-se também a perspectiva aymará, que enfatizou a necessidade de se descolonizar o país, de modo que "as maiorias quéchuas e aimarás, herdeiras do espírito rebelde de de Tupac Katari, não se sentissem estrangeiras em sua própria terra" (Idem, p. 5, tradução minha). O político tomava uma nova forma. A constituinte de 2006 constituiu um espaço político no qual novas proposições de organização social emergiram ao mesmo tempo que antigas reivindicações de povos originários se fizeram presentes e foram valorizadas e reconhecidas pelo Estado.

Portanto, o processo constituinte possuiu raízes "nos momentos de insurreição coletiva, nos diferentes ciclos de mobilização social, que foram [...] momentos de disputa pelo sentido do político" (CHÁVEZ; MOKRANI, 2007, p. 55). O estabelecimento da assembleia representou a formalização e institucionalização das reivindicações dos movimentos sociais que há tempos evocavam uma reorganização da ordem política que inserisse a sociedade dentro da estrutura estatal.

A presença desses movimentos sociais na assembleia marcou a possibilidade de produzir "os espaços e formas de luta abertos por estes [movimentos]" (Idem) no passado, agora em um novo terreno de deliberação, afinal, os movimentos sociais sugerem novas formas de se pensar a agência na luta pela democracia (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Neste

contexto, e dado o espaço político de debate e contraposição de ideias e perspectivas outras (subalternas), a democracia boliviana foi radicalizada.

O conflito não era mais visto como um empecilho, ou uma fase a ser superada; era visto como parte constitutiva da sociedade boliviana. Foi a presença e o protagonismo dos povos indígenas - trazendo à estrutura estatal as lutas do passado - que sugeriu "a construção de uma socioespacialidade que [trancendesse] a associação entre a unidade territorial do Estado-nação, bem como formas político-governativas que [extrapolassem] os limites da democracia liberal representativa" (FREITAS; AMARAL, 2007, p. 63-64).

A inserção de membros de organizações indígenas, camponesas e sindicais na política significou "tanto a participação direta das nações e povos indígenas originários camponeses no exercício do poder político como a democratização do Estado" (MARIÑELARENA, 2020, 114). Esta inclusão deu-se de maneira articulada com o estabelecimento da paridade de gênero na política: a Bolívia é o terceiro país do mundo (atrás de Ruanda e Cuba) com maior representação de mulheres nas casas legislativas, tendo conseguido paridade de gênero nas duas Câmaras da *Asamblea Legislativa Plurinacional*: Câmara dos Deputados (53,1% são mulheres) e Câmara dos Senadores (47% são mulheres). Além disso, a Bolívia está entre os 55 países que possuem presidentas em seu Parlamento - ficando em 123º lugar na lista de presença de mulheres no Gabinete Ministerial (ATENEA, 2019).

Houve, ao longo da constituinte, a promoção de um processo democratizador e a constante reflexão sobre o político, já que ocorreram intensos diálogos sobre como o Estado deveria lidar e tratar com a complexidade social e cultural da sociedade boliviana. Pela primeira vez em muitos anos, parecia haver um projeto político que ecoava tanto na sociedade política quanto na sociedade civil (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

De acordo com Mignolo (2007), a constituinte boliviana proporcionou a "reinscrição dos legados do pensamento decolonial na organização social e econômica da Bolívia, enquanto o Estado liberal privilegia a continuação do modelo europeu de Estado" (p. 34-35). Portanto, foi um exercício democrático que pareceu evocar não somente a forma participativa da democracia, mas também a própria luta decolonial. A crítica ao Estado-nação se deu por meio das noções de interculturalidade e plurinacionalidade.

Quando aprovado o texto constitucional, a Constituição não havia sido reconhecida pelos departamentos da Meia Lua. Uma das principais insatisfações dos prefeitos da região era relacionada ao programa *Renta Dignidad*, que destinava o pagamento de pensão aos idosos maiores de 65 anos "por meio de 30% dos recursos do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos

(IDH) [...] A retenção do IDH pelo governo central provocou o repúdio dos *prefectos* da *medialuna*” (VIANA, 2016, p. 30-31).

No período de negociações sobre a promulgação da constituição, Morales “cedeu em vários aspectos, aceitando alterar cerca de 100 itens da proposta de Constituição” (VIANA, 2016, p. 35). As negociações referiam-se a diversos aspectos, dentre eles a "ampliação dos papéis constitucionais dos governos departamentais no regime de autonomia, até o fato de alguns representantes na Constituinte não arredarem pé da posição de que Sucre teria que ser a capital” (Idem).

Após intensas negociações, em 7 de fevereiro de 2009 a nova Constituição Política de Estado (nCPE²¹) foi promulgada. Já em seu preâmbulo, o documento declara rechaço ao “Estado colonial, republicano e neoliberal” (BOLIVIA, 2009, preâmbulo) e especifica no que se consistiu a refundação do Estado, que passou a ser “Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias” (Idem, Art. 1).

A nova constituição, redigida em um "momento de transformação do campo político boliviano" (PANNAIN, 2014, p. 19), estabelece que o Estado boliviano é unitário baseado em lei plurinacional comunal, "descentralizado e com regiões autônomas (o que, de maneira muito ampla, inclui departamentos, municipalidades, regiões, grupos étnicos e comunidades autogovernadas)” (KLEIN, 2016, p. 374).

A nCPE apresenta diversos artigos que tratam da proteção do meio ambiente a partir de perspectivas indígenas (*Vivir Bien*), garantia da biodiversidade e outros aspectos relacionados às demandas de representantes indígenas e camponeses:

Os direitos comunais à terra das comunidades tradicionais indígenas deverão ser garantidos pelo Estado (artigo 30), mas também sua cosmologia tradicional, medicina, rituais, símbolos e vestimenta deverão ser respeitados e mesmo promovidos (artigo 30, IX), e se lhes deve permitir o exercício de seus próprios sistemas políticos, jurídicos e econômicos, conforme definidos pela sua própria cosmologia (artigos 30, 190-192) (KLEIN, 2016, p. 375).

Essa constituição, segundo Klein, foi “claramente [...] uma 'Constituição social' conforme definida bem antes pela Constituição mexicana de 1917 e pela própria Constituição boliviana de 1938" (KLEIN, 2016, p. 376). O direito à propriedade privada agora deveria obedecer ao princípio da necessidade social, não podendo interferir no interesse coletivo da sociedade boliviana (Idem).

²¹ Adoto a sigla "nCPE" e não "CPE", como o fez Cunha Filho (2016). Constituições anteriores à de 2009 também se chamavam "*Constitución Política del Estado*".

O estabelecimento de um Estado Plurinacional, trouxe uma novidade radical em termos políticos e jurídicos:

Enquanto as formas de organização territorial modernas (os estados unitário, regional, autônomo e federal), o direito comunitário (a União Europeia) e mesmo o direito internacional são na sua essência modernos e, logo, uniformizadores, hegemônicos e europeus, a novidade do Estado plurinacional é a existência de um sistema plurijurídico marcado pela diversidade de direitos de família e de propriedade e da autonomia para resolver as controvérsias sobre esses temas em seus espaços territoriais pela sua própria justiça. Essa diversidade de sistemas jurídicos, de formas de organização econômica resulta de uma nova perspectiva democrática (a democracia consensual e uma justiça consensual [...]) e reforça a possibilidade de construção de espaços de convivências e diálogos de diversas formas de ver, sentir, compreender o mundo, de diversas epistemologias. Isto é riquíssimo para se repensar um direito mundial para além da modernidade europeia hegemônica e uniformizadora que influencia na construção do direito moderno e logo do direito internacional (MAGALHÃES, 2016, p. 195).

Agora sob status Plurinacional, o Estado boliviano se aproximava mais da realidade social boliviana. As concepções homogeneizadoras de Estado-nação e democracia liberal que buscam unificar diferentes setores da sociedade civil foram substituídas no texto constitucional por outras formas de organização do Estado e estruturação da democracia.

A nCPE eliminou o mecanismo típico da democracia pactuada que incumbia o Congresso de decidir a presidência em casos nos quais os candidatos não recebessem a maioria dos votos, e estabeleceu o segundo turno em eleição popular (EXENI RODRÍGUEZ, 2017). Estabeleceu também o voto obrigatório de todos os adultos acima dos 18 anos, o direito de bolivianos que vivem no exterior de votarem nas eleições presidenciais e permitiu "às comunidades indígenas usar suas normas tradicionais para eleger líderes, sendo que o Estado apenas intervém no voto que não seja "igualitário, universal, direto, secreto, livre e obrigatório" (KLEIN, 2016, p. 376).

A nCPE é um dos maiores marcos jurídicos e políticos na história da Bolívia e é compreendida como uma das maiores expressões do chamado Novo Constitucionalismo Latino-Americano (BARBOSA; TEIXEIRA, 2017), conjuntamente com a constituição equatoriana, promulgada em 2008. As propriedades da nCPE, como os direitos da natureza, reconhecimento das nacionalidades etc., são inovações no campo constitucional (e institucional) que simbolizam o resgate de perspectivas que sempre existiram, mas que foram invisibilizadas pelas concepções hegemônicas que conformam, no meio material e no meio epistemológico, a colonialidade do poder.

3.2 Democracia intercultural: palavras mágicas?

Na constituição de 2009, o Estado Plurinacional da Bolívia adotou uma nova arquitetura democrática estruturada por três formas de exercício da democracia: direta e participativa, representativa e comunitária (BOLÍVIA, 2009). Essa complementaridade dá forma à “Democracia Intercultural”, reconhecida posteriormente na legislação através da *Ley 026 del Regimen Electoral*, que regulamenta o regime eleitoral para o livre funcionamento dessa nova arquitetura democrática. O exercício das três formas de democracia se dá, de acordo com a lei, da seguinte maneira:

i) a democracia direta e participativa é exercida por meio da participação da sociedade "na formulação e decisão de políticas públicas, a iniciativa popular, o controle social sobre a gestão pública e a deliberação democrática, segundo mecanismos de consulta popular" (BOLÍVIA, 2020, art. 8, tradução minha).

ii) a democracia representativa é exercida por meio "da eleição de autoridades e representantes, nos diferentes níveis do Estado Plurinacional, segundo o princípio do sufrágio universal" (Idem, art. 9).

iii) a democracia comunitária é exercida no âmbito do autogoverno, com "a deliberação, a representação qualitativa e o exercício de direitos coletivos, segundo normas e procedimentos próprios das nações e povos indígenas originários camponeses" (Idem, art. 11).

Dentre as três formas de democracia, é a comunitária que apresenta uma maior inovação, e que diferencia a arquitetura democrática boliviana das demais, perpassando o marco liberal. É a noção de democracia comunitária que enseja no Estado boliviano a ideia de radicalização da democracia, pois reconhece as diferentes formas de organização sócio-políticas e tomadas de decisão como legítimas.

A democracia intercultural é, portanto, a combinação entre as três formas democráticas e, segundo Exeni Rodríguez (2018, p. 484), ordena-se pela “complementaridade (não só coexistência) e pelo exercício (não só reconhecimento)” com igual hierarquia das três. Ao adotar a democracia intercultural, o Estado boliviano pareceu compreender a importância da dimensão agonística das sociedades, isto é, a noção de que ideias diferentes e múltiplas podem - e devem - ocupar um mesmo espaço.

Neste sentido, o estabelecimento de um Estado Plurinacional e de uma democracia intercultural é o reconhecimento jurídico da pluralidade, heterogeneidade e multiplicidade da sociedade boliviana. É o entendimento de que a heterogeneidade estrutural não é um problema ou um obstáculo a ser superado, mas uma característica permanente do processo de construção democrática.

É importante aclarar que, muito embora houvesse uma perspectiva de multiculturalismo por parte do governo boliviano desde a reforma constitucional de 1994, que reconhecia os diferentes símbolos culturais e modos de vida dentro do país, essa noção liberal de multiculturalismo baseava-se em uma lógica na qual, em última instância, todos os cidadãos se igualam, ou seja, "podem ser diferentes desde que em última instância aceitem ser iguais e se submetam a um mesmo sistema político-econômico" (CUNHA FILHO, 2016, p. 218).

Portanto, a democracia intercultural boliviana foi inovadora no sentido de desconstruir no texto constitucional essa hierarquia. O Estado poderia intervir somente em casos nos quais as organizações interferissem negativamente no bem comum. O termo "intercultural", no entanto, parece ser novo e pouco abordado nos estudos sobre democracia. Segundo Rodríguez (2018), o acréscimo do termo "intercultural" à democracia:

Implica assumir uma diferenciação e projetar uma procura. A diferenciação é que a interculturalidade das democracias em exercício, por um lado, interpela o caráter tradicionalmente monocultural da democracia liberal-representativa e, por outro, distancia-se do olhar multicultural limitado unicamente ao reconhecimento (ou "tolerância") da diferença. [...] A democracia intercultural expressa, pois, um complexo tecido de democracias num horizonte de complementaridade, seja em igualdade, seja em diferença (RODRÍGUEZ, 2018, p. 484).

As diferentes nações (por isso a plurinacionalidade é o cerne da refundação estatal) e os "povos indígenas originários camponeses" foram reconhecidos no texto constitucional e nas leis posteriores, e suas formas de viver, ser e poder, institucionalizadas. Aqueles grupos que antes ocupavam as ruas do país, agora se viam presentes nas casas de governo, na jurisdição e, evidentemente, no político e na política bolivianos.

O processo democratizador desenvolvido no seio do governo Morales consistiu também na criação de mecanismos de rendição de contas, ou *accountability*, com a instalação de mecanismos de participação e consulta destinados às organizações indígenas, sociais e populares, e os 47 referendos (de alcance departamental, municipal, regional e de autonomias indígenas, originárias e camponesas) realizados entre os anos 2006 e 2016 (MARINELARENA, 2020).

A refundação do Estado e a institucionalização de um modo de se fazer democracia que nasceu nas comunidades originárias representa uma radicalização democrática (SANTOS; MENDES, 2018), porque coexistem nas instituições estatais (ocidentais, eurocênicas) visões, saberes, formas de organização indígenas, que remontam a lutas coletivas levantadas séculos anteriores.

Contudo, segundo Rivera Cusicanqui (2018, p. 113), "o ato de nomear não acompanha o ato de habitar isso que se nomeia". As palavras, a depender de quem as usa, podem ser

utilizadas no afã de encobrir algo, ou até mesmo arrefecer os ânimos de uma população altamente mobilizada. Para que uma palavra tenha efeito, deve se traduzir em prática. É a prática que ensina muito mais do que palavras escritas em uma “pele de papel²²” (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Embora a institucionalização da democracia intercultural tenha sido uma das grandes conquistas dos povos indígenas que agora marcavam seu lugar perante e dentro do governo, é importante compreender até que ponto essas outras perspectivas foram, de fato, adotadas no corpo estatal. A adoção dos termos "plurinacional" e "intercultural" sinalizam uma mudança radical que se assentou sob um projeto político democrático-participativo que nasceu entre os movimentos sociais e foi institucionalizado pelo Estado boliviano. Esse Estado, estruturado a partir da ideia eurocêntrica (e colonial) de controle sobre os habitantes, agora buscava descolonizar suas instâncias.

Ao mesmo tempo em que o governo buscava atender as demandas dos povos indígenas e camponeses, continuava tendo de se articular também com setores que apresentavam interesses bastante diferentes (quando não opostos). “Intercultural”, nesse sentido, é uma palavra que traz consigo um sentido de justiça social, diálogo amplo e representação de indivíduos (outrora) subalternizados em pé de igualdade com indivíduos (outrora) hegemônicos. O conflito é inerente ao diálogo intercultural e, portanto, à democracia intercultural boliviana.

Segundo Mariñelarena (2020), as transformações geradas pelo governo Morales foram e continuam sendo de impacto profundo graças à expansão da fronteira da totalidade política desenvolvida na constituinte. Não obstante, o projeto político perpetrado por Morales e pelo MAS-IPSP enfrentou grandes resistências. As tensões sempre se fizeram presentes. Como se verá adiante, Morales entrou em conflito primeiramente com a elite política e os governadores das regiões da chamada Meia Lua (departamentos Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija), e posteriormente com parte da base eleitoral que deu respaldo aos anos iniciais de seu governo.

²² Segundo o xamã yanomami Davi Kopenawa (2015, p. 455-456), "O que os brancos chamam de papel, para nós é *papeo siki*, pele de papel, ou *utupa siki*, pele de imagens, pois é tudo feito da pele das árvores. Ocorre o mesmo com o que chamam de dinheiro. Também não passa de peles de árvores que eles escondem sob uma palavra de mentira só para enganar uns aos outros!". Essa reflexão, a partir de uma perspectiva indígena advinda da fronteira entre Brasil e Venezuela, se intersecciona com a crítica tecida por Cusicanqui, que adota uma perspectiva indígena desde a América Andina: a institucionalização de termos considerados progressistas (intercultural, plurinacional, multicultural) muitas vezes arrefecem ânimos, mas não possuem efeitos diretos na realidade das sociedades.

3.3 Tensões e disrupções: TIPNIS, Plebiscito e golpe

No começo do século XXI, os países latino-americanos foram favorecidos pela alta dos preços das commodities no mercado internacional e por conta disso vivenciaram um período de crescimento econômico. O amplo movimento de mobilizações sociais marcadas pelo questionamento de políticas neoliberais foi concomitante ao *boom* das *commodities* não apenas na Bolívia, mas em parte significativa dos países sul-americanos.

Na Bolívia, as nacionalizações das jazidas de gás natural, juntamente com o aumento dos royalties exigidos nas vendas de petróleo e gás, geraram um aumento substancial nas receitas do governo²³. As projeções do Fundo Monetário Internacional para o crescimento do PIB boliviano em 2014 e 2015 eram bastante destacadas tanto em âmbito regional como em âmbito internacional, acima da média da América do Sul e da América do Norte:

Tabela 2 - Projeção de crescimento do PIB (2014)

	Real GDP		
	2013	Projections	
		2014	2015
North America	2.1	2.2	3.1
United States	2.2	2.2	3.1
Canada	2.0	2.3	2.4
Mexico	1.1	2.4	3.5
South America⁴	3.2	0.7	1.6
Brazil	2.5	0.3	1.4
Argentina ^{5,6}	2.9	-1.7	-1.5
Colombia	4.7	4.8	4.5
Venezuela	1.3	-3.0	-1.0
Chile	4.2	2.0	3.3
Peru	5.8	3.6	5.1
Ecuador	4.5	4.0	4.0
Uruguay	4.4	2.8	2.8
Bolivia	6.8	5.2	5.0
Paraguay	13.6	4.0	4.5
Central America⁷	4.2	3.8	3.9
Caribbean⁸	3.2	3.8	3.3
<i>Memorandum</i>			
Latin America and the Caribbean ⁹	2.7	1.3	2.2
Excluding Argentina	2.7	1.7	2.6
Eastern Caribbean Currency Union ¹⁰	0.6	0.9	1.7

Fonte: Fundo Monetário Internacional - World Economic Outlook 2014.

Sob um contexto mundial no qual a demanda de matérias primas se encontrava em expressivo crescimento por conta de inovações tecnológicas e demandas de países emergentes,

²³ A título de comparação, enquanto no Brasil o setor mineral representou cerca de 21,1% dos principais produtos de exportação em 2019, na Bolívia esse setor foi responsável por 71,8% das exportações em 2018, tendo sido produto predominante o gás natural (CEPALSTAT, 2022)

a Bolívia, inserida no ciclo progressista latino-americano (SVAMPA, 2019), lançou uma agenda social-desenvolvimentista baseada na nacionalização dos hidrocarbonetos, extração, utilização estratégica de recursos naturais e conversão do capital arrecadado em programas sociais.

O saldo do governo foi bastante positivo: entre 2006 e 2017, o Produto Interno Bruto boliviano aumentou 78%, acompanhado pela queda da pobreza moderada em 27% e pelo avanço da distribuição de renda, por meio da valorização do salário mínimo e dos programas de alívio imediato da pobreza. O coeficiente de Gini do país foi reduzido expressivamente, caindo de 0,585 em 2005 para 0,453 em 2016 (WORLD BANK, 2021).

Não obstante, segundo Svampa (2019), a Bolívia foi um dos casos mais paradoxais do ciclo progressista latino-americano. O país adotou o que a autora chama de “consenso das commodities”²⁴, empreendendo uma economia predatória e limitando, assim, o processo de radicalização da democracia iniciado na constituinte.

Nota-se, portanto, duas fases distintas do governo Morales. Enquanto entre 2006 e 2009 o governo priorizou a busca pela descolonização e renovação do aparato jurídico e político, a partir de 2010 esses esforços foram reduzidos “não só pela tendência de implantar uma hegemonia às vezes não muito plural, mas, sobretudo, pela exacerbação de uma prática extrativista, que vem acompanhada de um falso discurso industrial” (SVAMPA, 2019, p. 16).

Análises mais críticas, como a realizada por Postero (2017), afirmam que, embora o governo Morales tenha lançado políticas que beneficiaram em grande medida os povos indígenas, a refundação estatal que consta na nCPE não mudou as estruturas bolivianas já que o Estado continua a ser liberal, não apenas dando continuidade, mas estreitando sua relação com o capitalismo de mercado:

A nova constituição inclui os direitos indígenas de autonomia local sob um governo liberal no qual o Estado central mantém o poder de decisão mais importantes, especialmente no que diz respeito à extração de recursos naturais. Além disso, o governo do MAS deixou claro que sacrificará algumas comunidades indígenas para seu projeto de desenvolvimento nacional (POSTERO, 2017, p. 4-5, tradução nossa).

Os recursos obtidos a partir da extração dos recursos naturais foi convertido em investimento em programas sociais. Essa conversão foi estabelecida pelo próprio programa de

²⁴ Segundo a autora, nos anos 2000, a América Latina, passou do Consenso de Washington para o Consenso das *Commodities*, marcado pela exportação em larga escala de bens primários, foco no crescimento econômico e na expansão do consumo. Sem distinção ideológica ou política, “todos os governos latino-americanos [...] possibilitaram o retorno com força de uma visão produtivista do desenvolvimento que, junto com a ilusão desenvolvimentista, levou à negação e à supressão das discussões de fundo sobre os impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoeextrativismo, assim como à desvalorização das mobilizações e dos projetos socioambientais emergentes” (SVAMPA, 2019, p. 36).

governo (BOLÍVIA, 2011), segundo o qual o Estado assumia um papel redistribuidor, seguindo um padrão de desenvolvimento industrializador com desenvolvimento produtivo. O lançamento dos programas sociais ampliou a democratização no país, mas esteve aliado - e condicionado - à atividade extrativa, e conseqüentemente dependente do mercado.

Foram dois os principais programas sociais lançados no período: o *Bono Juancito Pinto* (BJP), de 2006, destinado ao incentivo à matrícula e permanência de crianças no nível primário escolar público (CEPAL, 2021), e o *Bono Juana Azurduy* (BJA), de 2009, destinado ao acesso à saúde por mulheres grávidas e lactantes (CEPAL, 2021). O BJP é condicionado a uma presença superior a 80% do ano letivo, e o BJA é condicionado à realização de exames pré-natal, acompanhamento de saúde e vacinação (CASTRO; GUERRA; FILHO, 2020).

O BJA e o BJP vêm beneficiando em média 20% da população ao longo dos últimos anos (ANDRADE; MENDES; RIBEIRO, 2022). As políticas públicas priorizadas pelo governo, que buscava a diminuição da pobreza e das desigualdades, de fato promoveram uma maior democratização e redistribuição. Os *bonos*, juntamente com o programa *Renta Dignidad* e os subsídios pré-natal e de lactação beneficiaram, até o ano de 2015, 45% da população boliviana (MARIÑELARENA, 2020). A partir dessas políticas e com a valorização do salário mínimo que aumentou em 64% entre 2005 e 2013, a Bolívia foi o país que reduziu a desigualdade de maneira mais rápida na América Latina (BÁRCENAS, 2014).

Todavia, a vinculação persistente entre as práticas neoextrativistas e o investimento em programas sociais gerou desafios significativos ao projeto político do MAS-IPSP. O legado histórico de danos gerados pelo extrativismo da Bolívia constantemente cria intensos custos ambientais, afetando diretamente os povos indígenas no nível local (POSTERO, 2017). Um projeto político de reconhecimento das demandas indígenas (que muitas vezes partem de outras formas de relação com a terra) sustentado por atividades extrativistas em um mundo cada vez mais capitalista torna-se, a longo prazo, contraditório.

A partir do segundo governo Morales, os objetivos desenvolvimentistas tornaram-se prioridade, deixando outras pautas em segundo plano. O MAS-IPSP perdeu importantes alianças políticas e intelectuais, e teve de lidar com "conflitos mais ou menos graves com comunidades específicas em torno de políticas governamentais" (CUNHA FILHO, 2016, p. 298).

Dentre esses conflitos, destaca-se o caso inconcluso do *Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore* (TIPNIS), "primeiro Território Comunitário de Origem demarcado no país após a histórica marcha dos indígenas do Oriente boliviano a La Paz em 1990" (CUNHA FILHO, 2011, p. 4). O conflito, intensificado em 2012, ocorreu em torno da construção de uma

estrada que ligaria os municípios Villa Tunari (Cochabamba) e San Ignacio de Moxos (Beni), atravessando o TIPNIS.

O TIPNIS é um território rico em biodiversidade que se encontra em meio a uma zona de fronteira agrícola, com constantes conflitos entre colonos e indígenas. Segundo Cunha Filho (2011), desde 2010 os indígenas locais reivindicavam suas demandas (combate à invasões ilegais e consultas prévias à população) ao governo através da Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), mas não obtiveram resultados concretos.

A CIDOB organizou uma marcha até La Paz, "como a que conseguira a demarcação do território vinte e um anos antes, partindo de Trinidad, Beni, em 15 de agosto" (Idem, p. 4). O governo, ao invés de dialogar com a confederação, optou por exaltar os pontos positivos da estrada, e associar os manifestantes aos interesses da oligarquia, criando a narrativa de que esses manifestantes não representavam os interesses do povo boliviano.

No momento em que o governo optou por enviar ministros à marcha para possíveis negociações, os manifestantes já estavam radicalizados: "seus objetivos evoluíram da exigência da realização da consulta prévia ao rechaço completo de qualquer possibilidade de construir a estrada através do parque" (Idem, p. 5). Concomitantemente, outras organizações camponesas e sindicais se posicionavam a favor da construção da estrada.

O conflito em torno do TIPNIS gerou, portanto, dois tipos de divisão: em primeiro lugar, enfrentamentos entre governo e povos indígenas que habitam na região, diminuindo o apoio a Morales e seu partido:

Após esse evento, muitas organizações indígenas passaram a disputar o poder político através de outros partidos políticos, rompendo com o MAS. [...] A contrarrevolução permanente encontrou terreno fértil nas tensões internas do MAS, iniciando um processo de polarização, semelhante a outros exemplos da região sul-americana (CASTRO; GUERRA; FILHO, 2020, p. 128).

Em segundo lugar, o conflito gerou divisões internas entre os próprios povos indígenas que, a depender de suas atividades econômicas, posicionavam-se contra ou a favor da construção da estrada. Um dos resultados do conflito foi a ruptura do Pacto de Unidade entre camponeses, que se dividiram entre apoio e oposição do governo. Este, ao se deparar com essa divisão, buscou "restringir os alcances do Estado Plurinacional subordinando as possibilidades de autodeterminação territorial das comunidades aos planos de desenvolvimento projetados" (CUNHA FILHO, 2016, p. 299).

Um outro ponto de inflexão do processo democratizador iniciado pelo governo Morales foi o Plebiscito de 2016. Este talvez tenha sido o evento que deflagrou a mais intensa crise política na Bolívia desde o começo dos anos 2000. Em 21 de fevereiro de 2016, o *Órgano*

Electoral Plurinacional (OEP) realizou um referendo com o propósito de consultar a população sobre uma possível mudança no artigo 168 da nCPE.

Neste artigo, consta que "o período de mandato da Presidenta ou Presidente e da Vice-presidenta ou do Vice-presidente é de cinco anos, e podem ser reeleitas ou reeleitos por uma só vez, de maneira contínua" (BOLÍVIA, 2009, tradução nossa). A proposta apresentada no referendo (mecanismo constitucional de democracia direta e participativa) era mudar a quantidade de reeleições permitidas para duas vezes, de maneira contínua.

Evo Morales já estava em seu terceiro governo, mas por conta da refundação do Estado boliviano em 2009 e a *Ley de Reforma Parcial* da nCPE, considera-se que a primeira reeleição de Morales foi referente ao período 2015-2020, e a segunda reeleição, portanto, seria referente ao período 2020-2025 (CÁRDENAS GRACIA, 2016).

Os resultados foram negativos para Morales e seu partido: 48,70% dos bolivianos votaram a favor da reforma constitucional, ou seja, a favor de mais uma candidatura de Morales nas eleições de 2019, e 51,30% dos bolivianos votaram contra a proposta. Foram 95,22% de votos válidos e 4,78% de votos brancos e nulos (CÁRDENAS GRACIA, 2016)²⁵. A população rechaçou a continuidade do governo Morales para além do previsto.

O MAS-IPSP, contudo, forçou a candidatura de Morales, este por sua vez afirmando que o processo, caso autorizado, garantiria a continuidade democrática no país (AGÊNCIA BRASIL, 2017). O Tribunal Eleitoral autorizou a candidatura e a oposição, além de condenar veementemente a manobra, buscou formar algum tipo de unidade que fizesse frente a Morales lançando diversos candidatos, inclusive o ex-Presidente Carlos Mesa, que nas pesquisas de intenção de voto aparecia em segundo lugar.

De fato, o governo liderado por Morales foi democratizador e inclusivo, sobretudo entre 2006 e 2010. Contudo, ao tentar se reeleger pela segunda vez (após a refundação do Estado em 2009), pôs em xeque o princípio de democracia participativa que sempre defendeu, sobretudo ao desafiar a opinião pública lançando-se candidato. Limitou, assim, a continuidade de renovação de projetos políticos, basilar para um processo de aprofundamento democrático (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

No que concerne ao saldo do governo de Evo Morales e das contribuições e limitações ao projeto político democrático-participativo que emergiu entre 2006 e 2009, as divisões no

²⁵ O voto na Bolívia é obrigatório, sob pena de sanções em casos de não comparecimento nas votações (salvo casos como doenças, gravidez, caso fortuito, ser maior de setenta anos, entre outros). Isso, de acordo com Cárdenas Gracia (2016, p. 89, tradução minha), "reduz a possibilidade de que os resultados das eleições, nesse caso do referendo, se considerem inválidos".

seio do MAS-IPSP e nos movimentos sociais que antes apoiavam o governo demonstram que, um projeto político baseado nas demandas indígenas e camponesas, e ao mesmo tempo subserviente ao capital possui contradições significativas.

Segundo Postero e Kennemore (2022, p. 879-880), Morales investiu em um projeto plurinacional no começo dos anos 2000, “mas no momento das eleições de 2019 havia abandonado suas promessas para concentrar o poder no Estado central e promover a expansão de um modelo de desenvolvimento extrativista”. Assim, a democratização tomou formas distintas entre o primeiro governo de Morales e os seguintes.

Um outro aspecto importante que minou a radicalização democrática na Bolívia foi o debilitamento das instituições democráticas. A política de partidos empreendida pelo governo Morales - até mesmo no período da constituinte de 2009, já que, para a promulgação da constituição, diferentes interesses tiveram de ser conciliados - tornou-se algo diferente do que era em 2006 (POSTERO; KENNEMORE, 2022).

Os altos ganhos financeiros obtidos com o modelo econômico do MAS-IPSP não conseguiram manter na mesma intensidade uma melhoria da qualidade democrática boliviana; na verdade, a democracia foi tensionada através de um processo de politização e partidarização das instituições políticas, sobretudo as de controle (AVRITZER, 2019)²⁶.

Por outro lado, a experiência econômica vivenciada na Bolívia coloca em xeque algumas das postulações do projeto neoliberal, como a de que o aumento do salário mínimo provoca uma queda na geração de empregos. A Bolívia, um dos países a mais aumentarem o salário mínimo nos anos 2000, também se manteve com altas taxas de emprego (OGLIETTI et. al., 2022). Outras postulações, como a de que países com políticas sociais amplas têm problemas com inflação e a de que o investimento público afasta o investimento privado também foram enfraquecidas pela experiência democrático-participativa boliviana.

Castro, Guerra e Filho (2020, p. 127) afirmam que “nos quase 14 anos do processo de mudança iniciado em 2006, evidenciaram-se os desafios de se estabelecer um Estado Plurinacional sobre um Estado Colonial estrutural”. As tensões entre governo, oposição e parte da sociedade civil chegaram ao ápice em 2019, quando foram divulgados os resultados das eleições presidenciais. Setores da sociedade política e da sociedade civil, Forças Armadas,

²⁶ Segundo o Latinobarómetro (2021, p. 98), 55% dos latino-americanos entrevistados na última rodada do projeto disseram que “podem ter consequências negativas ao expressar suas opiniões sobre os problemas do país”. Dentre essas pessoas, 70% são da Bolívia, o que demonstra que, embora o governo Morales tenha investido em um processo de democratização social, política e econômica, no âmbito das relações entre governo e oposição civil, essa democratização teve seus limites.

polícia e antigos correligionários passaram a exercer pressão pela renúncia de Morales ao cargo de presidente.

Após confirmada a vitória de Morales nas eleições gerais de 20 de outubro de 2019 com 55,18% dos votos válidos, o principal candidato da oposição e segundo colocado Carlos Mesa e alguns de seus apoiadores começaram a cogitar uma suposta fraude no processo eleitoral, passando a deslegitimar o resultado. A hipótese foi reiterada por Luis Almagro, secretário geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que alegou possíveis irregularidades eleitorais antes mesmo de finalizada a revisão total do processo (AHUMADA, 2021).

As Forças Armadas e a polícia passaram a se aliar com as vozes da oposição e adotar posições arbitrárias contra Morales e o MAS-IPSP. Horas depois de o comandante das Forças Armadas da Bolívia, general Williams Kaliman, recomendar que o presidente eleito renunciasse ao cargo, Morales o fez. Em comunicado transmitido pela televisão, o líder afirmou que renunciava “para que Mesa e Camacho não [continuassem] perseguindo [seus] irmãos, dirigentes sindicais”. Após a renúncia, o ex-presidente asilou-se no México entre novembro e dezembro de 2019 e na Argentina, entre dezembro de 2019 e novembro de 2020.

Jeanine Áñez, então vice-Presidente do Senado, assumiu a presidência do governo de transição, alegando que a bíblia estaria de volta ao Palácio. O governo de Áñez se valeu de símbolos que mobilizam a população boliviana como a fé religiosa (católica) e a ideia de família sob uma perspectiva conservadora (homem, mulher e filhos).

Segundo Lajtman et. al (2022), o golpe na Bolívia representa uma volta aos golpes tradicionais das décadas de 1960 e 1970, reativando estratégias mais violentas e abruptas. Isso se dá pela necessidade da ultradireita de "recorrer a vias cada vez mais violentas para a restauração do projeto neoliberal, cujo fracasso econômico e político é evidente" (LAJTMAN et. al., 2022, p. 15-16).

O governo Áñez, embora breve, se caracterizou pela tentativa de “desarticular tudo o que havia sido construído nos últimos 13 anos e retomar um processo acelerado de concentração de riqueza, postergando os direitos democráticos e sociais conquistados” (Idem, p. 16). Em nome da “liberdade” da democracia, o governo interino apoiou fortemente a violência estatal, sobretudo em ocasião dos massacres em Senkata e Huayllani que deixaram dezenas de mortos. O Decreto Supremo Nº 4.078 firmado por Áñez em novembro de 2019, eximindo de responsabilidade penal os oficiais das Forças Armadas quando participantes “nos operativos para o restabelecimento da ordem e estabilidade pública” (BOLÍVIA, 2019), reiterou esse apoio.

Sob o contexto de crise pandêmica, o governo Áñez foi marcado também pela má gestão da crise sanitária ocasionada pelo coronavírus e por escândalos de corrupção envolvendo compra de respiradores que culminou na destituição de Marcelo Navajas, segundo ministro da Saúde do governo. Não obstante, Áñez e seus governistas enfrentaram obstáculos, já que o Parlamento ainda se encontrava com uma maioria de dois terços, nas duas câmaras, para o MAS-IPSP (MAYORGA, 2020).

O discurso propagado pelo governo Áñez a favor da democracia demonstra o exercício de desdemocratização (BROWN, 2019), porque esvaziou a democracia de seu próprio sentido, utilizando-a como motivação para um golpe de Estado. Áñez e seus dirigentes atropelaram a institucionalidade democrática (AHUMADA, 2021) ao reprimir e perseguir a população - sobretudo os indígenas - e expedir ordens de captura contra funcionários do governo de Morales e dirigentes do MAS, acusando-os de terrorismo.

Enquanto Morales permanecia asilado na Argentina, formou-se o panorama geral das eleições de 2020, já adiadas de maio para setembro por conta da pandemia do coronavírus. O bloco de oposição ao MAS-IPSP se dividiu em quatro candidaturas: Carlos Mesa (*Comunidad Ciudadana*), Luis Fernando Camacho (*Creemos*), Jorge Quiroga (*Libre 21*) e a então presidente Jeanine Áñez (*Juntos*) - estes dois últimos desistindo da candidatura posteriormente. Os ex-ministros Luis Arce e David Choquehuanca integravam a candidatura do MAS-IPSP.

Além do apoio no Parlamento ao longo do governo interino, o MAS-IPSP contou também com o reagrupamento de organizações camponesas e indígenas em um Pacto de Unidade (HUARACHI, 2020), união decisiva na origem do partido. Com isso, a base eleitoral do MAS-IPSP encontrava-se unida nas eleições de 2020, algo que não havia ocorrido durante os últimos anos. Segundo Zavaleta Mercado (1986), momentos de crise política na Bolívia tendem a unificar diferentes setores sociais em prol de um objetivo comum. Essa unificação foi um fator-chave no processo eleitoral, e posicionou a chapa Arce-Choquehuanca em primeiro lugar nas enquetes pré-eleições.

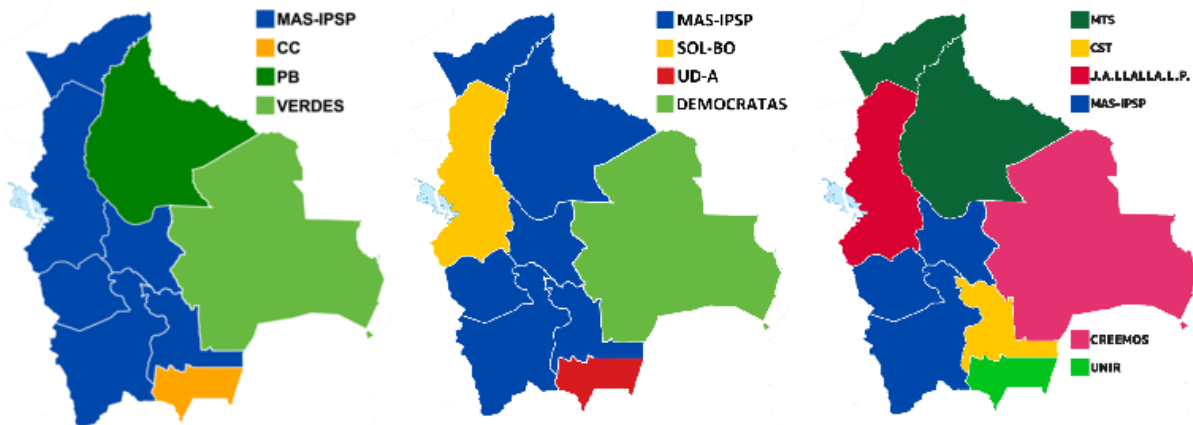
Nas eleições de outubro de 2020, Luis Arce, ex-ministro da Economia e Finanças Públicas do governo de Morales, ganhou as eleições bolivianas no primeiro turno com 55,09% dos votos. Ainda que o voto na Bolívia seja compulsório, o comparecimento às urnas foi histórico, totalizando 88,42% (LOPESINO, 2020) em meio à pandemia do coronavírus. Em um de seus primeiros discursos como presidente, Arce agradeceu o povo boliviano e a militância e disse que, juntos, haviam recuperado a democracia e a esperança (TELESUR, 2020).

O MAS-IPSP venceu as eleições presidenciais em seis dos nove departamentos do país: Pando, La Paz, Oruro, Potosí, Cochabamba e Chuquisaca. Com exceção de Pando, os

departamentos que constituem a região denominada Meia Lua (PANNAIN, 2018) não votaram majoritariamente por Arce: em Beni e Tarija, venceu Carlos Mesa (*Comunidad Ciudadana*) e em Santa Cruz, Luis Camacho (*Creemos*), tendo sido ambos os principais vocalizadores da oposição durante e após as eleições de 2019.

No âmbito interno, os desafios do MAS-IPSP se tornaram ainda mais visíveis com os resultados das eleições subnacionais de 2021, que elegem os governadores departamentais:

Figura 1 - Mapas eleitorais das eleições subnacionais em 2010, 2015 e 2021.



Fonte: Elaboração própria com dados do *Órgano Electoral Plurinacional* (OEP).

Os resultados das eleições departamentais demonstram que os movimentos sociais indígenas não se encontram mais tão unificados como no início dos anos 2000: o partido *Jallalla Bolivia (Somos Pueblo)* foi fundado após cisões internas do MAS-IPSP, o partido *Movimiento Tercer Sistema* (MTS) elegeu Regis Richter, outra dissidência interna do MAS-IPSP, e Damián Condori, líder indígena e camponês foi eleito pelo partido *Chuquisaca Somos Todos* (CST)²⁷.

A eleição de Fernando Camacho como governador de Santa Cruz nas eleições subnacionais de 2021 e as divisões partidárias sobreditas são alguns dos indicadores de que, ainda que o MAS-IPSP tenha voltado a ocupar a cadeira presidencial, a luta democrática na Bolívia se encontra em constante tensão e construção, pois parte significativa da sociedade boliviana se vê representada em outros tipos de projetos políticos. A "recuperação da democracia" é um exercício constante.

A experiência democrática vivenciada na Bolívia a partir do começo dos anos 2000 mudou a estrutura do país e, embora o governo Morales tenha lidado com crises políticas e enfrentamentos diretos com a oposição, a Bolívia continua sendo um Estado Plurinacional de

²⁷ Para mais informações sobre as eleições subnacionais de 2021 e as divisões partidárias dos movimentos sociais indígenas, ver: TAVARES, Elaine. Eleições subnacionais na Bolívia. IELA. Abril de 2021. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/noticia/eleicoes-subnacionais-na-bolivia>>.

democracia intercultural. A refundação do Estado boliviano em 2009 foi um dos maiores exemplos de materialização de lutas originárias no aparato estatal. Setores historicamente apartados da sociedade boliviana - indígenas, camponeses, cocaleiros, ou seja, aqueles que não compunham a elite branca - passaram a fazer parte dos processos de tomada de decisão, e passaram a influir sobre decisões que afetam a sociedade como um todo.

Esse projeto político democrático-participativo, representado por Morales mas não limitado a ele, possui suas raízes nas insurreições realizadas séculos antes, que clamavam por um novo tipo de Estado que reconhecesse as diferentes nações que coexistem dentro do território boliviano. A institucionalização do *abigarrado* abre caminho para que o conflito existente na sociedade seja administrado, e não temido ou negado. Essa nova institucionalidade gera, evidentemente, maior participação. Aprofundou-se a democracia na Bolívia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação política vivenciada na Bolívia incluiu setores historicamente excluídos na estrutura estatal. Esta pesquisa buscou compreender o processo democrático no país, e avaliar se esse processo foi além das concepções hegemônicas de democracia, representadas pelo ideário da democracia liberal. Já de antemão, é necessário aclarar que não há uma resposta simples para a questão que se coloca como fio-condutor desta pesquisa. O processo democrático boliviano foi ambíguo.

O passo inicial que proporcionou que a convulsão popular se materializasse e passasse a ocupar o governo a partir de 2005 foi o estabelecimento do sufrágio universal ainda na Revolução de 1952. A partir deste momento, indígenas e mestiços passaram a conformar a maioria do eleitorado, e não seria mais possível governar a Bolívia - e permanecer no poder - sem dar atenção a esses setores.

Os avanços realizados a partir de 1994, como o reconhecimento da pluriétnicidade e da pluriculturalidade da sociedade boliviana, assim como a institucionalização de mecanismos de democracia participativa, também abriram caminho para as mudanças institucionais profundas do século seguinte.

O processo político boliviano dos anos 2000 é um claro exemplo de um projeto político que nasceu em meio à sociedade civil - esta por sua vez resgatando antigas memórias de lutas originárias e concepções de mundo que não se curvaram ao eurocentrismo -, e que alcançou o poder do Estado. Suas reivindicações foram incorporadas nas normas e conseqüentemente no aparato estatal. Destarte, o impulso de uma nova esfera pública vibrante na Bolívia ampliou as fronteiras democráticas e, portanto, reorganizou o político.

A eleição de Evo Morales foi um dos grandes eventos da história política sul-americana recente. Não obstante, esse processo sofreu limitações e tensões, já que a Bolívia convive com um tensionamento democrático que remonta às suas origens. É interessante refletir, portanto, na possibilidade de se realizar revoluções dentro de um sistema-mundo que é, desde sua concepção, capitalista e colonial. Um governo que pactua com povos indígenas (que são heterogêneos) e vincula o investimento em programas sociais às atividades extrativas possui grandes desafios para conciliar interesses muitas vezes opostos.

Como explicitado ao longo da pesquisa, a renovação de projetos políticos democráticos-participativos é uma condição básica para a sobrevivência da democracia. O Plebiscito de 2016 representou um momento de alta tensão entre o governo Morales e a sociedade civil. Embora os resultados do plebiscito tenham sido bastante divididos, o MAS-IPSP, por meio de manobras

institucionais, não respeitou a vontade popular, colocando em xeque a democracia que vinha defendendo desde 2006.

A refundação do Estado boliviano condiz com o ideal de democracia radical, pois admite o conflito como parte constitutiva da sociedade boliviana. O *abigarrado* passou a ter caráter de lei. Nesse sentido, a Bolívia foi além das concepções hegemônicas de democracia pois se despreendeu da ideia de um Estado-nação único, e se abriu à visão de Estado que abriga diferentes nações legítimas, sendo, portanto, um Estado Plurinacional.

Não obstante, o desafio de concretizar essa radicalização democrática de modo que a vida dos cidadãos seja impactada diretamente ainda se faz presente. O governo boliviano, nos anos posteriores aos da constituinte, teve de lidar com a tarefa de aprofundar as três formas democráticas: representativa, participativa e comunitária. Resta saber se a arquitetura democrática vai além da agenda política do MAS-IPSP, constituindo-se em uma política de Estado.

Qualquer projeto político democrático-participativo, por afetar diretamente interesses dos grupos dominantes, sofre resistências e ameaças neoliberais e autoritárias. O golpe de 2019 é mais um dos infundáveis capítulos da construção democrática na América Latina, e não é um evento isolado na região. Esse golpe, apoiado pelas Forças Armadas e pela polícia, assim como pela própria OEA que descredibilizou o processo democrático boliviano, coloca em risco o futuro da democracia em toda a região latino-americana. A insurgência vivenciada em 2019 demonstra de que maneira essa ameaça pode se materializar e colocar em risco transformações políticas democráticas.

O governo de extrema direita de Jeanine Áñez, ainda que breve, buscou reverter o processo democrático realizado nos anos anteriores, restringindo a democracia e apoiando-se em uma plataforma de polarização e conservadorismo, tornando inelegíveis os líderes do MAS-IPSP. Contudo, a sociedade boliviana se uniu e marcou presença nas urnas, trazendo de volta o mesmo partido que deu abertura à inclusão dos indígenas na estrutura estatal.

Se o período de 1985-2002 foi dominado pelos três principais partidos da cena política (MNR, ADN e PRI), os anos 2000 trouxeram a permanência do MAS-IPSP na presidência do país, que sobreviveu até mesmo ao golpe. A vitória de Luis Arce, com uma margem de votos ainda maior que a de Evo Morales em sua primeira eleição, indica que a sociedade boliviana ainda está mobilizada - ainda que em intensidade diferente que a mobilização do começo dos anos 2000.

Luis Arce, ao vencer as eleições de 2020, agradeceu os bolivianos e disse que, juntos, haviam recuperado a democracia. Em seu governo, dirigentes do governo golpista, inclusos

Ñez e Camacho foram presos. Embora o projeto democrático-participativo do MAS-IPSP tenha derrotado as forças reacionárias no processo eleitoral, a recuperação da democracia é um exercício constante dentro de uma realidade de construção democrática que se dá pelo conflito entre projetos políticos distintos.

Até a chegada de Morales à presidência, a Bolívia foi marcada por governos representantes dos interesses de uma minoria branca, que buscavam explorar os recursos naturais bolivianos em prol de empresas transnacionais estrangeiras. Isso ocorria enquanto a maioria da população - indígena - se encontrava apartada da estrutura estatal e privada de seus direitos fundamentais.

Suas reivindicações e formas de produção de conhecimento, por estarem baseados em outros tipos de relação com a terra, com a espiritualidade, com a economia e com o meio ambiente, eram silenciadas. Esse *epistemicídio*, marca da colonização das Américas, continua sendo um dos grandes motores da colonialidade.

A partir disso, é latente a questão da vinculação entre a democracia e o neoextrativismo. Os governos do ciclo progressista latino-americano diminuíram a pobreza substancialmente, mas não as desigualdades. Na Bolívia, onde esse processo se deu de maneira acentuada e vinculado a uma plataforma mais radical quando comparada aos demais países, essa vinculação torna impraticável a sustentabilidade de um projeto político que inclua em uma mesma agenda os interesses de grupos indígenas e camponeses, e interesses do capital.

O fato de a Bolívia possuir a mais importante reserva de lítio do mundo em um momento de transição energética no qual países e empresas transnacionais possuem um amplo interesse por esse tipo de material, a coloca no eixo do neoextrativismo em larga escala. Luis Arce vem afirmando que a Bolívia será um país líder na exploração do lítio, mas que essa exploração se dará de maneira soberana, assim como no caso dos hidrocarbonetos.

Mesmo com tensões e disrupções, é inegável os efeitos do projeto político democrático-participativo que emergiu na Bolívia no começo dos anos 2000. Esse projeto, nascido em meio aos movimentos sociais que resgataram memórias das lutas originárias, ampliou as fronteiras do político, e nos ajuda a compreender como as práticas democráticas em países marcados por estruturas coloniais, podem se aliar à luta decolonial. A Bolívia ainda hoje encontra-se no horizonte de contestação da democracia hegemônica, e representa um dos grandes marcos na luta decolonial desde a América Latina.

Esta pesquisa, como todas as outras, necessita de continuidade. São bem vindos novos estudos que analisem o processo democrático boliviano, assim como a permanência do MAS-IPSP que se reergueu depois do golpe de Estado. A Bolívia, geralmente negligenciada pela

academia de Ciência Política e Relações Internacionais, mas um exemplo de valorização dos saberes originários, é um campo repleto de aprendizagens sobre um aprofundamento democrático *desde e sobre* a América Latina. São bem-vindos também trabalhos que analisem a contribuição das plurinacionalidades e das interculturalidades para os estudos sobre a democracia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Evo Morales afirma que sua quarta candidatura “garante continuidade democrática”. 29 de novembro de 2017. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/evo-morales-afirma-que-sua-nova-candidatura-garante-continuidade>. Acesso em 06 de setembro de 2022.

AGUIAR, Thais F. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. Orientador: Cesar Guimarães. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. 2013.

AHUMADA, Consuelo. **El golpe de Estado de Bolivia y la cambiante geopolítica regional**. In: LAJTMAN, Tamara. et. al. (Comps). *Bolivia y las implicaciones geopolíticas del golpe de Estado*. Buenos Aires: CLACSO, 1a ed, 2021. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20210504071534/Bolivia-y-las-implicancias-geopoliticas-del-Golpe.pdf>.

ALVAREZ, M.; TERRAZAS, D.; BAHENA, K. **De la Nueva Política Económica al Modelo Económico Social Comunitario Productivo, el caso de Bolivia: 1985-2019**.

Tiempo Económico / Universidad Autónoma Metropolitana, vol. XVI, n°. 48, mayo-agosto de 2021, pp. 61-80.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.).

Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. pp. 15-60. Disponível em:

<http://site.ufvjm.edu.br/mpich/files/2013/05/alvarez-et-all.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

ANDRADE, Leonardo; MENDES, Carolina; RIBEIRO, Alina. **Reflexões sobre Estado, neoextrativismo e programas sociais na Bolívia e no Brasil**. In: MENEZES, Roberto; ALMEIDA, Lessa. (Orgs.). *O Sul Global e o século XXI: novos e antigos arranjos Sul-Sul e Norte-Sul* (no prelo). Salvador: Editora da UFBA, 2022.

ANDRADE, Oswald. **Manifesto Antropófago. Povos Indígenas do Brasil**. 1928.

Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/manifesto_antropofago.pdf. Acesso em 4 de dezembro de 2022.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Considerações da SCM/ANP acerca do Decreto Supremo N°. 28.701 editado pela Bolívia em 01 de maio de 2006**. Maio de 2006. Disponível em:

<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/movimentacao-estocagem-e-comercializacao-de-gas-natural/estudos-e-notas-tecnicas/ss/nota-tecnica-12-2006.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

ARCE: Hemos recuperado la democracia y la esperanza. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dYtrU7Owpvk>>. Reprodução de Telesur. 5min28. 19 de outubro de 2020. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

ATENEA. **Mujeres bolivianas en ruta: De la paridad a la democracia paritaria - Bolívia Diagnóstico Nacional**. PNUD - ONU Mujeres - IDEA Internacional. 2019. Disponível em:

<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/mujeres-bolivianas-en-ruta.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

AVRITZER, Leonardo. **Eleição, golpe e usurpação do poder: o caso boliviano**. NEXO Jornal. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2019/Elei%C3%A7%C3%A3o-golpe-e-usurpa%C3%A7%C3%A3o-de-poder-o-caso-boliviano>. Acesso em 24 de setembro de 2022.

BALESTRO, M. V.; MONTEIRO, C. F. **A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 13, p. 45-52, 2019. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/26637>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

BARBOSA, Maria.; TEIXEIRA, João. **Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino-Americano: dois olhares sobre igualdade, diferença e participação**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2017, p. 1113-1142. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/PWTwbjGs7jQqjGRV7kP44sf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

BÁRCENAS, Alícia. **Buenas nuevas desde Bolivia (columna de opinión)**. Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, 2014. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/articulos/2014-buenas-nuevas-bolivia>. Acesso em 4 de setembro de 2022.

BOLÍVIA. **Atlas electoral - Órgano Electoral Plurinacional**. 2022. Disponível em: <https://atlaselectoral.oep.org.bo/#/>. Acesso em 28 de dezembro de 2022.

BOLÍVIA. **Constitución política de 1994**, 12 de agosto de 1994. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-CPE-19940812.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**. 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

BOLÍVIA. **DECRETO SUPREMO N° 3196**. 1952. Disponível em: <https://www.mineria.gob.bo/juridica/19521002-9-8-5.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

BOLÍVIA. **Decreto Supremo N° 4078**. Presidenta Constitucional del Estado Plurinacional de Bolivia. Disponível em: <https://www.nodal.am/wp-content/uploads/2019/11/sample1.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

BOLÍVIA. **El nuevo modelo económico, social, comunitario y productivo**. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. 2011. Disponível em: <https://www.economiayfinanzas.gob.bo/revista-economia-plural-01-el-nuevo-modelo-economico-social-comunitario-y-productivo.html>. Acesso em 5 de novembro de 2022.

BOLÍVIA. **Ley de Privatización**, 24 de abril de 1992. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1330.html#:~:text=%2D%20Se%20autoriza%20a%20las%20instituciones,de%20nuevas%20sociedades%20an%C3%B3nimas%20mixtas>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

BOLÍVIA. **Ley del Régimen Electoral** - 026. 2010. Disponível em: https://reformaspoliticas.org/wp-content/uploads/2020/08/Ley_N_026.pdf. Acesso em 30 de dezembro de 2022.

BOLÍVIA. **Nacionalización de hidrocarburos “Héroes del Chaco”**, DS N° 28701, 1 de mayo de 2006. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-28701.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2022.

BOLÍVIA. **Reforma Agraria**, 2 de agosto de 1953. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DL-19530802.xhtml>. Acesso em 3 de janeiro de 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution**. Library of Congress, 1955.

CAMARGO, Alfredo. **Bolívia - A Criação de um Novo País: a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. 404 p.

CÁRDENAS GRACIA, Jaime. **Informe sobre el referéndum boliviano de 2016**. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, nueva serie, año XLX, núm. 148, enero-abril de 2017, pp. 81-112.

CÁRDENAS PLAZA, Cleverth C. **La chola en el imaginario de la ciudad: decolonialidad y resistencia en Los Andes bolivianos**. Estudios Artísticos: revista de investigación creadora, 4 (4). 2018. pp. 76-87.

CASTRO, Henrique Carlos; SANTOS, Débora; BEAL, Luana. **A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo- populista: uma análise da América do Sul e da Europa**. Revista Debates, v. 14, n. 3, p. 99–125, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHÁVEZ, Patricia; MOKRANI, Dunia. **Los movimientos sociales en la Asamblea Constituyente** - hacia la reconfiguración de la política. In: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo (Comp.). **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. 1aed. Buenos Aires: Clacso, 2007.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. 2022. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es>. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Bono Juancito Pinto (2006-)**. Base de datos de programas de protección social no contributiva en América Latina y el Caribe. Disponível em: <https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=4>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Bono Madre Niña-Niño Juana Azurduy (2009-)**. Base de datos de programas de protección social no contributiva en América Latina y el Caribe. Disponível em: <https://dds.cepal.org/bpsnc/programa?id=5>. Acesso em 15 de setembro 2022.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina**. Santiago, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133_es.pdf. Acesso em 14 de dezembro de 2022.

CUNHA FILHO, Clayton. **A construção do Estado Plurinacional na Bolívia como tentativa de institucionalizar o abigarrado**. Em: CUNHA FILHO, C.; VIANA, J.P. A Bolívia no século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo. Appris, 2016.

CUNHA FILHO, Clayton. **Evo Morales, o conflito do TIPNIS e as dificuldades de articular uma nação**. Boletim OPSA, jul/set de 2011.

CUNHA FILHO, Clayton. **Formação do estado e horizonte plurinacional na Bolívia**. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2018.

CUNHA FILHO, Clayton. **Uma década de 'Proceso de Cambio': balanço e perspectivas**. Em: CUNHA FILHO, C.; VIANA, J.P. A Bolívia no século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo. Appris, 2016.

DAGNINO, E.; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, A. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**. In: A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2006, pp. 13-91.

DAGNINO, Evelina (coord). **Sociedad civil, gobernabilidad y democratización en América Latina**: Brasil. México: FCE, 2002.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em:

<http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Dardot,%20Pierre/A%20nova%20razao%20do%20mundo%20-%20Dardot,%20Pierre.pdf>>. Acesso em 30 de dezembro de 2022.

EXENI RODRÍGUEZ, José L. **A longa caminhada das autonomias indígenas na Bolívia: demodiversidade plurinacional em exercício**. In: SANTOS, B.; MENDES, J. DEMODIVERSIDADE: Imaginar novas possibilidades democráticas. 1 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018.

EXENI RODRÍGUEZ, José L. **Democracia (im)pactada: Coaliciones políticas en Bolivia (1985-2003)**. Plural editores. CLACSO. La Paz. Enero de 2017. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=1220&campo=autor&texto=. Acesso em 27 de dezembro de 2022.

FREITAS, Caroline; AMARAL, Aiko. **Desafios da democracia intercultural na Bolívia: entre o projeto plurinacional e a regulamentação da prática eleitoral**. Em: GONZALEZ, M.; IAMAMOTO, S.; CRUZ, D. (Orgs). Democracia na América Latina 2: descolonização, territórios e horizontes. Feira de Santana: Editora Zarte; Argentina: CLACSO, 2019.

FUCHS, Angelo et.al. **Saneamento na América Latina: panorama das trajetórias institucional e do nível dos serviços de água e esgoto na Bolívia, no Chile, no México e no Peru**. Rio de Janeiro: BNDES, v. 28, n. 55, p. 7-66, mar. 2022. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22484/3/PR_BS_v28_n55_Saneamento%20na%20America%20Latina.pdf. Acesso em 9 de dezembro de 2022.

GALEANO, Eduardo. **Veias Abertas da América Latina**. Uruguai: Siglo XXI Editores, 1971.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Imagens dos mortos da Guerra do Chaco (1932-1935) nas construções memoriais em cemitérios bolivianos**. Revista M. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 244-279, jul/dez. 2019.

GIL, Aldo Duran. **A dialética do latifúndio e minifúndio: a política agrária boliviana nos últimos 60 anos**. Cadernos Prolam/USP, v.15, n.29, p.56-76, jul/dez. 2016.

GIMENEZ, Heloisa. **A Questão Agrária na Bolívia**. Retratos de Assentamentos, v. 17, n. 2, 2014.

GROSFÓGUEL, Ramón. **Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality**. Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World: Berkeley, 2011.

HUARACHI, Mildred. **Pacto de Unidad anuncia estado de emergencia y defensa ferrea del instrumento político y del voto del pueblo en elecciones de octubre**. Bartolina Sisa, outubro de 2020. Disponível em: <https://www.bartolinasisa.org/2020/10/01/pacto-de-unidad-anuncia-estado-de-emergencia-y-defensa-ferrea-del-instrumento-politico-y-del-voto-del-pueblo-en-elecciones-de-octubre/>. Acesso em 24 de setembro de 2022.

KLEIN, Herbert. **História da Bolívia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

KOPENAWA, Davi, ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAJTMAN, Tamara. et. al. **Presentación**. In: LAJTMAN, Tamara. et. al. (Comps). *Bolivia y las implicaciones geopolíticas del golpe de Estado*. Buenos Aires: CLACSO, 1a ed, 2021.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2021**. Santiago, Chile: Corporación Latinobarómetro, 2021. Disponível em <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp> Acesso em 26 de outubro de 2021.

LIMA, Maria Regina. **PREFÁCIO - Estado Plurinacional e socialismo comunitário na Bolívia: desafios, tensões e aprofundamento democrático**. Em: CUNHA FILHO, C.; VIANA, J.P. *A Bolívia no século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo*. Appris, 2016.

LOPESINO, Juan. **Elecciones de Bolivia 2020, en vivo: resultados, estadísticas y votación**, en directo. AS. Disponível em: https://as.com/diarioas/2020/10/23/actualidad/1603447559_081493.html. Acesso em 18 de dezembro de 2022.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo H. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MAGALHÃES, José Luiz. **O Estado Plurinacional e a ruptura com o direito moderno: sistemas plurijurídicos**. Em: CUNHA FILHO, C.; VIANA, J.P. *A Bolívia no século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo*. Appris, 2016.

- MAKARAN, Gaja. **Bolivia actual: la acción del movimiento indígena.** Itinerarios: revista de estudios lingüísticos, literarios, históricos y antropológicos, ISSN 1507-7241, N°. 6, 2007, págs. 297-312.
- MANÇANO, Bernardo. **Questão Agrária.** Em: SADER, E; JINKINGS, I. (Orgs.). Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARIÑELARENA, Rebeca P. **Bolívia há doze anos do processo de mudança: desafios, apostas e riscos.** In: SANTOS, R. et al (Orgs.) América Latina na encruzilhada. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, pp. 109-129.
- MAYORGA, Fernando. **“Elecciones ya”:** el MAS recupera la iniciativa? NUSO.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte & Ensaios - revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em 23 de dezembro de 2022.
- MIGNOLO, Walter. **El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto.** In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramón (comps.). El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46.
- MIGUEL, Luis F. **Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento.** BIB, São Paulo, n° 59, 2005, pp. 5-42.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: Impasses do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo.** Política & Sociedade, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26, out. 2003.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político.** Editora WMF Martins Fontes: São Paulo, 2015.
- NEGRI, C.; IGREJA, R. L.; PINTO, S. R. **“It happened in brazil too”:** the radical right’s capture of networks of hope. Cahiers des Amériques Latines. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/9877>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.
- O’DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa.** Tradução: Vera Joscelyne - São Paulo : Paz e Terra, 2011.
- OGLIETTI, Guillermo. et. al. **¿Qué sería de Bolivia sin su política de nacionalizaciones?** In: LAJTMAN, Tamara. et. al. (Comps). Bolivia y las implicaciones geopolíticas del golpe de Estado. Buenos Aires: CLACSO, 1a ed, 2021.
- PANNAIN, Rafaela N. **A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena.** 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PANNAIN, Rafaela N. **A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises.** Lua Nova, n. 105, 2018, pp. 287-313.
- PANNAIN, Rafaela N. **Expansão do Estado na Bolívia e Resistências: Entre Hegemonias e Autonomias.** Dossiê - Estado, Economia e Classes Sociais na América Latina Contemporânea. 2019.

POSTERO, Nancy; KENNEMORE, Amy. **Cómo entender la crisis electoral de 2019 en Bolivia:** lecciones de los movimientos sociales indígenas. Foro Internacional (FI), LXII, 2022, núm. 4, cuad. 250, 877-900. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2951/2929>. Acesso em 28 de dezembro de 2022.

POSTERO, Nancy. **Living Well?** National Development. In: POSTERO, Nancy. *The Indigenous State: Race, Politics, and Performance in Plurinational Bolivia*. Oakland: University of California Press, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. *Perú Indígena*. 13(29): 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. *Revista Novos Rumos*, n. 17. 2002.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. **Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system**. 1992. Disponível em: <https://www.javeriana.edu.co/blogs/syie/files/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

RÉNIQUE, Lucas. **Ayllu, Migración Política Desde Abajo en Bolivia:** Perspectivas Desde el Ayllu Bombo, Oruro. Independent Study Project (ISP) Collection. 2014.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial:** fuentes, conceptos y cuestionamientos. Universidad del Cauca, Popayán, Colombia. Primera edición. Octubre de 2010.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa** Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1a ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Palabras mágicas**. Reflexiones sobre la naturaleza de la crisis presente. In: RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Ciudad autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SANTOS, B.; AVRITZER, L. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-42.

SANTOS, B.; MENDES, J. **DEMODIVERSIDADE:** Imaginar novas possibilidades democráticas. 1 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura. **Epistemologies of the South:** justice against epistemicide. Boulder, CO: Paradigm. 2014.

SCHAVELZON, Salvador. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia:** Etnografía de una Asamblea Constituyente. Bolívia. Plural editores, 2012.

SHIVJI, Issa G. **Democracia e democratização em África:** interrogar paradigmas e práticas. In: SANTOS, B.; MENDES, J. *DEMODIVERSIDADE: Imaginar novas possibilidades democráticas*. 1 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina**. Clacso. 2019a.

TAPIA, Luis Reynaldo. **Civil resistance against military dictatorships: People power in Bolivia.** Revista del CESLA, vol. 28, 2021.

TAPIA, Luis Reynaldo. **El estado en condiciones de abigarramiento.** In: LINERA, Álvaro et. al. Estado como campo de lucha, La Paz: CLACSO, Comuna, Muella del Diablo, pp. 97-128, 2010.

TARCAYA GALLARDO, Freddy. **MASACRES MINERAS DEL SIGLO XX.** Rev. Fuent. Cong., Oct 2010, vol.4, no.10, p.5-11. ISSN 1997-4485 Disponível em: http://www.revistasbolivianas.ciencia.bo/pdf/fdc/v4n10/a03_v4n10.pdf. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

TAVARES, Elaine. Eleições subnacionais na Bolívia. IELA. Abril de 2021. Disponível em: <<https://iela.ufsc.br/noticia/eleicoes-subnacionais-na-bolivia>>. Acesso em 29 de dezembro de 2022.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra Pela Eternidade: o Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista.** Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

VIANA, João Paulo. **Construção democrática, crise institucional e ascensão indígena ao poder: Evo Morales e a Bolívia do século XXI.** Em: CUNHA FILHO, C.; VIANA, J.P. A Bolívia no século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo. Appris, 2016.

VIEZZER, Moema. **Si Me Permiten Hablar.** Testimonio de Domitila, Una Mujer de Las Minas de Bolivia. Siglo XXI Ediciones, 1978.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo.** São Paulo: Boitempo. 2004.

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo Nacional-Popular en Bolivia.** siglo xxi editores, 1a ed, 1986.

ZEGADA, María. **Bolívia: a democracia intercultural como síntese das diferenças.** Em: SANTOS, B.; MENDES, J. DEMODIVERSIDADE: Imaginar novas possibilidades democráticas. 1 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018.